

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1961 | 1962 | 1963

54.014.25(153) 1961/1963
58.36
C.1

SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

A Secretaria do Instituto Rio-Branco apreciaria sugestões, críticas e indicações de possíveis erros a fim de melhorar as próximas edições deste Anuário.

INSTITUTO RIO-BRANCO

1961/1962/1963

Diretor:

EMBAIXADOR ANTÔNIO CAMILLO DE OLIVEIRA

Chefe da Secretaria:

MINISTRO VERA REGINA AMARAL SALER (até 22 de agosto de 1962)

1.º SECRETÁRIO HÉLIO ANTÔNIO SCARABÓTOLO (até 2 de setembro de 1963)

Chefe da Seção de Administração:

SECRETÁRIO ARNALDO RIGUEIRA (até 8 de março de 1961)

NAURA TEIXEIRA LOPES DA CRUZ

Chefe, interina, da Seção de Pesquisas e Publicações

MARIA DE VILHENA FABIANO DE ARAÚJO

Chefe, interina, da Seção Técnico-Pedagógica

PROFESSORA RACHEL BIASOTTO MANO

Secretária do Diretor:

NAURA TEIXEIRA LOPES DA CRUZ (até 24 de março de 1961)

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

HISTÓRICO

O Instituto Rio-Branco foi criado por Decreto-lei de 18 de abril de 1945, sendo Ministro interino das Relações Exteriores o Embaixador J. Roberto de Macedo Soares. Traduzia-se, assim, oportunamente, em lei, uma sugestão formulada no ano anterior, por ocasião das Comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco, pelo então Primeiro Secretário Jorge Latour, Chefe da Comissão preparatória daquelas comemorações.

O Centro de estudos que nascia daquela sugestão e adquiria existência legal em 1945, se bem visasse à «formação e ao aperfeiçoamento dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores» e ao «preparo de candidatos ao concurso para a Carreira diplomática», — não chegou, contudo, a funcionar, nem foi regulamentado. Até que em 1946, novo Decreto-lei, o de n.º 9.032, de 6 de março, baixado por iniciativa do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador João Neves da Fontoura, veio dar ao Instituto recém-nato a finalidade que este hoje tem.

Criando, com efeito, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, que passavam a constituir o currículo do Instituto, o citado Decreto-lei conferia a este, com caráter de exclusividade, a dupla tarefa de selecionar e de preparar intelectualmente os aspirantes ao serviço externo do país.

Não é de agora que os responsáveis pela gestão do Ministério das Relações Exteriores vêm se empenhando por prover o serviço diplomático do Brasil com pessoal idôneo e capaz. Tal empenho nasceu, a bem dizer, com o Império. Já nos começos daquele regime, um dos primeiros titulares da Pasta dos Negócios Estrangeiros, o Marquês de Aracati, se referia à necessidade de uma providência legal que correspondesse àquele duplo propósito. Posteriormente, vários dos seus sucessores manifestariam as mesmas preocupações; e assim, de ensaio em ensaio, chegou-se ao sistema de seleção constante do concurso de provas. Posto reiteradamente em prática no Império, tal sistema entraria nos costumes da República, com os reajustamentos que o tempo e as

circunstâncias viriam aconselhando. Teoricamente bom, não tardou, entretanto, que lósse ele, pouco a pouco, desvirtuado ou ladeado, ora pelo concurso de títulos, ora por outros subterfúgios, entre os quais o de repetidas equiparações de classes.

É que lhe faltava cunho compulsório, ou seja, o caráter de condição, sem a qual a ninguém seria lícito o acesso aos quadros do serviço externo.

O Decreto n.º 9.032, de 6 de março de 1946, veio sanar aquelas falhas, instituindo dois modos únicos e exclusivos de admissão ao cargo inicial da Carreira: o concurso, chamado direto, e o Curso de Preparação, ambos a cargo do Instituto Rio-Branco.

São notórias as vantagens da inovação. Primeiro, ela proscreve o critério político do processo de seleção de pessoal para o serviço externo do país; depois, coloca essa seleção em bases de exclusivo mérito intelectual e, finalmente, torna os cargos do serviço externo acessíveis a todos os brasileiros, com as restrições únicas que a lei estabelece.

Destarte, o sistema atende, por igual, as exigências técnicas da moderna administração, que se interessa, cada dia com mais empenho, em apurar os requisitos de aptidão legal e idoneidade profissional dos que se destinam ao seu serviço.

Ao imprimir-se esta nova edição do Anuário, 17 anos terão passado desde o dia em que se instituiu esse novo processo de recrutamento de servidores do país no exterior. A experiência desses anos confirma de sobejo o acerto da inovação.

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco faz parte do Ministério das Relações Exteriores, e está subordinado diretamente ao Departamento de Administração do Itamaraty.

A Secretaria do Instituto Rio-Branco divide-se em três Seções: a de Administração, a de Pesquisas e Publicações e a Técnico-Pedagógica. A esta estão afetos os seguintes Cursos: de Preparação à Carreira de Diplomata, curso regular, indispensável ao ingresso no serviço diplomático; o de Aperfeiçoamento de Diplomatas, no qual o funcionário deverá matricular-se *de ofício*, e que tem por finalidade o aprimoramento e a atualização dos conhecimentos de diplomatas com mais de sete anos de serviço; o Curso de Altos Estudos, cuja matrícula é facultativa e que se destina aos diplomatas que têm responsabilidade de chefia, no último escalão da carreira; e, finalmente, os Cursos de Extensão e Especiais, não regulares, determinados pelo Diretor do Instituto e extensivos ao pessoal administrativo da Casa.

O Diretor do Instituto Rio-Branco é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário Geral, dentre os diplomatas da categoria de Ministros de 1.ª ou 2.ª classe, inclusive aposentados.

A Secretaria tem um Chefe, designado pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas de categoria de Ministros de 2.ª classe ou de 1.ª Secretários.

Os Chefes das Seções de Administração e de Pesquisas e Publicações são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco dentre os funcionários da carreira de Diplomata, podendo, entretanto, para a segunda delas, ser contratada pessoa de fora daquela carreira.

A Seção Técnico-Pedagógica é chefiada por um especialista, designado para esse fim.

O Diretor terá um Secretário de sua designação.

ATIVIDADES

EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

Para obter matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os candidatos devem submeter-se a exame vestibular. O Instituto Rio-Branco baixa anualmente as Instruções que devem reger tal exame.

Vagas

O número de vagas no Curso é previamente fixado segundo as necessidades da administração, procedendo-se ao seu preenchimento rigorosamente de acordo com a classificação dos candidatos aprovados.

Seleção Prévia

Considerando a conveniência de alargar-se a área geográfica de recrutamento de candidatos ao serviço externo do país e de facilitar, ao mesmo tempo, a sua seleção, por meio da descentralização parcial dos exames de admissão ao Instituto Rio-Branco, o Decreto n.º 45.535, de 5 de março de 1959, instituiu o Exame de Seleção Prévia o qual se realizará concomitantemente no Rio de Janeiro, em Brasília e nas capitais de maior densidade demográfica do país.

Este exame tem por fim dar ao Instituto a medida da maturidade do examinando e de sua capacidade de julgar com discernimento e de coordenar suas idéias por escrito. Consiste numa prova de testes mentais e de conhecimentos, em nível do curso colegial, além de provas de português, francês e inglês. Cada uma destas provas é eliminatória. Não lhes é atribuída nota e seu resultado é indicado apenas por — *aprovado* ou *reprovado*.

A aprovação no referido exame é condição essencial para a inscrição no Exame Vestibular propriamente dito.

Os candidatos dos Estados inscritos nos Exames Vestibulares são chamados ao Rio de Janeiro para aqui se submeterem aos exames físicos e psicológicos e, posteriormente, às provas de nível intelectual. O Instituto Rio-Branco incumbem-se do transporte dos mesmos, (ida e volta das cidades onde fizeram as provas até o Rio, bem como de seu alojamento pelo tempo necessário à prestação dos exames. Este favor será concedido a qualquer candidato no máximo duas vezes.

Inscrições

A fim de oferecer igual oportunidade a todos os brasileiros, é dada ampla divulgação da abertura das inscrições para o Exame de Seleção Prévia, no *Diário Oficial* e jornais dos Estados. Geralmente, o prazo para as inscrições é de 60 a 90 dias.

A inscrição para este exame é feita por meio de ficha, fornecida pelo Instituto, que o candidato preencherá devidamente. Para o Exame Vestibular a inscrição só é dada aos aprovados no Exame de Seleção Prévia, no mesmo ano, e se faz por meio de requerimento em duas vias não seladas, com firma reconhecida na primeira. Os requerimentos devem ser dirigidos ao Diretor do Instituto Rio-Branco.

O candidato, de um e outro sexo, deve instruir o requerimento de inscrição com os documentos abaixo enumerados:

a) prova de ser brasileiro: se casado, juntar certidão de casamento e prova de que o cônjuge é de nacionalidade brasileira (todas as certidões com firmas reconhecidas por tabelião). A inscrição de candidato casado com pessoa de nacionalidade estrangeira dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores (Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, art. 32, parágrafo único);

b) prova de contar no mínimo dezoito e no máximo trinta anos de idade; (*)

c) carteira de identidade de repartição federal ou estadual competente;

d) atestado de idoneidade moral, constante de folha corrida, tirada dentro dos seis meses anteriores, ou de cinco cartas

(*) Só poderão inscrever-se candidatos que já tenham 19 anos e ainda não tenham completado 31 anos de idade na data em que efetuarem sua inscrição para o Exame de Seleção Prévia.

de recomendação de atuais ou ex-professores, chefes ou empregadores, com firma reconhecida. Tais cartas devem especificar a condição do signatário e o lugar onde exerce a sua atividade. Em caso de candidato eliminado ou desistente, que se apresente a novo vestibular, as cartas deverão ser renovadas. Cartas e folhas corridas não valerão por mais de seis meses;

e) atestado de vacinação anti-variólica fornecido por Autoridade Sanitária, com firma reconhecida;

f) certificação de conclusão do ciclo colegial, ou equivalente; ou prova de estar matriculado em curso de graduação de Escola Superior, oficial ou reconhecida; ou ainda, a apresentação de diploma expedido por Escola Superior, oficial ou reconhecida, ou de Universidade estrangeira, neste caso, submetido à revalidação em nosso país;

g) prova de quitação com o serviço militar;

h) formulário de dados pessoais, devidamente preenchido, em duas vias; se casado, o cônjuge preencherá também um formulário, em uma única via.

Retratos formato 3/4 deverão ser colados no lugar indicado. Os formulários serão fornecidos pelo Instituto.

Exame Psico-físico

Antes das provas intelectuais, os candidatos ao exame vestibular devem submeter-se a exames de sanidade e capacidade física, a exames psicológicos e a um processo de investigação sobre seus costumes e conceito.

Tais exames e investigações, que têm caráter eliminatório, são confiados, cada ano, a entidades escolhidas pelo Diretor do Instituto e visam a obter elementos aptos, física, psíquica e moralmente, para a carreira diplomática.

Matérias do Exame Vestibular

As provas de nível intelectual se realizam na seguinte ordem cronológica:

Português (prova escrita), Francês (prova escrita), Francês (prova oral), Inglês (prova escrita), Inglês (prova oral), História do Brasil, Geografia, História Mundial Moderna e Noções Fundamentais de Direito.

Serão eliminatórias a nota final das provas oral e escrita de Francês, a nota final das provas oral e escrita de Inglês, e todas as demais provas escritas. A nota final de Francês e Inglês será

a média obtida atribuindo-se peso 2 à prova escrita e peso 1 à prova oral.

Considerar-se-ão aprovados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 50 pontos em cada prova eliminatória e a média mínima de 60 pontos no conjunto das matérias. Para o cálculo da média de conjunto atribuir-se-á: peso 2 à prova de Português e à nota final de Francês e Inglês, e peso 1 às notas das provas de História do Brasil, Geografia, História Mundial Moderna e Contemporânea e Noções Fundamentais de Direito.

Matrícula

Rigorosamente de acordo com a classificação final, serão matriculados no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os candidatos aprovados até ao número de vagas fixado no edital de abertura de inscrição para o Exame Vestibular.

O Exame de Seleção Prévia, os Exames de Sanidade e o Exame Vestibular são válidos para matrícula apenas no ano letivo imediato.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

(C.P.C.D.)

Em obediência ao Decreto n.º 1, de 21 de setembro de 1961, (*) os programas de estudos do Instituto Rio-Branco são submetidos à aprovação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, depois de ouvido o parecer da Comissão, chamada de Programas e Estudos, criada para tal fim.

No Curso de Preparação, propriamente dito, o ensino corresponde, em suas linhas gerais, aos pressupostos da atividade diplomática. Os programas são orientados no sentido de uma especialização progressiva, de modo a abarcar os conhecimentos e desenvolver as qualidades que se requerem para o bom exercício da função diplomática. O capital de formação inicial, trazido dos cursos ginasial e colegial e apurado nos exames vestibulares, passa a ser aplicado num plano de utilização profissional.

As matérias que formam o currículo do Curso de Preparação estão distribuídas em quatro grupos: lingüístico, histórico, geoeconômico e político-jurídico, a saber:

(*) Legislação — 1961.

1º ANO

- 1 { Português
Francês
- 2 História Diplomática do Brasil
- 3 { Geografia Econômica e Política (Mundial)
Economia I
- 4 { Direito Constitucional e Administrativo
Direito Civil

2º ANO

- 1 { Português
Francês
Inglês
- 2 Política Internacional
- 3 { Economia II
Relações Econômicas Internacionais
- 4 { Direito Internacional Público
Direito Internacional Privado
Direito Comercial

Designação de Professores

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto, após aprovação do Ministro de Estado. Não havendo no Instituto professores efetivos, a designação é feita para um ano letivo apenas, sendo porém comum a recondução dos professores no ano letivo imediato.

Seção Técnico-Pedagógica

O Chefe da Seção Técnico-Pedagógica se articula com os professores para a elaboração dos programas do Curso, procurando imprimir unidade na orientação das matérias. Procura

também estabelecer periodicamente «mesas redondas» de professores e elementos da direção do Instituto para uma apreciação crítica da matéria lecionada (contrôle dos programas) e para debates sobre questões relacionadas com a didática do ensino.

Frequência

É obrigatória a frequência às aulas do Curso. Só poderão comparecer aos exames finais os alunos que tenham assistido efetivamente a 90 % das aulas. Qualquer atraso será considerado falta; para a primeira aula será concedida uma tolerância de dez minutos. Os alunos que tiverem mais de 10 % de faltas terão sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova matrícula uma só vez e no ano letivo imediato.

Graus

Os exames finais de Francês e Inglês serão escritos e orais; os das demais matérias serão apenas escritos. A nota final anual de cada matéria será a média ponderada das notas da prova final, dos exercícios escolares e, se for o caso, da prova parcial. Para o cálculo da nota final, ficam estipulados os seguintes pesos:

1º) Matérias lecionadas em um só período:

- a) nota da prova final: peso 5;
- b) média aritmética das notas dos exercícios escolares: peso 3.

2º) Matérias lecionadas durante todo o ano letivo:

- a) nota da prova final: peso 4;
- b) nota da prova oral: peso 2;
- c) nota da prova parcial: peso 3;
- d) média aritmética das notas dos exercícios escolares: peso 3. (*)

A média global do ano é igual à soma das notas finais dividida pelo número de matérias. A nota final do curso é dada pela média aritmética entre as médias globais dos anos letivos.

*Bolsas de Estudo (**)*

A fim de permitir aos brasileiros residentes nos Estados o ingresso na carreira diplomática, o Instituto concede bolsas de

(*) V. Portarias Ministeriais de 1.º de abril de 1963 e de 27 de novembro de 1963.

(**) V. Portaria do Instituto Rio-Branco, de 26 de março de 1963.

estudo, cujo valor é fixado, de acordo com as suas possibilidades financeiras e a critério do Diretor, àqueles que provarem domicílio fora do Rio de Janeiro e real incapacidade para proverem à própria manutenção; em casos excepcionais, poderá ser dispensada a primeira exigência. Aos alunos repetentes, salvo quando a reprovação se tenha dado por motivo de doença, não serão concedidas bolsas de estudo.

CONCURSO DE PROVAS PARA O CARGO INICIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA

Com vários cargos a prover na classe inicial da carreira diplomática, criados pela então recente lei da Reforma (Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961), e por outro lado, lutando com séria carência de pessoal na Secretaria de Estado, o Ministro San Tiago Dantas resolveu recorrer a uma modalidade especial de concurso, susceptível de atrair um tipo de candidato, que, a despeito de sua vocação para o Serviço, hesita, contudo, seja a enfrentar o concurso direto, como ele vinha se fazendo (Capítulo II do Decreto n.º 38.735, de 31 de janeiro de 1956), seja a passar dois anos, sem vencimentos, no Curso de Preparação do Instituto Rio-Branco. Era esperança do Ministro que a perspectiva de um concurso *sui generis*, feito na base de um programa consideravelmente simplificado e cujo processamento se fizesse em três etapas, a última das quais remunerada, pudesse seduzir aquele candidato a arriscar a troca de suas ocupações habituais pelas peripécias da vida diplomática.

O programa desse Concurso, elaborado pelo próprio Ministro de Estado, foi publicado com o Edital de 9 de março de 1962. (Ver — Programas: 1.ª e 2.ª fases — 1962 — 3.ª fase — 1963).

CURSO DE INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL

O Curso de Integração Profissional, que substitui em parte o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas ainda não reestruturado, divide-se em 2 cadeiras: Prática Diplomática e Prática Consular, cujos programas representam a parte prática de conhecimentos peculiares à Carreira. Tal Curso é destinado aos alunos do 2.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS CURSO DE ALTOS ESTUDOS

O art. 33 do Decreto n.º 1, de 26 de setembro de 1961, delegou ao Diretor do Instituto Rio-Branco o encargo de formular o currículo dos Cursos acima mencionados e de levar o seu trabalho à apreciação da Comissão de Programas e Estudos, antes de o submeter à aprovação do Ministro de Estado.

Tendo-se verificado, em curto tempo, a sucessão de três titulares na pasta das Relações Exteriores e a conseqüente mudança de pessoal nos seus órgãos de cúpula, com inevitável prejuízo para a unidade da administração, o trabalho que o Diretor do Instituto Rio-Branco elaborou, em tempo, no sentido acima indicado, se bem aprovado pela Comissão de Programas e Estudos, haveria de sofrer, quanto à sua aplicação em 1962 e 1963, o atraso resultante desse estado de coisas.

CURSOS DE EXTENSÃO E ESPECIAIS

Além dos cursos permanentes, o Instituto Rio-Branco vem realizando outros, de natureza monográfica, Especiais (para funcionários do Itamaraty não pertencentes à Carreira de Diplomata e para estudantes de Escolas Superiores) e de Extensão (para os funcionários diplomáticos do Itamaraty).

PRÊMIOS

Em homenagem ao ex-diretor do Instituto Rio-Branco, e como incentivo aos candidatos ao Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o Ministro Elmano Cruz, então examinador de Noções Fundamentais de Direito, criou em 1956 o «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», instituindo as medalhas de prata e bronze para os candidatos classificados em 1.º e 2.º lugares.

O «Prêmio Rio-Branco», criado pelo Embaixador Francisco Negrão de Lima, quando Ministro de Estado (Portaria Ministerial de 16 de julho de 1959), outorga as medalhas de «vermelha» e de prata aos alunos classificados em 1.º e 2.º lugares no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Este prêmio foi concedido retroativamente aos funcionários que obtiveram, como alunos, a aludida classificação na conclusão de seu curso.

RELATÓRIO REFERENTE A 1961

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA
DE DIPLOMATA
(C. P. C. D.)

EXAME DE ADMISSÃO AO INSTITUTO RIO-BRANCO
PARA O ANO DE 1962

1.º EXAME DE SELEÇÃO PRÉVIA

As inscrições para este exame mantiveram-se abertas de 10 de abril a 9 de junho. Realizaram-se as provas no dia 7 de julho.

Candidatos inscritos	315				
Inscrições canceladas	3				
Desistências	<table> <tr> <td>Anteriores às provas</td><td>74</td></tr> <tr> <td>No decorrer das provas ...</td><td>15</td></tr> </table>	Anteriores às provas	74	No decorrer das provas ...	15
Anteriores às provas	74				
No decorrer das provas ...	15				
Prestaram exame	223 candidatos				
	<table> <tr> <td>Rio de Janeiro</td><td>44</td></tr> <tr> <td>(38 homens — 6 mulheres)</td><td></td></tr> </table>	Rio de Janeiro	44	(38 homens — 6 mulheres)	
Rio de Janeiro	44				
(38 homens — 6 mulheres)					
Candidatos aprovados 52	<table> <tr> <td>Estados</td><td>8</td></tr> <tr> <td>(2 de Porto Alegre, 6 de São Paulo).</td><td></td></tr> </table>	Estados	8	(2 de Porto Alegre, 6 de São Paulo).	
Estados	8				
(2 de Porto Alegre, 6 de São Paulo).					

As provas, nos Estados, tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Brasília — Conselheiro Maury Gurgel Valente;
Belo Horizonte — Secretário Aderbal Costa;

Pôrto Alegre — Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira Pôrto;
Recife — Secretário Heitor Pinto de Moura;
Salvador — Secretário André Guimarães;
São Paulo — Secretário Rubens Ricupero.

EXAMINADORES

Testes de Nível Mental

Elaborados pela Técnica de Educação Professora Riva Bauzer, sob a orientação do Professor Lourenço Filho;

Português

Professores Maria Luiza da Costa e Hécio Andrade Martins;

Francês

Professoras Raymonde Vasconcelos e Ivonne Goudemand;

Inglês

Professores Christopher W. Pearson e Paul Kranc.

EXAME VESTIBULAR

As instruções e o programa para o Exame Vestibular obedeceram ao disposto nas Portarias de 4 de maio de 1956, 6 de abril de 1959 e 13 de março de 1961 e no Decreto n.º 4, de 21 de setembro de 1961. Foram as seguintes as modificações fundamentais introduzidas no processamento do Exame Vestibular no ano de 1961: alteração do programa de Geografia (Portaria Ministerial n.º 67, de 13 de março de 1961), supressão da prova de Cultura Geral e da prova oral de Português (Portaria Ministerial n.º 66, de 13 de março de 1961) e supressão da prova de Elementos de Economia Política (Decreto n.º 4, de 21 de setembro de 1961).

Inscreveram-se no Exame Vestibular os 52 candidatos aprovados no Exame de Seleção.

Os Exames de Sanidade e Capacidade Física realizaram-se no Instituto de Seleção e Controle do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Fernando Dias Campos Júnior. Para os exames psicológicos, realizados no Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, foi organizada a seguinte banca examinadora:

Presidente:

Professor José Leme Lopes

Examinadores:

Doutor Cincinato Magalhães de Freitas
Doutor Eliezer Schneider
Doutor Gladstone d'Alva Parente
Doutor Rawlison Prestes Lemos
Doutor Roberto Bittencourt
Doutor William Asmar

MOVIMENTO GERAL

Candidatos Inscritos 52
Eliminados no Exame Físico 2
Eliminados no Exame Psicológico 1
(Um candidato não chegou a completar o Exame Psicológico)

As provas intelectuais realizaram-se de 22 de setembro a 20 de outubro. Apresentaram-se para a primeira prova intelectual 48 candidatos, dos quais 22 lograram aprovação final.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPARECIMENTO APROVAÇÕES E REPROVAÇÕES

MATÉRIAS	ENTRARAM EM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português.....	48	6	42
Francês.....	42	7	35
Inglês.....	(*) 35	—	34
História do Brasil.....	(**) 34	4	28
Geografia.....	28	1	27
História Mundial Moderna.....	27	4	23
Noções Fundamentais de Direito.....	23	—	(***) 23

(*) Um candidato desistiu.

(**) Dois candidatos desistiram.

(***) Um candidato foi eliminado no final do exame Vestibular por não haver alcançado a média global mínima exigida.

Damos a seguir, por ordem de classificação, a lista final dos candidatos aprovados:

José Guilherme Alves Merquior

Fernando Guimarães Reis
 Bassul Athuil Neto
 Luis Filipe de Macedo Soares Guimarães
 Maria do Carmo Camillo de Oliveira
 Affonso Celso de Ouro Preto
 Marco Cesar Meira Naslausky
 Maria Luisa Gulikers de Aguiar
 Carlos Felipe Alves Saldanha
 Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares
 Jorge Henrique Oliveira de Castro
 Marcello José Moretzsohn de Andrade
 Luciano Ozório Rosa
 Luiz Antônio Jardim Gagliardi
 Rubens de Souza Sarmento
 Samuel Pinheiro Guimarães Neto
 Clovis Corrêa Palmeiro da Fontoura
 Guido Fernando Silva Soares
 Danilo Adão Mayr
 Luiz Mattoso Maia Amado
 Genaro Antônio Mucciolo
 Carlos Alberto de Azevedo Pimentel

As bancas examinadoras, presididas pelo Diretor-Substituto do Instituto Rio-Branco, Ministro Vera Regina Amaral Sauer, e assessoradas pela Professora Rachel Biasotto Mano, Chefe, interina, da Seção Técnico-Pedagógica e pelo Secretário Mário Cesar de Moraes Pitão, ficaram assim constituídas:

Português — Professores Cleonice Serôa da Motta Berardinelli e Adriano da Gama Kury;

Francês — Professores Henry de Magade e René Demoris;

Inglês — Professores J. A. Cayton e Paul Kranc;

História do Brasil — Professor Américo Jacobina Lacombe;

Geografia — Professor James Vieira da Fonseca;

História Mundial Moderna — Professora Maria Yedda Leite Linhares;

Noções Fundamentais de Direito — Professor Hamilton Prisco Paraiso.

O «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», medalhas de prata e bronze, correspondentes respectivamente ao 1.º e 2.º lugares no Vestibular, coube aos candidatos José Guilherme Alves Merquior e Fernando Guimarães Reis.

C.P.C.D.

Durante o ano letivo de 1961, o Instituto Rio-Branco manteve em funcionamento o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que, sob o regime de dois anos letivos, teve início a 1.º de março. Ainda para atender à necessidade de prover com o maior número de diplomandos as vagas que se criaram com a aprovação da Lei que reorganiza o Itamaraty, antecipou-se para 31 de outubro a data do término do ano escolar dos segundantistas do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PRIMEIRO ANO LETIVO

A turma do 1.º ano compunha-se de 19 alunos.

Em junho e julho realizaram-se as provas parciais e em novembro e dezembro, os exames finais. 17 alunos lograram aprovação e foram promovidos à série seguinte. Dois alunos foram reprovados em Direito Civil.

CORPO DOCENTE

Português

Professora Cleonice Serôa da Motta Berardinelli;

Francês

Professor André Selon;

Inglês

Professor Kenneth Payne;

Geografia

Professor Aluisio Capdeville Duarte;

Economia Política

Ministro Miguel Álvaro Osório de Almeida, substituído em seus impedimentos pelos Professores: Mário Henrique Simonsen e Secretário Luis Paulo Lindenberg Sette;

História Diplomática do Brasil

Professor Manuel Mauricio de Albuquerque;

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Célio de Oliveira Borja;

Direito Civil

Professor Ebert Chamoun.

EXAMINADORES

Português

Professora Cleonice Serôa da Mota Berardinelli;

Francês

Professor André Selon;

Inglês

Professores Kenneth Payne, Christopher Pearson e Graham Connell;

História Diplomática do Brasil

Professor Manuel Mauricio de Albuquerque;

Geografia

Professor Aluizio Capdeville Duarte;

Economia Política

Ministro Miguel Alvaro Osório de Almeida;

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Célio de Oliveira Borja;

Direito Civil

Professor Ebert Chamoun.

CORPO DISCENTE

(Em ordem de classificação)

Gilberto Coutinho Paranhos Velloso
Paulo Dyrceu Pinheiro
Luiz Dilermando de Castello Cruz
Evaldo José Cabral de Mello
Jayro Coelho
Alvaro Gurgel de Alencar Netto
Rubens Antônio Barbosa
Ruth Maria Baião
Octavio José de Almeida Goulart

Luiz Brun de Almeida e Souza
Vera Regina Behring Delayti
Henrique Rodrigues Valle Júnior
Ney Lemos de Oliveira
Arnaldo Carrilho
Lineu Medina Martins
Ginette Emilienne Scholte
Pedro Paulo Pinto Assumpção

SEGUNDO ANO LETIVO

Cursaram o 2.º ano do C.P.C.D. os seguintes alunos, relacionados de acordo com a classificação final obtida:

Luiz Jorge Rangel de Castro
Jório Dauster Magalhães e Silva
Agildo Séllos Moura
Carlos Atila Alvares da Silva
Antônio Sabino Cantuária Guimarães
Regis Novaes de Oliveira
Fernando Silva Alves
Carlos José Prazeres Campelo
Christovam de Oliveira Araújo Filho
Fernando Rodolpho de Souza
Antônio Octaviano de Alvarenga Filho
José Coelho Monteiro
Francisco de Lima e Silva
Carlos Luzilde Hildebrandt
Flávio Moreira Sapha
Gilberto Ferreira Martins

Com a nomeação da turma mencionada, elevar-se-á a 259 o número de funcionários que ingressaram na carreira de diplomata através do Instituto Rio-Branco, desde 1947.

CORPO DOCENTE

Português

Professor Adriano da Gama Kury;

Francês

Professor Jacques Lécuyer;

Inglês

Professor F. G. Wood e Norman Henfrey, substituído pelo Professor Christopher Pearson;

Política Econômica

Professor Hêlio Schlittler Silva;

Política Internacional

Ministro Jayme Azevedo Rodrigues, substituído pelo Secretário João Frank da Costa;

Direito Internacional Público

Ministro Jayme Azevedo Rodrigues, substituído pelo Ministro Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva;

Direito Internacional Privado

Professor Haroldo Teixeira Valladão;

Direito Comercial

Professor Alfredo Lamy Filho.

Atuaram como Assessores do Curso de Política Internacional, durante as aulas ministradas pelo Ministro Jayme Rodrigues, os Secretários Sízio Pontes Nogueira, João Carlos Pessoa Fragoso e Italo Miguel Alexandre Mastrogiovanni.

EXAMINADORES

Português

Professor Adriano da Gama Kury;

Francês

Professores Jacques Lécuyer e André Selon;

Inglês

Professores F. G. Wood e Christopher Pearson;

Política Econômica

Professor Hêlio Schlittler Silva;

Direito Comercial

Professor Alfredo Lamy Filho;

Direito Internacional Público

Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva;

Direito Internacional Privado

Professor Haroldo Teixeira Valladão;

Política Internacional

Secretário João Frank da Costa.

TURMA DIPLOMADA EM 1961

Agildo Sêllos Moura — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil. Curso de Especialização na Universidade do Brasil sobre Direito Diplomático e Consular. 2.º Tenente da Reserva do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro. Estagiário da Defensoria Pública da Comarca do Rio de Janeiro, de 21 de março de 1955 a 20 de março de 1958.

Antônio Octaviano de Alvarenga Filho — (Minas Gerais)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. «Diplôme d'Études Françaises — Université de Nancy». «Lower Certificate in English» pela Universidade de Cambridge. Diploma de frequência do Curso de Literatura Brasileira (Academia Mineira de Letras — B. H.).

Antônio Sabino Cantuária Guimarães — (Itália — Brasileiro de acordo com o art. 129, item II da Constituição de 1946).

Certificado de conclusão de Curso Colegial.

Carlos Atila Alvares da Silva — (Minas Gerais)

Estudante da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Carlos José Prazeres Campello — (Pernambuco)

Estudante da Faculdade de Direito da Universidade do Recife. «Diplôme de Licence en Philosophie» concedido pelo Instituto Católico de Paris. «Diplôme Supérieur de Langue et de Littérature Française — Nancy».

Carlos Luzilde Hildebrandt — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Servidor Autárquico — Assistente da Presidência e Diretor da Secretaria do Conselho Federal de Contabilidade de 1953 a 1955.

Christovam de Oliveira Araújo Filho — (Bahia)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

Fernando Rodolpho de Souza — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. «Certificate of Proficiency in English», Universidade de Michigan. Certificado do Curso de Verão da Sorbonne — Civilização Francesa. Licenciado em História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Fernando Silva Alves — (Rio Grande do Sul)

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diploma de Capacidade da Associação de Cultura Franco-Brasileira — Porto Alegre. Certificado de Conclusão do Curso de Inglês do Instituto Cultural Brasileiro-Norte-Americano — Porto Alegre.

Flávio Moreira Sapha — (Amazonas)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Curso de Estudos Políticos e Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Diplôme de Langue» pela Associação Cultural Franco-Brasileira.

Francisco de Lima e Silva — (Estado da Guanabara)

Estudante de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Estudante da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Jornalista.

Gilberto Ferreira Martins — (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. «Diplôme de Langue Française» pela Associação Cultural Franco-Brasileira — Niterói. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. Curso de Extensão Universitária sobre Filosofia do Direito, com tese aprovada sobre «Os princípios do Direito Natural» (VI.ª Semana Nacional de Estudos Jurídicos).

Jório Dauster Magalhães e Silva — (Estado da Guanabara)

Prêmios: Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de Bronze; Rio-Branco — Medalha de Prata, 2.º lugar. Estudante da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Cursos nas seguintes Universidades em Washington: «The George Washington University» — 1957, «The American University» — 1957/58. Curso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros — 1959. Professor. Diretor Responsável do Educandário Santa Paula.

José Coelho Monteiro — (Espírito Santo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Funcionário do Ministério das Relações Exteriores — Dep. Econômico.

Luiz Jorge Rangel de Castro — (Itália — Brasileiro de acordo com o art. 129, item II da Constituição de 1946).

Prêmios: Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de Prata; Rio-Branco — Medalha de «Vermeil», 1.º lugar. Bacharel pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris (Série «Relações Internacionais»). Diplomado em Direito Internacional Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Cambridge (Inglaterra). «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. Teses aprovadas: a) «Le Présidentialisme en Amérique et au Brésil», na Universidade de Paris (Instituto de Estudos Políticos, 1955). b) «The Legal Principles of the Pan-American System», na Universidade de Cambridge (Faculdade de Direito, 1956).

Regis Novais de Oliveira — (Estado da Guanabara)

Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Funcionário do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara.

2.º EXAME DE SELEÇÃO PRÉVIA (*)

Com a finalidade de preencher o mais rapidamente possível o grande número de vagas criadas com a Reforma do Ministério das Relações Exteriores, o Instituto manteve abertas de 7 de agosto a 7 de novembro as inscrições para o Exame de Seleção Prévia a um segundo Exame Vestibular, que, a título excepcional, se efetuou nos princípios do ano de 1962 e cujas Provas Prévia se realizaram no dia 19 de dezembro de 1961.

Candidatos inscritos	277				
Desistências	<table> <tr> <td>Anteriores às Provas</td><td>77</td></tr> <tr> <td>No decorrer das provas</td><td>2</td></tr> </table>	Anteriores às Provas	77	No decorrer das provas	2
Anteriores às Provas	77				
No decorrer das provas	2				
Prestaram exame ...	196 candidatos				

(*) O Exame Vestibular correspondente a este Exame de Seleção Prévia realizou-se no decorrer dos meses de fevereiro e março de 1963.

Candidatos aprovados	35	Rio de Janeiro	33
		(29 homens — 4 mulheres)	
		Estados	2
		(São Paulo — 1 homem — 1 mulher)	

As provas, nos Estados, tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

- Belém — Secretário Fernando Silva Alves;
- Belo Horizonte — Secretário Antônio Octaviano de Alvaranga Filho;
- Brasília — Secretário Rubens Ricupero;
- Porto Alegre — Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira Porto;
- Recife — Secretário Carlos José Prazeres Campello;
- Salvador — Secretário Nuno Álvares Guilherme d'Oliveira;
- São Paulo — Secretário André Guimarães.

EXAMINADORES

Testes de Nível Mental

Elaborados pela Técnica de Educação Professora Riva Bauzer, sob a orientação do Professor Lourenço Filho;

Português

Professores Hécio Andrade Martins e Maria Luiza Costa;

Francês

Professores Guy Brytygier e Marcella Mortara;

Inglês

Professores Christopher Pearson e Paul Kranc.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Em 1961 foi publicado o «Anuário do Instituto Rio-Branco» referente aos anos de 1958/59/60, organizado nesta Seção. Aham-se ainda, no Departamento de Imprensa Nacional, os dois volumes da obra: «História do Brasil nos Velhos Mapas», de autoria de Jaime Cortesão dos quais apenas o 1.º tomo em composição. Com a mudança da Diretoria do D.I.N. para Brasília, houve considerável desfalque de pessoal e de máquinas, o que ocasionou sensível queda da produção e conseqüente atraso no andamento das publicações. O volume «Execução do Tratado», último tomo da obra «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid», cujos trabalhos se achavam interrompidos à espera do «Apêndice» que o autor levava para Portugal, já se encontra em vias de conclusão, pelo fato de termos recebido e corrigido o final da obra.

Em meados deste ano, foi entregue a esta Seção, para ser editado, o «Dicionário de Direito Internacional Público», de autoria do Embaixador Rubens de Mello. O Instituto determinou a abertura de concorrência pública para a impressão da citada obra. Venceu a concorrência a firma Estabelecimentos Gráficos Iguaçu Limitada, à qual foram entregues os originais em 21 de setembro de 1961.

Além dos demais trabalhos de rotina, foram atualizados o fichário e as listas de entidades culturais, bem como foi feita a distribuição das publicações solicitadas.

SERVIÇOS DE EMPRÉSTIMOS E EMERGÊNCIA:

O empréstimo de livros, que se destinava exclusivamente aos alunos e professores do Instituto Rio-Branco, foi estendido aos funcionários do Itamaraty, exceção feita das obras do currículo escolar.

Devido ao crescente interesse pelos assuntos relacionados com a África, e à realização do «Curso sobre assuntos africanos», no Itamaraty, a Biblioteca do Instituto Rio-Branco organizou uma bibliografia selecionada de livros e artigos de revistas sobre o assunto.

O movimento de consulta somou um total de 792 empréstimos de livros e de 239 periódicos, excluídas as consultas feitas na própria sede da Biblioteca. As obras mais utilizadas foram as de Direito e Política Internacional, seguindo-se-lhes Economia, Geografia, História do Brasil, Literatura, Ciência Política, Obras Gerais, Filosofia e Geologia. Os periódicos mais consultados foram, em ordem decrescente, os brasileiros, americanos, franceses e ingleses.

BIBLIOTECA

AQUISIÇÃO E PERMUTA:

O acervo da Biblioteca foi acrescido de 244 volumes, sendo 108 adquiridos por compra e 136 por doação.

A permuta de publicações com Organismos Internacionais e Instituições culturais não sofreu solução de continuidade. A Biblioteca do Instituto Rio-Branco permutou periódicos com as seguintes bibliotecas: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais da Universidade do Recife, Fundação Getúlio Vargas, Conselho Nacional de Geografia, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade do Rio de Janeiro e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Doou, outrossim, à Biblioteca do Itamaraty grande número de obras que não se enquadravam dentro da especialidade da Biblioteca do Instituto.

ENCADERNAÇÃO, CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

Durante o período de férias escolares, de dezembro a março, foram restaurados e encadernados em brim, com legendas douradas, 235 volumes. Em novembro foram remetidos às oficinas de encadernação mais 65 volumes.

Os serviços de catalogação e classificação prosseguiram, normalmente, sendo utilizadas para o primeiro as regras da Biblioteca Apostólica Vaticana, adaptadas pelo Serviço de Intercâmbio de Catalogação do I. B. B. D., e para o segundo as edições 14.ª e 15.ª da «Decimal Classification» de Melvil Dewey, complementadas na parte de Direito, Geografia e História, pelas classificações das Bibliotecas do Ministério da Fazenda e do I. B. G. E., respectivamente.

O movimento de Intercâmbio de catalogação com o S. I. C. foi o seguinte: fichas impressas recebidas: 466; fichas remetidas: 312, sendo 78 para imprimir e 234 de encomenda.

PROGRAMAS

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR

I — PORTUGUÊS

a) *Lingua* (questões objetivas):

1. A fonação. Fonemas consoantes e vogais; suas variantes na fala. Silaba e seus tipos; grupos consonantais e vocálicos. Tonicidade e atonicidade; próclise e ênclise. Fonética sintática. Análise fônica.
2. A morfologia. Classificação das palavras e vocábulos gramaticais. Categorias nominais e verbais. As flexões nominais e verbais, regulares e irregulares. Análise mórfica (flexional).
3. A sintaxe. Oração e sua estrutura. Coordenação e subordinação. Emprêgo dos modos e tempos verbais. Emprêgo dos pronomes. Colocação dos vocábulos na frase. Emprêgo das preposições. Valor funcional das conjunções. Análise sintática. Anacoluto e silepse.
4. A lexicologia. Estrutura mórfica do vocábulo. Derivação vocabular. Composição vocabular; helenismo. Análise vocabular dos elementos formadores.
5. A semântica. Sinônimos e homônimos; paronímia. Escolha das palavras: significação conceptual e estilística. Linguagem figurada.
6. A métrica. Tipos de verso. Rima e suas modalidades. Estrofação. Poemas de forma fixa.
7. A origem da língua. Roma e a península ibérica; latim clássico e latim vulgar. Mudanças fônicas que explicam as vogais e consoantes portuguesas. A ação da analogia na morfologia. Formação do léxico; vocábulos populares e eruditos, vocábulos pré-romanos, empréstimos no português comum e no popular do Brasil.

b) *Literatura* (questões objetivas: pequenas dissertações):

1 — *Literatura Portuguesa*.

1. A Época Medieval: prosa e verso (noções gerais).
2. O Quinhentismo. O Teatro vicentino.
3. O Renascimento. Seus introdutores.
4. Camões, lírico e épico.
5. O Seiscentismo: a prosa do século XVII; Vieira, Bernardes e Frei Luís de Sousa.
6. O Arcadismo. Bocage.
7. O Romantismo. Garret, Herculano, Castilho, Camilo.
8. O Realismo. Antero de Quental e Eça de Queirós.

II — *Literatura Brasileira*

1. A literatura colonial do século XVI a XVIII.
2. Frei Vicente do Salvador e Gregório de Matos.
3. O grupo mineiro; épicos e líricos.
4. O Romantismo (prosa e verso): Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Alvaro de Azevedo, Castro Alves, Manuel de Macedo, José de Alencar, Manuel Antonio de Almeida.
5. O Parnasianismo. Alberto de Oliveira, Olavo Bilac e Raimundo Correia.
6. O Naturalismo. Aluísio de Azevedo e Raul Pompéia.
7. Machado de Assis.
8. O Simbolismo. Cruz e Sousa, Alphonsus de Guimarães e Mário Pederneiras.
9. O Modernismo.

c) Resumo de um trecho escrito, entregue ao examinando na ocasião da prova.

d) Dissertação sobre um tema de ordem geral, sorteado de lista previamente organizada.

II — FRANCÊS

1. PROVA ESCRITA

a) *Gramática* (questões objetivas e composição de pequenas frases).

1. Formação das palavras: derivadas e compostas — famílias de palavras, sinônimos e antônimos.

2. O substantivo: formação do feminino e do plural, sintaxe do substantivo.
3. O artigo e o adjetivo qualificativo: os diferentes artigos (definido, indefinido, partitivo), seu emprego. Formação do plural e do feminino dos adjetivos qualificativos, sintaxe dos adjetivos qualificativos.
4. Os pronomes pessoais: formas dos pronomes pessoais, sintaxe.
5. Os pronomes e adjetivos demonstrativos: formas e sintaxe.
6. Os pronomes e adjetivos possessivos: formas e sintaxe.
7. Os pronomes interrogativos, relativos: formas e sintaxe.
8. Os pronomes indefinidos: formas e sintaxe.
9. O verbo: conjugações — verbos irregulares — sintaxe do verbo: os sujeitos e os complementos do verbo — regras de concordância (concordância dos participios) — emprego dos tempos e dos modos.
10. Os advérbios: formação dos advérbios de modo — os diferentes advérbios — sintaxe do advérbio.
11. Preposições e conjunções: formas e sintaxe.
12. Galicismos: expressões idiomáticas do uso corrente.

b) Versão de dois ou mais pequenos trechos de estilos diferentes.

c) Redação (em qualquer uma de suas formas).

2. PROVA ORAL

- a) Leitura e tradução, à primeira vista, de um trecho e resposta a perguntas relacionadas com o assunto tratado pelo autor.
- b) Desenvolvimento de um tema da atualidade sorteado de lista previamente organizada e conversação sobre o mesmo.

III — INGLÊS

1. PROVA ESCRITA

a) *Gramática* (questões objetivas, tipo «test»):

1. Flexão e sintaxe dos substantivos.
2. Sintaxe dos artigos e dos adjetivos.
3. Sintaxe dos pronomes.

4. Flexão e sintaxe dos verbos regulares e irregulares; emprego dos auxiliares; emprego dos tempos.
 5. Sintaxe do infinitivo, do gerúndio e dos participios.
 6. Sintaxe dos advérbios.
 7. Emprego das preposições e das conjunções.
 8. Construção das frases e colocação das palavras.
 9. Expressões e construções idiomáticas.
 10. Sinónimos e antónimos; homófonos e homónimos; derivados.
- b) Versão de dois ou mais pequenos trechos, de estilos diferentes.
- c) Redação (em qualquer uma de suas formas).

2. PROVA ORAL

- a) Leitura e tradução, à primeira vista, de um trecho e resposta a perguntas relacionadas com o assunto tratado pelo autor.
- b) Desenvolvimento de um tema da atualidade sorteado de lista previamente organizada e conversação sobre o mesmo.

HISTÓRIA DO BRASIL

1. O descobrimento.
2. As primeiras Expedições e as Capitanias hereditárias.
3. Os Governos Gerais e a conquista do litoral. A expansão para o Norte.
4. A luta contra os invasores.
5. Bandeiras e Bandeirantes.
6. Minas de Ouro e Prata.
7. A catequese. Os Jesuítas. A expansão territorial especialmente para o sul.
8. As lutas autonomistas.
9. A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil.
10. D. João, O Brasil Reino. A Política exterior de D. João VI. A Aliança Inglesa. A conquista da Guiana Francesa. Luta com Artigas.
11. A revolução de 1817 em Pernambuco. A regência de D. Pedro.
12. A Independência.

13. O Governo de D. Pedro I. O predomínio do poder central. Os conflitos no Prata (Cisplatina).
14. A Regência. O ato adicional. A agitação nas províncias.
15. Reinado de D. Pedro II. As guerras. As revoluções. O progresso material e cultural do Brasil.
16. O tráfico. A abolição da escravidão. A questão religiosa. A questão militar. A propaganda republicana.
17. A primeira República. A Constituição de 1891. Presidências. População, imigração, agricultura, instituições culturais, pensamento jurídico e político.
18. A Política Exterior da Primeira República. Questão com a Inglaterra: Ilha da Trindade, consolidação das fronteiras. A questão do Acre. As conferências da Paz e as Pan-americanas. O Comércio externo. A Primeira Guerra Mundial. A Conferência da Paz. A Liga das Nações. A Corte de Haia.
19. A Crise da Primeira República. Canudos. Jacobinismo, civilismo e revoltas militares. Presidências.
20. A Segunda República. A Revolução de 1930. A Constituição de 1934. As crises económico-políticas. O golpe comunista. A renovação literária e artístico (modernismo). A Segunda Guerra Mundial. A Siderurgia. O desenvolvimento económico.

GEOGRAFIA

1.ª parte — Geografia física.

1. Clima.
2. Relêvo.
3. Hidrografia.
4. Vegetação e solos.

2.ª parte — Geografia regional.

1. Estados Unidos da América e Canadá.
2. México, América Central e Países antilhanos.
3. Venezuela, Colômbia e Equador.
4. Peru, Bolívia e Chile.
5. Países do Prata.
6. Europa meridional.

7. Europa ocidental e setentrional.
8. Europa central.
9. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
10. Oriente Médio e Próximo.
11. Sul e Sudeste da Ásia.
12. Extremo Oriente.
13. Continente africano.
14. Austrália e Nova Zelândia.

3.^a parte — *Geografia geral e regional do Brasil.*

1. Aspectos gerais da geografia física.
2. Aspectos gerais da geografia humana.
3. Aspectos gerais da geografia econômica.
4. As grandes regiões geográficas brasileiras (divisão do Conselho Nacional de Geografia).

HISTÓRIA MUNDIAL MODERNA

1.^a parte — *Da Paz de Westphalia aos Tratados de Utrecht e de Rastadt.*

1. Os Tratados de Westphalia e a Europa de 1648.
2. A Inglaterra no século XVII — evolução interna — Cromwell — A revolução de 1688.
3. A evolução da Espanha no século XVII — As Províncias Unidas e sua expansão comercial.
4. A França sob Luís IV — evolução do absolutismo — A nova ordem social e econômica.
5. A rivalidade sueco-russa: Pedro I e Carlos XII.
6. A política europeia de 1660 a 1714 — Preponderância francesa — As Coligações — Os Tratados de Utrecht e Rastadt.
7. O recuo do Império Otomano — Paz de Passarowitz (1718).

2.^a parte — *Dos Tratados de 1714 ao Congresso de Viena.*

1. A Inglaterra no século XVIII — As condições de sua evolução política, social e econômica.
2. A França no século XVIII — Regência — Luís XV e Luís XVI — Tentativas de reformas.
3. O Reino da Prússia — Frederico II.

4. A Rússia no século XVIII — Catarina II e as reformas.
5. As relações internacionais no século XVIII — As rivalidades européias — As guerras continentais — Expansão colonial e seus conflitos.
6. O pensamento político, social, econômico e científico do século XVIII — O Despotismo esclarecido.
7. A Colonização na América — A evolução da América Latina colonial — a independência das 13 colônias inglesas da América.
8. A Revolução francesa: principais fases — Reorganização política, social e econômica — Política exterior.
9. O Consulado e o Império — sua obra.

3.^a parte — *Do Congresso de Viena ao Tratado de Versalhes.*

1. O Congresso de Viena e as Restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.
2. A «Revolução industrial» na Europa e a transformação das estruturas sociais.
3. As Revoluções Liberais e Nacionais de 1830 e 1848.
4. A Inglaterra — Suas reformas, sua expansão colonial.
5. A França da 2.^a República e do 2.^o Império.
6. A questão do Oriente, até o Tratado de Paris (1856).
7. Cavour e a Unidade Italiana — Questão romana.
8. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.
9. Absolutismo e reformas na Rússia — Os Balcãs — Tratado de Berlim (1878).
10. As Nações latinas da América no século XIX.
11. Os Estados Unidos — Expansão territorial — Guerra de Secessão — Industrialização.
12. O Extremo Oriente — China e Japão.
13. As Relações Internacionais de 1878 a 1914 — A política das alianças — Rivalidades coloniais — Os problemas balcânicos.
14. A 1.^a Grande Guerra. A participação americana e o Tratado de Versalhes.

4.^a Parte — *Do Tratado de Versalhes à Segunda Guerra Mundial.*

1. Relações Internacionais e problemas econômicos.
2. Política Interna dos Estados Democráticos.
3. A Revolução russa — Política interna.

4. Política dos Estados Totalitários (Itália, Alemanha, Polónia, Japão e Turquia).
5. Os Estados Unidos no Período de Entre-Guerras.
6. A Política Internacional de 1919 a 1939 — Liga das Nações — Pactos e Ententes — Desarmamento.
7. As Crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Extremo-Oriente.

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO

1.ª Parte — Do Direito Positivo em Geral.

I

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. O Direito positivo.
2. O Direito objetivo; conceito; conteúdo; a norma jurídica, definição e elementos.
3. Direito Público e Privado; suas subdivisões e relações.

II

4. As fontes formais do Direito objetivo: a lei e o costume; a analogia e os princípios gerais do Direito.
5. As fontes mediatas do Direito objetivo. O art. 4.º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.
6. O papel da doutrina e da jurisprudência; a equidade.

III

7. Interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais e as regras de hermenêutica consagradas no art. 5º da Lei de Introdução.

2.ª Parte — Da lei.

I

1. Conceito de lei; classificação das leis; lei e regulamento.
2. Elaboração das leis; fase legislativa e fase executiva; sanção; promulgação e publicação.

II

3. Eficácia da lei no espaço; conflitos de leis no espaço e o direito internacional privado; conceito, caráter peculiar de suas normas e principais critérios adotados para a aplicação do direito estrangeiro, de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil.

III

4. Eficácia da lei no tempo; os conflitos de leis no tempo e o direito intertemporal. As disposições transitórias; o princípio da irretroatividade das leis e o direito adquirido no direito positivo brasileiro; histórico do problema e sua situação atual; a Lei n.º 3.238, de 1.º de agosto de 1957.
5. Cessação da eficácia da lei; termo, condição, suspensão e revogação (ab-rogação, derrogação e modificação).

3.ª Parte — Do Direito Privado.

I

1. Direito privado e Direito civil. A codificação do direito civil brasileiro; as tentativas de codificação; o «Esbôço» de Teixeira de Freitas e os demais projetos; o projeto de Clóvis Beviláqua. Divisão do Código Civil Brasileiro.

II

2. Relação jurídica; noção e elementos. Sujeito do direito, pessoa e personalidade.

III

3. Direito subjetivo; noção. *Norma agendi* e *facultas agendi*. Direito subjetivo e faculdade jurídica. Classificação dos direitos subjetivos.

IV

4. *Parte Geral do Código Civil*. Pessoa natural; início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
5. Pessoa jurídica; noção; constituição e extinção; classificação.
6. Domicílio; noção; domicílio e residência; importância do domicílio no direito positivo brasileiro.
7. Fatos e atos jurídicos. Classificação dos atos jurídicos. Dos efeitos dos atos jurídicos: caracterizar o erro, o dolo, a coação, a simulação e a fraude contra credores. Modalidade dos atos jurídicos: condição, termo, prazo e encargo. Forma e prova dos atos jurídicos. Nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos. Atos ilícitos; legítima defesa, estado de necessidade, abuso de direito.

V

8. Direito Comercial; noção; conceito de ato de comércio e de comerciante. Definição e classificação das sociedades comerciais. O problema da autonomia do direito marítimo e do direito aeronáutico.

1.ª Parte — Do Estado e da Constituição.

I

1. O Estado; conceito e elementos essenciais.
2. Estados simples e Estados compostos.

II

3. Formas de Governo: monarquia, república e ditadura (marxista e fascista).
4. Regimes de Governo: presidencialismo, parlamentarismo e sistema diretorial ou regime colegial.

III

5. O princípio democrático; conceito de democracia; democracia direta; a democracia representativa; a democracia mista ou semidireta e suas instituições; o referendun, o veto popular e a iniciativa popular.

IV

6. Constituição; conceito; tipos de constituição. História do constitucionalismo brasileiro.

V

7. O Estado na comunidade internacional; o direito internacional público; conceito, fundamento. As Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos.
O Direito; o Estado e a paz universal; o problema do governo mundial.

1.º ANO LETIVO

PORTUGUÊS

1. *Parte teórica*: As condições da língua escrita; o que ela nos impõe ao escrever. Problemas de conteúdo e problemas de forma. Método para a composição escrita. Análise crítica de uma composição. O assunto impondo o estilo.

2. *Parte prática oral*: Comentários em aulas de obras de autores lidos fora de classe, visando sobretudo a melhor expressão oral. Análise estilística de excertos tirados dos mesmos autores.
3. *Parte prática escrita*: Composições escritas sobre temas dissertativos, narrativos e descritivos. Paráfrases em prosa de composições poéticas. Comentários de leituras. Tradução em aula de trechos de autores modernos franceses e ingleses.

Escritores portugueses aconselhados: Herculano, Camilo, Eça, Oliveira Martins, Antero de Quental, Miguel Torga, Ferreira de Castro, Joaquim Paço d'Arcos, Aquilino Ribeiro.

Escritores brasileiros aconselhados: Machado de Assis, Graciliano Ramos, Cornélio Pena, Jorge Amado, Guimarães Rosa.

Prática de tradução: Escritores franceses aconselhados: Taine, Renan, Alphonse Daudet, Anatole France, G. Duhamel, Maurois, Camus, St. Exupéry.

Escritores ingleses aconselhados: Macaulay, Emerson, C. Lamb, Th. de Quincey, Carlyle, Lytton, Strachey.

FRANCÊS

Orientação geral: Dar aos alunos maior facilidade de expressão, quer oral quer escrita.

Meios:

1. revisão gramatical através de exercícios intensivos:
 - a) uma versão semanal: correção individual, coletiva e comentários.
 - b) uma redação quinzenal sobre assuntos históricos, sociológicos, artísticos, políticos e literários.
 - c) emprêgo correto dos tempos verbais (L'Emploi des Temps en français — Henri Sensine.) Exercícios orais e escritos.
2. Libertar os alunos da inibição através de pequenas conferências feitas por eles sobre assuntos de sua escolha (tempo: 15 minutos). A exposição do «conferencista» será depois debatida pelos outros alunos. Debate coletivo seguido de uma síntese.

3. Leitura de obras francesas modernas, seguida de perguntas sobre o fundo e a forma: expressões idiomáticas.

INGLES

The aim of the Course is to provide a general training in the following language skills:

1. *Reading for Comprehension.* This involves the discussion of short passages complete in themselves (Texts from the textbook «Modern English Merry-Go-Round» and from various other contemporary sources) and practice in selecting the principal ideas — as well as gauging the attitude and intentions — of the writers concerned. Short lectures (spoken composition) and reports (written composition) on books and pamphlets read out of class offer similar practice on more extended texts.
2. *Writing English.* This involves straightforward compositions, reports, articles and letters on a variety of topics. Stress is laid on the selection of material and the proper development of ideas through the paragraph. The ability to relate abstractions to concrete facts and examples is considered to be most important and is constantly trained.
3. *Oral work.* Discussions in class on a variety of topics provide listening and answering practice for students. Discussions may be impromptu or prepared, and may take special forms, e.g. debates, lectures followed by question time, «Brains Trusts», and so on. Drill in pronunciation and intonation is provided.

The ability to relate written to spoken English is trained through Dictation and by writing reports of the oral discussions held in class. Written reproduction of short spoken narratives is also regularly set.

4. *Grammar.* Frequent revision and study of important and difficult points is essential. Among these are: The Use of Tenses, in particular the Present Perfect; Conditional Sentences; Relative Clauses; Modal Verbs. In the wider sense, the grammar lesson includes practice in sentence-building and sentence-joining, in variation for emphasis, in punctuation, and so on.

5. *Translation.* Regular practice in translating both from English to Portuguese and from Portuguese to English. «Faux amis» are carefully dealt with.
6. *Scope of the background material.* It ranges widely over many cultural, social, political, scientific and general topics. Some help is given with the language of journalism and some of the most significant differences between British and American usages (pronunciation, spelling vocabulary, grammar) are pointed out.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL

- I — A configuração territorial do Brasil e seus fatores determinantes.
- II — A atuação diplomática conseqüente: previsora e legalizadora.
- III — A diplomacia no período colonial.
- IV — A diplomacia no período imperial.
- V — A diplomacia no período republicano.
- VI — Os tratados de Madrid e de Santo Ildefonso.
- VII — O reconhecimento da independência do Brasil, a abolição do tráfico de africanos, a questão religiosa e as questões platinas.
- VIII — Rio Branco e sua obra.
- IX — As demarcações de limites.
- X — A diplomacia brasileira na atualidade.

GEOGRAFIA

GEOGRAFIA DO BRASIL

- I — A população — sua distribuição atual.
 - a) Condições físicas básicas dessa distribuição:
 1. o clima;
 2. o relevo;
 3. a vegetação;
 4. a hidrografia.

- b) A síntese do povoamento.
- c) A evolução econômica e a distribuição da população:
 - 1. a agricultura: problemas agrários, reforma agrária, colonização;
 - 2. a pecuária;
 - 3. a indústria;
 - 4. o problema dos transportes.

II — Dinâmica da população — conclusões:

- a) migrações internas;
- b) crescimento da população;
- c) urbanização.

III — Trabalhos escolares:

- a) prova escrita.
- b) trabalho de pesquisa — tema: «Aspectos geográficos da mineração do ferro no Brasil».

ECONOMIA POLITICA

I — Noções Básicas

1. *Introdução* — O fenômeno econômico. Definição e características. Natureza, escopo e metodologia da análise econômica. Análise estática e dinâmica. Econometria. Teoria e política econômica.
2. *O Conceito de Equilíbrio em Economia* — Significado do conceito. Aplicação dos conceitos de equilíbrio ao fenômeno econômico. Tipos e situações de equilíbrio.
3. *Valor e Preços* — Fundamentos básicos de uma teoria do valor. Valor e preços. O sistema de preços e o funcionamento da economia capitalista. Oferta e procura. Mudanças de equilíbrio.
4. *Os componentes dos preços* — Teoria da oferta; lei da produção e custos de produção. Teoria da demanda; as leis de consumo.
5. *Os preços dos fatores de produção* — Salário, renda, juro e lucro. A distribuição da renda.

II — Instrumentos de Análise

1. *O Conceito de Elasticidade* — Aplicações em economia. A elasticidade-preço de demanda. A elasticidade-renda da demanda. A elasticidade da oferta.
2. *A Análise Marginal e Problemas de «Maximização»* — A margem. O rendimento marginal, o rendimento total e suas relações com a elasticidade-preço da demanda. Custos marginais e outros custos. O custo marginal e a curva de oferta da firma. O conceito de utilidade marginal.
3. *Correlação Linear* — Função de regressão linear, coeficiente de regressão, regressão entre variáveis reduzidas, coeficientes de determinação, alienação, correlação e covariância.
4. *Noções de probabilidade e amostragem* — Curva normal, significância de medidas estatísticas.
5. *Projeções* — Erro padrão de estimativas e faixa de segurança; problemas gerais de projeções. Números índices. Objetivos e construção.

III — Análise Agregativa

1. *Revisão dos Conceitos de Produto Nacional, Renda Nacional e Medidas conexas*. Interpretação dos dados relativos à renda nacional. A renda nacional do Brasil. Utilização da renda disponível: consumo e poupança.
2. *Papel da Moeda e do Crédito na Economia Moderna*. Funções e modalidades da moeda. Teoria do funcionamento do Banco Central. Organização bancária brasileira.
3. *Fatores determinantes da Renda Nacional* — Propensão a consumir; investimento; eficiência marginal do capital e taxa de juros. A relação poupança-investimento e o nível de renda. O multiplicador e o acelerador. Papel da atividade econômica do Estado: tributação, despesas governamentais e determinação da renda.

Nota — Na medida em que for completada a apresentação de instrumentos teóricos de análise, serão apresentados e resolvidos em aula problemas que utilizem praticamente as noções desenvolvidas. Será exigida a solução de problemas pelos alunos, tendo sempre em vista a utilidade e relevância dos mesmos para a carreira de Diplomata. Os rudimentos de matemática e de estatística necessários ao contato direto do aluno com problemas práticos serão desenvolvidos em aula, de acordo com as necessidades dos trabalhos práticos.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

1. *Noções fundamentais*

Conceito de Direito. Causalidade e imputação. Ciências causais e ciências normativas. Sistemas e ordens normativas da conduta humana. Norma jurídica e regra de Direito.

Estado: conceitos jurídico e sociológico. Aspectos normativo e institucional. O Estado de Direito: constituição e legalidade.

2. *Constituição e Direito Constitucional*

Constituição em sentido formal e material; sentido lógico-jurídico. Aspectos políticos.

Classificação das constituições: escritas, não escritas, rígidas, flexíveis, históricas e revolucionárias.

Conceito político de constitucionalismo e de constituição.

Direito Constitucional; natureza, objeto, divisão e métodos. Sua posição e classificação no conhecimento jurídico. Direito interno e Direito Internacional: monismo, dualismo e nacionalismo jurídicos.

3. *Fontes do Direito Constitucional*

Conceito de fontes do Direito.

Sua natureza e classificação: imediatas, mediatas, filosóficas, históricas e positivas.

As fontes positivas de conhecimento e de produção. Fontes de produção escritas e não escritas.

4. *Histórico do Direito Constitucional*

Antiguidade clássica: Grécia e Roma.

O Cristianismo e a Idade Média.

O Renascimento e a formação do Estado Nacional.

Constitucionalismo e liberalismo: contribuições anglo-americanas e francesas ao Direito Constitucional moderno.

A contribuição dos publicistas germânicos.

Doutrinas contemporâneas: Teoria Pura do Direito (Kelsen), Decisionismo (C. Schmitt), as doutrinas fascista e comunista de Direito e do Estado.

5. *Formas de Estado e de governo*

As Classificações de Aristóteles e de Maquiavel. Formas mistas.

Formas de Estado: simples e compostos. Federação e Confederação.

A Comunidade Britânica, a União Soviética e a Santa Sé.

Formas de governo: monárquica e republicana.

Regimes de governo e divisão de poderes: parlamentarismo, presidencialismo, regimes de assembleias, diretoria e colegial.

A ditadura.

6. *O Estado e os Regimes Políticos*

O Estado e as ideologias políticas. Estado Autocrático e Estado Democrático. Técnicas e Instrumentos da Democracia: — Direitos Individuais; Divisão de Poderes; Participação popular nos negócios do Governo; Democracia direta, semi-direta e representativa; O sufrágio, o plebiscito, o referendo e a iniciativa legislativa popular.

7. *Direito Constitucional Brasileiro*

A Constituição do Império. O Ato adicional. A Constituição de 1891. As Constituições de 1934 e 1937.

8. *A Constituição de 1946 (I)*

A Organização Federal. Distribuição de Competência. Intervenção Federal.

9. *A Constituição de 1946 (II)*

O Poder Legislativo.

10. *A Constituição de 1946 (III)*

O Poder Executivo.

11. *A Constituição de 1946 (IV)*
O Poder Judiciário, a Justiça dos Estados. O Ministério Público.
12. *A Constituição de 1946 (V)*
Nacionalidade e Cidadania.
13. *A Constituição de 1946 (VI)*
Direitos Individuais.
14. *A Constituição de 1946 (VII)*
A ordem econômica e social.
15. *A Constituição de 1946 (VIII)*
Da Família, Educação e Cultura. Das Classes Armadas. Dos Funcionários Públicos.
16. *A Constituição de 1946 (IX)*
Estado de Sítio.
17. *A Constituição de 1946 (X)*
Emendas à Constituição. Disposições Gerais.

III — DIREITO ADMINISTRATIVO

18. *Conceito e Posição do Direito Administrativo*
A regulamentação jurídica da atividade do Estado. Atos de Império e atos de gestão. Disciplina de Direito Público e de Direito Privado. Teoria da dupla personalidade jurídica do Estado. O Intervencionismo do Estado Moderno e a diferenciação da atividade administrativa do Estado.
19. *Direito Administrativo e Direito Constitucional*
Pontos de contacto e critérios de distinção. Direito Administrativo e Direito Privado; relações de semelhança e de oposição. Direito Administrativo e Ciência de Administração; atividade vinculada e atividade discricionária.

20. *Ato Administrativo. Conceito.*
Diferenciação (atos de império e atos de gestão: atos de gestão pública e de gestão privada). Os atos administrativos e os «atos jurídicos».
21. *Ato Administrativo — Classificação*
Atos executórios e não executórios. Atos normativos e opinativos. Atos unilaterais e bilaterais. Atos complexos.
22. *Condições de Validade dos Atos Administrativos*
Competência, legalidade substancial e legalidade formal. Nulidade dos atos administrativos. Desvio de Poder. Executoriedade dos atos administrativos.
23. *Contrôle dos Atos Administrativos*
Sistemas de controle: — controle judicial e contencioso administrativo. Controle judicial e atividades discricionárias. Instrumentos de controle: — jurisdição objetiva e jurisdição subjetiva, Habeas-corpus, Mandado de Segurança, Ação Popular. Auto-controle: — Revogabilidade dos atos administrativos, atividade administrativa de tipo jurisdicional. Processo Administrativo.
24. *Serviço Público*
Conceito. Formas da Execução: — execução direta e indireta. Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Concessões e Permissões.
25. *Poder de Polícia*
Conceito: Liberdade e ordem pública. Polícia e Poder de Polícia. Poder de Polícia e Direitos Individuais.
26. *Responsabilidade Pública*
Responsabilidade do Estado por atos de seus funcionários. Responsabilidade do Estado por danos resultantes de atos legítimos de soberania. Responsabilidade por danos decorrentes de calamidades e atos da multidão. Teoria da responsabilidade pelo mau funcionamento dos serviços públicos.

27. Bens Públicos

Conceito. Classificação: — bens de uso comum, de uso especial e patrimoniais. Inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade dos bens públicos. O domínio público, terrenos de marinha, terras devolutas e riquezas minerais. Noção de Domínio Eminente. Desapropriações.

28. Função Pública

Função pública em sentido lato e em sentido estrito. Natureza jurídica da relação de emprego público. Relação estatutária. Classificação do pessoal administrativo e deveres dos servidores públicos. Regime disciplinar e penal dos servidores públicos.

DIREITO CIVIL

1. O Direito Privado e seus dois ramos: o Direito Civil e o Direito Comercial. A unificação do Direito Privado. Classificação das matérias de Direito Civil e do Direito Comercial. O Direito Marítimo e o Direito Aeronáutico.
2. Da personalidade em geral. Capacidade e incapacidade. Domicílio civil. Registro público.
3. Das obrigações e dos contratos: conceito, classificação.
4. Do direito das coisas: posse e direito de propriedade. Aquisição da propriedade móvel e da propriedade imóvel. Direitos reais de fruição e de garantia.
5. Do direito de família: casamento, desquite. Relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges.
6. Do direito sucessório: sucessão legítima e testamentária. Noções fundamentais sobre inventário e partilha.

2.º ANO LETIVO

PORTUGUÊS

I — Objectivos:

1. Dar ao aluno a capacidade de expor, oralmente e sobretudo por escrito, suas idéias, pensamentos e sentimentos acerca de assuntos gerais e específicos à sua futura profissão.

2. Capacitar o aluno a assimilar e a interpretar, oralmente e sobretudo por escrito, o que lê ou o que ouve.

II — Atividades correlatas.

1. Prática de redação sobre temas pertinentes à História, Política Econômica, Geografia, Direito, etc.
2. Prática intensiva de redação de documentos oficiais (cartas, memorandos, ofícios, exposições de motivo, etc.).
3. Leitura de textos literários e profissionais.
4. Prática de exposições orais sobre assuntos da vida real e profissional, dados na hora ou previamente determinados.

III — Procedimentos didáticos.

1. Correção comentada das redações, em que se subministrarão as noções e exercícios gramaticais ou estilísticos, necessários à expressão clara, correta, própria e expressiva, além de recomendações sobre a técnica da redação de documentos oficiais.
2. Interpretação comentada dos textos lidos, acompanhada, quando necessário, de exercícios gramaticais e estilísticos.
3. Exercícios práticos de prosódia, vocabulário e fraseologia.

IV — Material didático.

1. Listas de temas para a redação e exposição oral.
2. Modelo das diferentes peças oficiais, com suas definições e características.
3. Textos de leitura mimeografados.
4. Exercícios práticos mimeografados.

FRANCÊS

- a) Explication de textes d'auteurs français contemporains.

But — Recherche de la précision du vocabulaire, emploi des expressions idiomatiques. Correction de la langue écrite (dictées, comptes rendus) et de la langue parlée (comptes rendus oraux).

b) Rédaction de lettres. Formules d'usage. Style de chancellerie.

c) Séances au laboratoire Audio-Visuel de l'Alliance Française de Rio — Maison de France. Auto-correction.

But — Meilleure compréhension du français rapide et très élide tel qu'il est employé dans la conversation courante. Suppression de l'accent.

INGLÊS

1. Revision of the Structure of Modern English with thorough practice. Study and practice of current language.

Oral and written exercises and practical use.

2. Oral Practice.

Discussion, debating, communication, addresses, formal and informal.

POLÍTICA ECONÔMICA

1.º) *Impacto do Comércio Internacional sobre a Economia*: Natureza e efeitos das transações econômicas internacionais: mercadorias, serviços e capitais. O balanço de pagamentos: estrutura e condições de equilíbrio. O balanço de pagamentos do Brasil. A taxa cambial e sua determinação: taxas estáveis e taxas flexíveis. Intervenção do Estado no comércio internacional: fatores que a determinam; meios de intervenção: tarifa aduaneira, controle quantitativo, controle cambial, etc. O problema cambial no Brasil. Acordos comerciais. Cooperação econômica internacional no pós-guerra; Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT).

2.º) *Flutuações Econômicas Internacionais*: Natureza e fases do ciclo econômico. Fatores determinantes do ciclo econômico. Aspectos internacionais das flutuações econômicas. Política monetária e fiscal e controle do ciclo econômico.

3.º) *Desenvolvimento Econômico*: Conceito e mensuração do crescimento econômico. Fatores determinantes do processo de crescimento: a) recursos naturais; b) formação do capital; c) força de trabalho; d) capacidade empresarial e e) progresso tecnológico. Papel dos fatores de natureza institucional. O pro-

blema de acelerar o progresso de crescimento nos países pouco desenvolvidos economicamente: a) características básicas dos países pouco desenvolvidos; b) obstáculos ao desenvolvimento; c) condições gerais para o desenvolvimento; d) o papel do governo e a programação econômica. A importância do comércio internacional. Agricultura, industrialização e crescimento econômico. Inflação, balanço de pagamentos e desenvolvimento econômico. Notas sobre o desenvolvimento econômico do Brasil.

DIREITO COMERCIAL

1. Direito Comercial — Conceito e natureza — Autonomia — Fontes.

2. Matéria de comércio — Sistemas objetivo e subjetivo — O comerciante — caracterização — Impedimentos — Proibições — O estrangeiro comerciante.

3. As sociedades comerciais — Personalidade jurídica — Tipos — Nacionalidade — Sociedades comerciais estrangeiras.

4. Sociedades em nome coletivo — Sociedade em comandita simples — Sociedades de capital e indústria — Sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

5. Sociedades anônimas — Conceito — História — Nome — Capital — Ações — Acionistas — Partes beneficiárias.

6. Sociedades anônimas — Constituição — Funcionamento — Órgãos — Sociedades anônimas no direito comparado.

7. A empresa comercial — Estabelecimento comercial — Propriedade industrial.

8. Títulos de crédito — Conceito, princípios, história — Classificação — Circulação dos títulos de crédito — Endossos — Tradição — Cessão.

9. Letra de câmbio e nota promissória — Conceito, história, requisito — Aval, intervenção, anulação, ressaque.

10. Cheque — Conceito — Natureza jurídica — Cheque cruzado, cheque marcado, cheque visado — Compensação.

11. Debêntures — Natureza — Privilégio — Lançamento — Requisitos — Debêntures no direito comparado.

DIREITO MARÍTIMO E AERONÁUTICO

1. Comércio pela navegação — Direito comercial marítimo e aeronáutico — A doutrina particularista.
2. Navio e aeronave — Conceito e nacionalidade — Individualização — Natureza jurídica.
3. Propriedade do navio e da aeronave — Armação e exploração — O Estado como armador.
4. O comandante — Funções — Tripulação do navio e da aeronave.
5. Contratos de utilização do navio e da aeronave — Locação — Fretamento — Transporte.
6. O conhecimento — Conceito, natureza, requisitos — Funções e força probante — Recibos para embarque e «delivery order».
7. Seguro marítimo e aeronáutico — Conceito, utilidade, síntese histórica, elementos substanciais.
8. O segurador — Co-seguro — Seguro sucessivo — Ressegurador — O risco — O interesse segurado — Formação, prova e resolução do contrato de seguro.
9. Avaria — Espécies — Avaria particular — Avaria comum — Conceito — Requisitos — Regulação e liquidação da avaria comum — Regras de York e Antuérpia.
10. Assistência e salvamento — Conceito, natureza — Assistência e reboque — As Convenções Internacionais.
11. Abalroação naval e aeronáutica — Conceito, classificação, responsabilidades — As Convenções Internacionais.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal.
2. Diversidade legislativa: internacional, interestadual, interprovincial.
3. Definição do Direito Internacional Privado. Solução Indireta dos conflitos de leis. Direito Uniforme e Direito Comparado.
4. Divisão do objeto do DIP. Impropriedade do nome DIP.

5. Fontes do DIP: internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina.
6. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
7. Divergência espacial de normas do DIP: teorias da renúncia e da devolução.
8. Divergência temporal das normas do DIP. Conflitos de qualificação.
9. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
10. Nacionalidade. Princípios gerais. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação e casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.
11. Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.
12. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
13. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos de nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiro no serviço nacional.
14. Domicílio. Aquisição. Domicílio de origem. Domicílio necessário. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.
15. Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, fôro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
16. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciais.
17. Expulsão. Casos. Processo. Recursos. Efeitos.
18. Direitos e deveres em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
19. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.

20. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira.
21. A ordem pública. A fraude à lei.
22. Aplicação indireta. A teoria dos direitos adquiridos.
23. Direito civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução de direito brasileiro.
24. Atos jurídicos. Vícios do consentimento. Forma. Prescrição.
25. Direito de família. Conflito de leis pessoais.
26. Do casamento. Impedimentos. Forma.
27. Relações pessoais dos cônjuges. Regime de bens do casamento.
28. Desquite, divórcio e anulação do casamento.
29. Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e curatela.
30. Direito das coisas.
31. Direitos Autorais.
32. Direito das obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e «aparentes». Dívidas em moeda estrangeira e taxa de conversão.
33. Direito das sucessões.
34. Direito cambial internacional. Falências.
35. Direito marítimo e aéreo internacional.
36. Direito industrial e operário internacional.
37. Direito Penal Internacional — Territorialidade e Extraterritorialidade das Leis Penais.
38. Direito processual civil internacional. Competência — Forma do Processo — Rogatórias.
39. Homologação de sentenças estrangeiras.
40. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução.

1. Noção geral. Conceito. Exclusão da moral, cortesia e direito natural.
2. Fundamento. As teorias voluntaristas e as objetivas. A doutrina do direito natural.
3. As fontes do direito internacional público. O art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
4. Desenvolvimento histórico do direito internacional público.
5. Direito internacional e direito interno. O primado do direito internacional.
6. A técnica do direito internacional público. Influência civilista e influência do direito público interno. Método e sistemática.

II — O Estado sujeito do direito internacional.

7. O Estado em direito internacional. Elementos constitutivos. Estado, Nação e Povo. Doutrina das nacionalidades. Princípio de auto-determinação.
8. Classificação dos Estados, em relação à sua estrutura. Estados simples e compostos. União pessoal, união real, confederação e federação. A Comunidade Britânica de Nações. A Rússia Soviética.
9. Classificação dos Estados em relação à sua autonomia. Estados soberanos, vassalos e protegidos. O sistema internacional de tutela.
10. Nascimento e reconhecimento dos Estados. Efeitos do reconhecimento.
11. Transformações dos Estados. Alterações da organização política. Alterações territoriais.
12. Extinção dos Estados. Consequências jurídicas das transformações e extinção dos Estados.
13. Direitos fundamentais dos Estados. Direito de conservação. Direito de independência.
14. Deveres dos Estados. Deveres jurídicos e morais. Responsabilidade dos Estados.

15. A intervenção em direito internacional. A intervenção sob o ponto-de-vista histórico.
16. A Doutrina de Monroe. Sua evolução.
17. Restrições aos direitos dos Estados. Servidões internacionais. Neutralidade perpétua. Outras restrições.

III — Os organismos internacionais.

18. Antecedentes da Organização das Nações Unidas. A Liga das Nações. Sua origem. Estrutura e funcionamento. Causas de seu insucesso.
19. A Organização das Nações Unidas. Seus princípios e finalidade. Sua estrutura. A Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Económico e Social, o Conselho de Tutela, o Secretariado.
20. Funções e atribuições das Nações Unidas. A manutenção da paz e a segurança coletiva. Outras funções. Revisão da Carta.
21. Acórdos ou organismos regionais. A Organização dos Estados Americanos. Histórico. Composição, estrutura e funcionamento.
22. Os organismos especializados. Organismos especializados das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.
23. Os organismos europeus e asiáticos. A Liga Árabe.
24. A Santa Sé e a Cidade do Vaticano. Situação anterior a 1870. A lei das garantias. Os acórdos do Latrão.

IV — O homem nas relações internacionais.

25. O indivíduo em direito internacional. Direitos internacionais do homem. A convenção sobre o genocídio.
26. Proteção e inviolabilidade da pessoa humana. Escravidão e tráfico de escravos. Tráfico de mulheres e crianças. Proteção contra as enfermidades. Refugiados e apátridas. Direitos de imigração.
27. A nacionalidade. Nacionalidade de origem. Nacionalidade adquirida. Naturalização.
28. Relações com os nacionais no estrangeiro. Proteção diplomática. Perda da nacionalidade. Reintegração na nacionalidade perdida.

29. O estrangeiro nas relações internacionais. Admissão. Passaportes. Situação jurídica dos estrangeiros.
30. A extradição. Noção e princípios gerais. Pessoas passíveis de extradição. Ato que a motivam. Condições para a extradição.

V — Esfera de validade da ordem jurídica internacional.

31. O território. Domínio terrestre. Limites. Delimitação e demarcação.
32. Domínio aquático. O domínio fluvial. Rios nacionais, internacionais e internacionalizados. Navegação.
33. Mares internos e lagos. Canais marítimos.
34. Mar territorial. Noção e conceito. Sua extensão. Direito de passagem inocente. Jurisdição do Estado ribeirinho.
35. Zona contígua e plataforma continental. Conceitos.
36. Estreitos, baías, portos, estuários.
37. Domínio polar e glacial. O continente antártico.
38. Modos de aquisição e de perda do domínio do Estado. Ocupação, acessão, prescrição e cessão.
39. Domínio aéreo. Navegação aérea e rádiocomunicações.
40. O alto-mar. Sua natureza. Direitos de navegação e de pesca. Colocação de cabos submarinos. Pirataria.
41. Navios e aeronaves. Classificação. Navios em alto-mar e aeronaves sobre o alto-mar. Navios e aeronaves em território estrangeiro.

VI — Relações pacíficas entre os Estados.

42. Órgãos das relações entre os Estados. Soberanos ou Chefes de Estado. O Ministro das Relações Exteriores.
43. Direito de legação. Diplomacia. Os Agentes diplomáticos. Classificação. Pessoal diplomático. Corpo diplomático.
44. Escolha, nomeação e recepção dos Agentes diplomáticos. Deveres, atribuições e prerrogativas. Direito de asilo. Fim da missão diplomática.
45. Os Agentes consulares. Evolução histórica. Cônsules de carreira e honorários. Deveres, atribuições e prerrogativas dos Cônsules.

46. Congressos e conferências internacionais. Principais congressos e conferências nos séculos XIX e XX.
47. Acôrdos ou tratados internacionais. Noção e terminologia. Classificação. Condições de validade.
48. Garantias de execução e efeitos dos tratados. Ratificação e promulgação. Interpretação. Extinção dos tratados.

VII — *Soluções pacíficas dos litígios internacionais.*

49. Meios diplomáticos. Negociações diretas. Congressos e conferências. Bons-ofícios e mediação.
50. Meios jurídicos. A arbitragem. Definição e objeto. Formas de arbitragem. Compromisso. Processo e sentença. O Brasil e a arbitragem.
51. A solução judiciária. A Corte Internacional de Justiça. Composição. Competência. Jurisdição.
52. Comissões internacionais de inquérito e conciliação. Comissões mistas.
53. Meios coercitivos. Retorsão. Represálias. Embargo. Bloqueio pacífico. Ruptura de relações diplomáticas.

VIII — *A guerra em direito internacional.*

54. A guerra. Noções gerais. As leis da guerra. Sua sanção. O começo das hostilidades e seus efeitos.
55. A guerra terrestre. As forças armadas dos beligerantes. Ocupação militar. Prisioneiros de guerra. Enfermos, feridos e mortos.
56. A guerra marítima. As forças armadas dos beligerantes.
57. A propriedade privada na guerra marítima. Prêas marítimas.
58. A guerra aérea.
59. Relações entre os beligerantes. Suspensão de armas e armistício. Capitulação.
60. Noção geral da neutralidade. Direitos e deveres dos neutros.
61. A liberdade de comércio dos neutros. Contrabando de guerra. Bloqueio. Direito de visita. Captura e destruição.
62. O fim da guerra. Tratados de paz.

POLÍTICA INTERNACIONAL

I — *Introdução.*

1. Ciência. Política. Relações com as outras ciências.
2. Ciência. Política e Política Internacional. Objeto. Método.

II — *A Política Externa dos Estados.*

3. Fatores que condicionam a política externa dos Estados.
4. Política interna e política externa.
5. Relações exteriores e correlações de forças.
6. Política de potências e democracia internacional.
7. A política externa das grandes potências.
8. Imperialismo e anti-imperialismo. A emancipação do mundo colonial.

III — *A Sociedade dos Estados.*

9. A Sociedade dos Estados. Estrutura e tendências.
10. Bases da cooperação entre os Estados. A diplomacia e os instrumentos políticos dos Estados.
11. O problema da organização internacional.
12. As Nações Unidas. Princípios. Objetivos. Resultados. Participação do Brasil.
13. Organizações Regionais.

IV — *Problemas Atuais.*

14. Características da política internacional contemporânea. Aspectos econômicos culturais e estratégicos.
15. Áreas estratégicas. Pontos concretos de conflito.
16. Europa.
17. Ásia.
18. África.
19. América.
20. Influência do progresso científico e técnico sobre a política internacional. Desarmamento e controle do armamento.
21. Perspectivas.

LEGISLAÇÃO

PORTARIA MINISTERIAL N.º 67 — DE 13 DE MARÇO
DE 1961

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o art. 36, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e atendendo ao que lhe propôs o Diretor do referido Instituto, resolve:

I — Aprovar o novo programa de Geografia, do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que é com esta publicado.

II — Fica revogada, nessa parte, a Portaria de 4 de maio de 1956.

Brasília, em 13 de março de 1961.

a) AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

PORTARIA N.º 11 — DE 27 DE MARÇO DE 1961

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o item XXVI do art. 11 do Regimento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948, resolve:

baixar as seguintes instruções para a concessão de bolsas de estudo a alunos matriculados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

I — O Instituto Rio-Branco concederá bolsas de estudo de manutenção e de auxílio, no valor, respectivamente, de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) e Cr\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros), por ano letivo, aos alunos matriculados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata dotados de poucos recursos financeiros.

II — Não poderão receber bolsas de estudo alunos repetentes, salvo quando a reprovação haja decorrido de excesso de faltas por motivo de moléstia devidamente comprovada.

III — Ficam revogadas as disposições anteriores sobre o assunto.

Rio de Janeiro, em 27 de março de 1961.

a) A. CAMILO DE OLIVEIRA.

PORTARIA MINISTERIAL N.º 68 — DE 31 DE MARÇO DE 1961

Mantém o currículo de dois anos no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, § 1.º, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e

Considerando que perduram as circunstâncias que determinaram a Portaria ministerial de 22 de fevereiro de 1957, resolve:

I — Manter, no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, por período que irá de março de 1962 a dezembro de 1963 e com aplicação aos candidatos aprovados nos exames vestibulares de 1961, o currículo de dois anos letivos, preexistente à Portaria ministerial de 2 de maio de 1956;

II — O regime de currículo trienal, instituído pelo item 1.º da referida Portaria ministerial, terá início quando as circunstâncias o permitirem.

Brasília, em 31 de março de 1961.

a) AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO.

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 10 de abril ao dia 9 de junho, as inscrições para o Exame de Seleção Prévia que precederá ao Exame Vestibular no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

O Exame de Seleção Prévia e o Exame Vestibular obedecerão às instruções e ao programa anexos.

O Exame de Seleção Prévia realizar-se-á no dia 7 de julho, à mesma hora, no Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Hori-

zonte, São Paulo e Porto Alegre. Seu resultado, do qual não caberá recurso, será tornado público até o dia 15 de julho.

Os candidatos aprovados no Exame de Seleção Prévia deverão solicitar inscrição no Vestibular apresentando toda a documentação exigida, nas seguintes datas: até 24 de julho, os que prestaram exame no Rio de Janeiro; até 15 de agosto, os que prestaram exame nas outras capitais.

O Exame Vestibular efetuar-se-á no Rio de Janeiro.

É fixado em 20 o número de vagas no 1.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1962, a serem preenchidas por candidatos aprovados no Exame Vestibular, rigorosamente de acordo com a ordem de classificação.

Será mantido o currículo de dois anos para os alunos que se matricularem no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1962.

Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1961.

a) ANTÔNIO CAMILO DE OLIVEIRA.

PORTARIA N.º 17 — DE 8 DE JUNHO DE 1961

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando da faculdade que lhe confere o art. 20 do Regulamento do referido Instituto, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956; e

Considerando que circunstâncias excepcionais, relacionadas com as necessidades do serviço da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aconselham a realização antecipada dos exames finais dos alunos do Segundo ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata; e

Considerando, ademais, que tal medida pode ser adotada sem sacrifício, seja do programa, seja do número de aulas previsto para o presente ano escolar; resolve:

Antecipar para 14 de outubro próximo o término das aulas do Segundo ano do referido Curso. Para tal efeito, ficam reduzidas as férias escolares do mês de julho. Os exames finais efetuar-se-ão entre 16 e 31 de outubro.

Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1961.

a) ANTÔNIO CAMILO DE OLIVEIRA.

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 7 de agosto ao dia 7 de novembro, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que, a título excepcional, se efetuará em princípios de 1962.

Esse Exame, assim como a prova de Seleção Prévia, que o precederá, obedecerão às instruções anexas e ao programa que acompanhavam o Edital de 10 de abril, publicado no *Diário Oficial*, de 17 do mesmo mês.

As provas de Seleção Prévia realizar-se-ão no dia 19 de dezembro, à mesma hora, em Brasília, Rio de Janeiro, Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Seu resultado, do qual não caberá recurso, será tornado público até o dia 27 de dezembro.

Os candidatos aprovados no Exame de Seleção Prévia deverão solicitar inscrição no Vestibular, apresentando toda a documentação exigida, nas seguintes datas: até 5 de janeiro, os que prestaram exame no Rio de Janeiro; até 15 de janeiro, os que prestarem exame nas outras capitais.

O Exame Vestibular efetuar-se-á no Rio de Janeiro, no mês de fevereiro de 1962.

É fixado em 30 o número de vagas no 1.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1962, destinadas aos candidatos aprovados neste exame, os quais serão aproveitados rigorosamente de acordo com a ordem de classificação.

Será mantido o currículo de dois anos para os alunos que se matricularem no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1962.

Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1961.

a) ANTÔNIO CAMILO DE OLIVEIRA.

PORTARIA N.º 56 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1961

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso VIII, do Regimento do referido Instituto, aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948, resolve:

I — Consideram-se válidos, pelo período de dez meses, contados da data de sua realização, os exames psicofísicos, a que

devem submeter-se os candidatos às provas de admissão ao Instituto Rio-Branco, assim como os candidatos ao concurso para a carreira de Diplomata.

II — O Diretor do Instituto Rio-Branco poderá, entretanto, mandar que o candidato se submeta a novos exames, dentro do referido período, se as circunstâncias assim o exigirem.

Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1961.

a) A. CAMILO DE OLIVEIRA.

DECRETO N.º 4 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1961

Altera a redação do art. 5.º do Regulamento do Instituto Rio-Branco.

O Presidente do Conselho de Ministros, usando da atribuição que lhe confere o art. 18, III, do Ato Adicional à Constituição Federal decreta:

Art. 1.º) A redação do art. 5.º, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, passa a ser o seguinte:

O Exame Vestibular constará das provas de Português, Francês, Inglês, História do Brasil, Geografia, História Mundial Moderna e Noções Fundamentais de Direito.

Art. 2.º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 21 de setembro de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

a) TANCREDO NEVES.

a) San Tiago Dantas.

DECRETO N.º 1 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1961

Aprova o Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores.

TÍTULO VIII

Do Instituto Rio-Branco

Art. 31. O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

I — o recrutamento, a seleção, a formação e o aperfeiçoamento do pessoal da carreira de Diplomata, bem como o aperfeiçoamento dos demais funcionários do Ministério;

II — a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais, dentro do âmbito dos seus objetivos;

III — a difusão, mediante ciclos de conferência e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais;

IV — a colaboração com a Comissão de Planejamento Político e a Divisão de Documentação em trabalhos de pesquisa sobre assuntos relacionados com as finalidades do Ministério.

Parágrafo único. Para preencher as finalidades a que se referem os itens I a III deste artigo, o Instituto Rio-Branco mantém os seguintes cursos:

I — Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;

II — Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas;

III — Curso de Altos Estudos;

IV — Cursos Especiais;

V — Cursos de Extensão.

Art. 32. O Ministro de Estado escolherá dentre os Ministros de 1.ª ou 2.ª classes, inclusive aposentados, por indicação

do Secretário Geral, o Diretor do Instituto Rio-Branco, o qual será nomeado pelo Presidente da República.

Art. 33. Antes de serem submetidos à aprovação, do Ministro de Estado, os programas de estudos e atividades serão levados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco à apreciação da Comissão de Programas e Estudos (C.P.E.), a qual emitirá parecer sobre o mérito dos mesmos.

Art. 34. A Comissão de Programas e Estudos do Instituto Rio-Branco é presidida pelo Secretário Geral de Política Exterior e da mesma fazem parte os Secretários Gerais Adjuntos, os Chefes de Departamento, o Diretor do Instituto, o Ministro-Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra e três especialistas em assuntos internacionais, indicados pelo Diretor do Instituto, designados pelo Ministro de Estado para um período de dois anos.

Art. 35. A estrutura e o funcionamento do Instituto Rio-Branco serão estabelecidos em regulamento próprio a ser elaborado pela Comissão de Programas e Estudos e aprovado por decreto do Presidente do Conselho de Ministros.

RELATÓRIO REFERENTE A 1962

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA
(C.P.C.D.)

EXAME DE ADMISSÃO AO INSTITUTO RIO-BRANCO
PARA O ANO DE 1962

EXAME VESTIBULAR

Em prosseguimento ao segundo Exame de Admissão levado a efeito, excepcionalmente, pelo Instituto Rio-Branco no ano de 1961, com a finalidade de preencher o mais rapidamente possível o grande número de vagas criadas com a Reforma do Ministério das Relações Exteriores, e cujos exames de Seleção Prévia se realizaram no dia 19 de dezembro do ano findo, efetuaram-se, de 1.º de fevereiro a 1.º de março de 1962, as provas intelectuais do exame vestibular, nas quais se inscreveram 35 candidatos aprovados no Exame de Seleção Prévia.

Os Exames de Sanidade e Capacidade Física realizaram-se no Instituto de Seleção e Contrôl do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Fernando Dias Campos Júnior. Para os exames psicológicos, realizados no Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, foi organizada a seguinte banca examinadora:

Presidente :

Professor José Leme Lopes

Examinadores :

Doutor Henrique de Novais Filho

Doutor Rawlinson Prestes Lemos

Doutor Roberto de Souza Bittencourt

MOVIMENTO GERAL

Candidatos Inscritos	35
Eliminados no Exame Físico	0
Eliminados no Exame Psicológico	1

Apresentaram-se para a primeira prova intelectual 35 candidatos, em virtude de ter-se submetido às primeiras provas uma candidata admitida ao exame em cumprimento de liminar concedida em mandado de segurança.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPARECIMENTO
APROVAÇÕES E REPROVAÇÕES

MATÉRIAS	ENTRAHAM EM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português.....	(*) 35	1	33
Francês.....	33	8	25
Inglês.....	25	3	22
História do Brasil.....	22	-	22
Geografia.....	(*) 22	-	21
História Mundial Moderna.....	21	-	21
Noções Fundamentais de Direito.....	21	-	(**) 21

(*) Um candidato desistiu no decorrer da prova.

(**) Um candidato foi eliminado no final do exame vestibular por não haver alcançado a média mínima exigida.

Conseguiram média global os 20 candidatos abaixo relacionados, por ordem de classificação:

Luiz Felipe Palmeira Lampreia
Márcio Fortes de Almeida
Romeo Zero
Igor Torres-Carrilho
Virgílio Moretzsohn de Andrade
Helôisa Vilhena de Araújo
Luiz Cesar Vinhaes da Costa
Márcio de Alencar Ramalho
Décio Mendes
Sebastião do Rego Barros Neto
Ricardo Joppert

João Carlos Gouvêa Pontes de Carvalho
Sérgio Eduardo Dias Lemgruber
Maurício Carneiro Magnavita
José Jerônimo Moscardo de Souza
Dinah Flüsser
Jadriel Ferreira de Oliveira
Helder Martins de Moraes
Caio Mário Caffé Nascimento
William Agel de Mello.

As bancas examinadoras presididas, pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Antônio Camillo de Oliveira, e assessoradas pelos Secretários Mário Cesar de Moraes Pitão e Sérgio Rezende de Lacerda, ficaram assim constituídas:

Português

Professores Cleonice Serôa da Motta Berardinelli e Coryntho Alves Filho;

Francês

Professores Guy Brytygier e Marcella Mortara;

Inglês

Professores Paul Kranc e Graham Connell;

História do Brasil

Professor Antônio Carlos do Amaral Azevedo;

Geografia

Professor James Vieira da Fonseca;

História Mundial Moderna

Professora Maria Yedda Leite Linhares;

Noções Fundamentais de Direito

Professor Hamilton Prisco Paraíso.

O «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», medalhas de prata e bronze, correspondentes respectivamente ao 1.º e 2.º lugares no Vestibular, coube aos candidatos Luiz Felipe Palmeiro Lampreia e Márcio Fortes de Almeida.

C.P.C.D.

Durante o ano letivo de 1962 o Instituto Rio-Branco manteve em funcionamento o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

sob o regime de dois anos letivos. O 1.º ano teve início a 12 de março e o término do ano letivo a 6 de novembro. O 2.º ano, para atender à necessidade que tem o Ministério das Relações Exteriores de prover com o maior número de diplomatas as vagas que se criaram com a aprovação da Lei que reorganizou o Itamaraty, iniciou-se a 15 de janeiro, antecipando-se o encerramento para fins de agosto.

PRIMEIRO ANO LETIVO

Da turma do 1.º Ano fizeram parte 42 alunos aprovados nos 2 Exames Vestibulares, um realizado em 1961, e outro, parte em 1961 e parte em 1962. Para maior facilidade do ensino o referido Ano foi dividido em 2 turmas: A e B. Com o ingresso de 2 candidatos repetentes, a turma A deveria se constituir de 24 alunos; houve, no entanto, desistência de 1 aluno e falecimento de outro, razão pela qual se compôs de 22 alunos.

CORPO DOCENTE

Português

Professora Cleonice Serôa da Motta Berardinelli;

Francês

Professor André Selon;

Inglês

Professores Melvyn Cox e Christopher W. Pearson, substituído nos meados do ano pelos Professores Richard Arthur Douglas, Alexander Frey e Patrick James David Gardner Finn;

História Diplomática do Brasil

Professor Manoel Maurício de Albuquerque;

Geografia

Professor Tacariju Thomé de Paula, substituído nos meados do ano pelo Professor Antonio Pedro de Souza Campos;

Economia Política

Professor Hélio Schlittler Silva;

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Cêlio de Oliveira Borja;

Direito Civil

Professor Ebert Chamoun.

EXAMINADORES

Nas provas escritas os examinadores foram os titulares das respectivas cadeiras.

Nas provas orais atuaram como examinadores os seguintes professores:

Francês

Professores André Selon e Jacques Lécuyer;

Inglês

Professores Patrick James Finn e Melvyn Dennis Cox.

CORPO DISCENTE

(Em ordem de classificação)

Márcio Fortes de Almeida
Luiz Felipe Palmeira Lampreia
Bassul Athuil Netto
Maria do Carmo Camillo de Oliveira
Igor Torres-Carrilho
Luiz Mattoso Maia Amado
Heloisa Vilhena de Araújo
Danilo Adão Mayr
Fernando Guimarães Reis
Marco Cesar Meira Naslauský
Carlos Alberto de Azevedo Pimentel
Luciano Ozório Rosa
Guido Fernando Silva Soares
Márcio Paulo de Oliveira Dias
Affonso Celso de Ouro Preto
Clavis Corrêa Palmeiro da Fontoura
Romeo Zero
Samuel Pinheiro Guimarães Neto
Virgílio Moretzsohn de Andrade
Marcello José Moretzsohn de Andrade
José Guilherme Alves Merquior
Genaro Mucciolo
José Jerônimo Moscardo de Souza

Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães
Luiz Cesar Vinhaes da Costa
Rubens de Souza Sarmiento
Márcio de Alencar Ramalho
João Carlos Gouvêa Pontes de Carvalho
Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares
Luiz Antônio Jardim Gagliardi
Dinah Flüsser
Décio Mendes
Sérgio Eduardo Dias Lemgruber
Sebastião do Rego Barros Netto
Helder Martins de Moraes
Carlos Felipe Alves Saldanha
Paulo Renato Costa Rodrigues Rocha Santos
Ricardo Joppert
Caio Mário Caffé Nascimento
Jadriel Ferreira de Oliveira
Maurício Carneiro Magnavita
William Agel de Mello

SEGUNDO ANO LETIVO

Terminaram o Curso, a 14 de agosto, os seguintes alunos, relacionados de acordo com a classificação final obtida:

Gilberto Coutinho Paranhos Velloso
Jayro Coelho
Evaldo José Cabral de Mello
Paulo Dyrceu Pinheiro
Luiz Dilermando de Castello Cruz
Rubens Antônio Barbosa
Álvaro Gurgel de Alencar Netto
Ruth Maria Baião
Luiz Brun de Almeida e Sousa
Vera Regina Behring Delayti
Henrique Rodrigues Valle Júnior
Octavio José de Almeida Goulart
Ginette Emilienne Scholte
Lineu Medina Martins
Ney Lemos de Oliveira
Pedro Paulo Pinto Assumpção
Arnaldo Carrilho.

Foram agraciados com o «Prêmio Rio-Branco» os alunos Gilberto Coutinho Paranhos Velloso, medalha de «vermelho», e Jayro Coelho, medalha de prata.

A entrega dos diplomas realizou-se a 22 de outubro, no Ministério das Relações Exteriores, sendo paraninfo da turma o Embaixador Cyro de Freitas-Valle e orador o diplomando Luiz Dilermando de Castello Cruz.

Com a nomeação dessa turma, elevar-se-á a 276 o número de funcionários que ingressaram na carreira de diplomata através do Instituto Rio-Branco, desde 1947.

CORPO DOCENTE

Português

Professor José Ricardo da Silva Rosa, substituído nos meados do ano pelo Secretário Heitor Pinto de Moura;

Francês

Professor Jacques Lécuyer, substituído em seus impedimentos pelo Professor Guy Brytygier;

Inglês

Professor Patrick James David Gardner Finn, substituído nos meados do ano pelo Professor Graham Connell;

Política Económica

Professor Mário Henrique Simonsen, substituído nos meados do ano pelo Professor Carlos Lessa;

Direito Internacional Público

Ministro Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro;

Direito Internacional Privado

Professor Haroldo Teixeira Valladão;

Direito Comercial

Professor Alfredo Lamy Filho;

Política Internacional

Secretário João Frank da Costa.

EXAMINADORES

Nas provas escritas os examinadores foram os titulares das respectivas cadeiras.

Nas provas orais atuaram como examinadores os seguintes professores:

Francês

Professores Jacques Lécuyer e André Selon;

Inglês

Professores Patrick James David Finn e Graham Connell.

TURMA DIPLOMADA EM 1962

Alvaro Gurgel de Alencar Netto (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Professor do Instituto Brasil-Estados Unidos.

Arnaldo Carrilho (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1960). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil. Sócio do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Diploma do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Cursos de Língua inglesa na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa e de Língua Francesa na Associação de Cultura Franco-Brasileira. Funcionário do Conselho do Desenvolvimento da Presidência da República (1959). Encarregado, como redator, da publicação de *Programa de Metas*, ed. do CD-PR, 1959, e da execução do plano educacional do Governo Federal contido na Meta 30 (Formação de Pessoal Técnico). Serviu no Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, no Setor de Elaboração do Documentário (1960-1961). Redator das informações do MEC destinadas à edição da Mensagem Presidencial de 1960 ao Congresso Nacional (item «Educação, Ciência e Cultura»). Redator e revisor do *Relatório Quinquenal do Ministério da Educação e Cultura (1956/1960)*. Brasília, 1960. Membro da Comissão Técnica que elaborou o projeto *Aspectos Econômicos da Educação em Goiás*, para justificação de pedido de financiamentos internacionais. Prêmio «Elevação de Petrópolis à Categoria de Cidade» da Prefeitura Municipal de Petrópolis (1952) e da Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS — sobre «O Monopólio Estatal do Petróleo no Brasil (1956)». Ex-Redator Chefe de *A Época*. FND-UB (1959-1960).

Gilberto Coutinho Paranhos Velloso (Estado da Guanabara)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de «vermelho», 1.º lugar. Estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. «Certificate of Proficiency in English» pela Universidade de Michigan.

Ginete Emilienne Scholte (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Evaldo José Cabral de Mello (Pernambuco)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de Prata. Curso Livre de Filosofia e Letras da Universidade de Madrid.

Henrique Valle Júnior (Estado da Guanabara)

Certificado de Conclusão de Curso Clássico. «Certificate of Proficiency in English» pela Universidade de Michigan.

Jayro Coelho (Santa Catarina)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de Prata, 2.º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. «Certificate of Proficiency in English» pela Universidade de Cambridge. «Diplôme d'Études» pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Nancy. Licenciado em Didática — Inglês — pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Advogado referência XVI do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, de 1960 a 1962. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná. Segundo Tenente da Reserva do Exército Brasileiro — Arma de Infantaria.

Lineu Medina Martins (Rio Grande do Sul)

Estudante da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul. Jornalista.

Luiz Brun de Almeida e Souza (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. «Diplôme d'Études Françaises de la Faculté des Lettres de l'Université de Nancy». «Lower Certificate in English» pela Universidade de Cambridge.

Luiz Dilermando de Castello Cruz (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Ney Lemos de Oliveira (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Octavio José de Almeida Goulart (Estado da Guanabara)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de Bronze. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Paulo Dyrcen Pinheiro (Estado da Guanabara)

Certificado de Conclusão de Curso Colegial (Científico).

Pedro Paulo Pinto Assumpção (Estado do Rio de Janeiro)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. «Lower Certificate in English» pela Universidade de Cambridge.

Rubens Antônio Barbosa (São Paulo)

Estudante da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Certificado de curso sobre «Potencial e Poder Nacional» dirigido pela ADESG (Escola Superior de Guerra). Prêmio Gastão Vidigal de 1958, concedido pela Associação Comercial de São Paulo pelo trabalho «Mercado Comum Europeu», publicado posteriormente, em 1960, na Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Ruth Maria Baião (Espírito Santo)

Licenciada em Línguas Neolatinas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. «Diplôme Supérieur d'Études Françaises» — Alliance Française. Certificado de aprovação do Curso de Cultura Francesa da Faculdade Nacional de Filosofia. «Diplôme de Culture Française Contemporaine» — École Supérieure de Préparation et Perfectionnement des Professeurs de Français à l'Étranger — (Sorbonne). Professora Secundária — (Línguas Neolatinas).

Vera Regina Behring Delayti (Estado da Guanabara)

Certificado de conclusão de Curso Clássico.

CONCURSO DE PROVAS PARA O CARGO INICIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA

As inscrições para o Concurso de Provas permaneceram abertas do dia 20 de março a 20 de agosto.

A primeira fase deste Concurso realizou-se nos dias 13 e 14 de setembro.

Candidatos inscritos 229

Inscrições indeferidas 6

Desistências { Anteriores às provas 24
 { No decorrer das provas 9

Prestaram exame 190 candidatos

Candidatos aprovados 49	{	Rio de Janeiro 43 (37 homens — 6 mulheres)
		Estados 6 (homens) (Belo Horizonte — 1, Brasília — 1, Porto Alegre — 1, Recife — 2, São Paulo — 1)

As provas, nos Estados, tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Sérgio Henrique Nabuco de Castro;

Brasília — Secretário Agildo Séllos Moura;

Porto Alegre — Secretário Fernando Silva Alves;

Recife — Secretário Carlos José Prazeres Campello;

São Paulo — Ministro Milton Telles Ribeiro.

EXAMINADORES

Português

Professores Adriano da Gama Kury e Secretário José Maria Villar de Queiroz;

Francês

Professoras Raymonde Vasconcellos e Marcella Mortara;

Inglês

Professores Shiona Harkess e Paul Krane.

Os exames de sanidade e capacidade física realizaram-se no Instituto de Seleção e Contrôlo do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Thomas Girdwood. Para os exames psicológicos, realizados no Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, foi organizada a seguinte banca examinadora:

Presidente :

Professor José Leme Lopes

Examinadores :

Doutor Cincinato Magalhães de Freitas
Doutor Eliezer Schneider
Doutora Iza Alpoim da Matta
Doutor Rawlinson Prestes Lemos
Doutor Roberto de Souza Bittencourt
Doutor Ulysses Vianna Filho.

A segunda fase do Concurso de Provas constou de provas escritas de Português, Direito Constitucional, Direito Internacional Público e História Política Contemporânea e orais de Francês e Inglês.

Apresentaram-se para a 1.ª prova intelectual os 49 candidatos aprovados na 1.ª fase do Concurso. Terminaram as provas 22 candidatos dos quais só 11 conseguiram a média global final de 70,00 exigida para aprovação.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPARECIMENTO

APROVAÇÕES E REPROVAÇÕES

MATERIAS	ENTRARAM EM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português.....	49	13	36
Francês.....	36	—	36
Inglês.....	36	—	36
Direito Constitucional.....	(*) 35	1	34
Direito Internacional Público.....	34	8	26
História Política Contemporânea.....	26	4	(**) 22

(*) Um candidato desistiu.

(**) Posteriormente, dos 11 candidatos que não alcançaram a média global exigida, 9 impetraram mandado de segurança para efeito de matrícula no Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas.

Damos a seguir, por ordem de classificação, a lista final dos candidatos que conseguiram a média global exigida:

Celso de Almeida Miguel Relvas
Raphael Valentino Sobrinho
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur
Paulo Roberto Barthel Rosa
Ruy Nunes Pinto Nogueira
Ronaldo Mota Sardenberg
Brian Michael Fraser Neele
José Nogueira Filho
Paulo Dias Pereira
Celso Ortega Terra
Marcelo Didier.

As bancas examinadoras, presididas pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Antônio Camillo de Oliveira, e assessoradas pelo Chefe da Secretaria, 1.º Secretário Hélio Antônio Scarabôto, e pela Professora Rachel Biasotto Mano, Chefe, interina, da Seção Técnico-Pedagógica, ficaram assim constituídas:

Português

Professores Cleonice Serôa da Motta Berardinelli, Adriano da Gama Kury e Secretário José Maria Villar de Queiroz;

Francês

Professores Jacques Lécuyer e Adrian Renault;

Inglês

Professores J. A. Cayton e F. G. Wood;

Direito Constitucional

Professores Cêlio de Oliveira Borja e Amílcar de Araújo Falcão;

Direito Internacional Público

Embaixador Luiz Pereira Ferreira de Faro Júnior e Ministro Carlos Calero Rodriguez;

História Política Contemporânea

Professores Maria Yedda Leite Linhares e Conselheiro Paulo da Costa Franco.

De acordo com o item 19 das Instruções para o referido Concurso, os candidatos aprovados e classificados foram imediatamente admitidos no serviço do Itamaraty na forma e com vencimentos compatíveis com as dotações existentes, ficando, porém, sujeitos:

a) A seguirem no Instituto Rio-Branco, durante dois períodos de cinco meses, um curso especial, ministrado em horário distinto do reservado ao trabalho no Itamaraty e no qual deverão obter aproveitamento, verificado através de frequência, execução de trabalhos e prestação de exames parciais ao fim do primeiro e do segundo período;

b) A prestarem, dez meses após sua admissão, exames da terceira fase do Concurso, que lhes acarretará, se aprovados, na forma do item 17, a nomeação para o cargo de Terceiro Secretário e, se reprovados, a perda do emprego e a matrícula automática no 2.º ano do C.P.C.D., se houverem obtido a nota mínima de 50 pontos por matéria e 65 de média global; os demais serão matriculados no 1.º ano.

EXAME DE ADMISSÃO AO INSTITUTO RIO-BRANCO
PARA O ANO DE 1963 *

EXAME DE SELEÇÃO PRÉVIA

Como os exames da 1.ª fase do Concurso de Provas ao Cargo inicial da Carreira de Diplomata se realizaram na época em que

(*) O Exame Vestibular correspondente a este Exame de Seleção Prévia realizou-se no decorrer dos meses de fevereiro e março de 1963.

habitualmente se efetua o Exame de Seleção Prévia ao Vestibular do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, as inscrições para o referido exame, correspondente ao ano de 1962, somente se abriram no dia 15 de outubro, permanecendo abertas até o dia 30 de novembro. As provas do exame supracitado se realizaram nos dias 20 e 21 de dezembro.

Candidatos inscritos	249
Inscrições canceladas	1
Desistências { Anteriores às provas	67
{ No decorrer da prova	2
Prestaram exame	181 candidatos
Candidatos aprovados 53 { Rio de Janeiro	47
{ (43 homens — 4 mulheres)	
{ Estados	6
{ (5 homens — 1 mulher)	
{ (Belo Horizonte — 1, Brasília — 1,	
{ Porto Alegre — 4)	

As provas, nos Estados, tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Rui Barbosa de Miranda e Silva;

Brasília — Secretário Rubens Ricupero;

Porto Alegre — Secretário Lindolfo Leopoldo Collor;

Recife — Secretário Fernando Antônio de Oliveira Fontoura;

São Paulo — Ministro Milton Telles Ribeiro.

EXAMINADORES

Testes de Nivel Mental

Professora Ethel Bauzer Medeiros;

Português

Professores Adriano da Gama Kury e Coryntho Alves Filho;

Francês

Professores Guy Brytygier e Savas Karydakís;

Inglês

Professores Kenneth Payne e Paul Krane.

CONFERÊNCIAS

CURSO DE EXTENSÃO CULTURAL

O Instituto Rio-Branco programou e fez realizar um Curso de Extensão Cultural para o 1.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que constou de uma série de conferências realizadas por diplomatas e cujo temário foi o seguinte:

Aliança para o Progresso — 1.º Secretário Paulo Nogueira Baptista.

A UNESCO — Conselheiro Melilo Moreira de Mello.

A Função Consular — Ministro Milton Faria.

A Assistência Técnica — Conselheiro Francisco de Assis Grieco.

A Situação na África do Sul — Ministro Celso Raul Garcia.

As Relações Comerciais com os Países do Leste Europeu — 1.º Secretário Oscar Soto Lorenzo Fernandez.

Além dessas conferências que fizeram parte do referido Curso de Extensão Cultural, realizaram-se ainda as seguintes palestras para o 1º Ano do Curso:

A Reforma Agrária — Professor Hélio de Almeida Brün.

O Parlamentarismo na Alemanha — Professor Doutor Friedrich Irmen.

Polônia — Secretário Amaury Bier.

A Obra de Guimarães Rosa — Professor Cavalcanti Proença Rosa.

Cuba — Secretário Paulo Guilherme Villas Boas Castro.

O Mercado Comum e a América Latina — Professor Jacques Garceau — Adido de Imprensa da Embaixada da França.

VISITAS DE ESTUDOS

A Direção do Instituto Rio-Branco programou para o 1.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata uma série de visitas de estudos e excursões a instalações industriais, instituições culturais, estaleiros, museus, etc.

Foram realizadas visitas à Usina Siderúrgica de Volta Redonda, à Fábrica de Borracha Sintética (Fabor) e Refinaria Duque de Caxias, ambas da Petrobrás, às instalações do cérebro eletrônico e das oficinas gráficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e ao Museu Imperial, em Petrópolis.

Os alunos do 1.º ano foram também à São Paulo, onde visitaram, a convite da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Willys Overland do Brasil S/A, os Laboratórios Fontoura Wiedt, a Companhia Fabricadora de Peças, o Salão de Automóvel, em Ibirapuera, o serpentário do Butantan, museus, jornais, e várias instituições culturais. Os alunos permaneceram em São Paulo três dias.

Em todas as visitas de estudos os alunos foram acompanhados pelo Chefe da Secretaria, 1º Secretário Hélio A. Scarabôto.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Foi publicada, em 1962, a obra: *Dicionário de Direito Internacional Público*, de autoria do Embaixador RUBENS DE MELLO, cujos trabalhos de impressão foram entregues à Firma Estabelecimentos Gráficos Iguaçu Ltda., vencedora da concorrência pública determinada por este Instituto. Da tiragem de 2.000 exemplares distribuíram-se volumes a autoridades, internacionalistas brasileiros e estrangeiros, diplomatas, alunos do Instituto Rio-Branco, assim como a Faculdades de Direito e diversos Centros de Estudo, no Brasil e no exterior.

O volume *Execução do Tratado*, último tomo da obra em nove volumes, de autoria de JAIME CORTESÃO — *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* — devido a alguns contratempos ainda se encontra no Departamento de Imprensa Nacional. O volume 1.º da obra do mesmo autor — *História do Brasil nos Velhos Mapas* — acha-se naquele Departamento com a 1ª revisão feita. Até esta data não foi dado andamento à composição do 2.º volume.

Encontra-se em início de organização o Anuário do Instituto referente aos anos de 1961/62.

Entre outros trabalhos, a Seção atendeu ainda a pedidos de obras anteriormente editadas, sendo que o movimento geral de distribuição atingiu um total de 1.700 volumes.

BIBLIOTECA

Aquisição:

No decorrer de 1962 a Biblioteca do Instituto Rio-Branco adquiriu, entre compras e doações, 1.070 volumes e folhetos, sendo seu atual acervo de 5.749.

A seleção de obras para aquisição foi feita através de consulta às bibliografias correntes, indicações da Diretoria e Corpo Docente do Instituto Rio-Branco, e de exames dos livros enviados pelas livrarias em caráter de demonstração. Foram também consideradas as sugestões apresentadas pelos leitores, em sua maioria alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Merecem especial destaque as doações feitas pela embaixada da França, através de seu Adido Cultural M. Binon, e pelo Embaixador Rubens Ferreira de Mello, que acaba de fazer à Biblioteca do Instituto uma doação de cerca de 300 volumes, escolhidos entre obras de Direito, de História e de Política Internacional.

A permuta de publicações foi feita com diversas entidades culturais nacionais e estrangeiras, especialmente com bibliotecas de Universidades, em colaboração com a Seção de Pesquisas e Publicações deste Instituto.

CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

Desde junho de 1956 vem mantendo a Biblioteca do Instituto Rio-Branco estreita colaboração com o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), passando em 1962 a colaborar definitivamente com o Catálogo Coletivo daquele centro de documentação.

Foi o seguinte o movimento de fichas estabelecido entre as duas entidades no ano em curso:

Fichas enviadas ao IBBB

Para o SIC : 729

Para o Catálogo : 322

Fichas recebidas do IBBD

1.227

Mantém a Biblioteca do Instituto Rio-Branco dois catálogos, a saber: o Dicionário e o Topográfico, agora acrescido de um terceiro — o Catálogo Analítico do «Observador Econômico e Financeiro», fruto do dinamismo e espírito de cooperação da Senhora Marinette Bouças, Diretora-Geral daquela excelente publicação, que numa deferência toda especial para com este Instituto colocou ao alcance de seus alunos a consulta a tão rica fonte de pesquisas no campo da Economia e dos problemas brasileiros.

EMPRÉSTIMOS:

Excluindo as consultas feitas na própria sede da Biblioteca, e os livros utilizados para trabalhos em classe, foi o seguinte o movimento de empréstimo em 1962:

Livros e folhetos:

000 Obras Gerais	28
100 Filosofia	21
200 Religião	
300 Ciências Sociais:	
Sociologia	27
Política	108
Imigração e Colonização	12
Economia	91
Direito	137
Comércio Internacional	27
Educação	2
Administração Pública	7
400 Filologia	73
500 Ciências Puras:	
Geologia	13
600 Ciências Aplicadas	
700 Belas Artes	2
800 Literatura	76
900 História	61
910 Geografia	86
920 Biografia	7

Periódicos : 327

PROGRAMAS

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA (*)

EXAME VESTIBULAR

O programa do Exame Vestibular realizado, excepcionalmente, de fevereiro a março de 1962, obedeceu rigorosamente ao programa do Vestibular de 1961, uma vez que os alunos aprovados neste exame deveriam fazer parte da mesma turma dos aprovados no Vestibular de 1961.

1.º ANO LETIVO

PORTUGUES

1. *Parte teórica:* As condições da língua escrita; o que elas nos impõem ao escrever. Problemas de conteúdo e problemas de forma. Método para a composição escrita. Análise crítica de uma composição. O assunto impondo o estilo.

2. *Parte prática oral:* Comentários em aulas de obras de autores lidos fora de classe, visando sobretudo à melhor expressão oral. Análise estilística de excertos tirados dos mesmos autores.

3. *Parte prática escrita:* Composições escritas sobre temas dissertativos, narrativos e descritivos. Paráfrases em prosa de composições poéticas. Comentários de leituras. Tradução em aula de trechos de autores modernos franceses e ingleses.

Escritores portugueses aconselhados: Eça, Cesário Verde, Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Ferreira de Castro.

Escritores brasileiros aconselhados: Machado de Assis, Graciliano Ramos, Cornélio Pena, Jorge Amado, Guimarães Rosa.

(*) Publicamos apenas as matérias que sofreram alguma alteração. As demais se encontram no Relatório referente a 1961.

Prática de tradução: Escritores franceses aconselhados: Taine, Renan, Alphonse Daudet, Anatole France, G. Duhamel, Maurois, Camus, St. Exupéry.

Escritores ingleses aconselhados: Macaulay, Emerson, C. Lamb, Th. de Quincey, Carlyle, Lytton, Strachey.

INGLÊS

1. Revision of the Structural Grammar System of Modern English. Thorough practice, use and exercises, oral and written. Study of current language with oral and written exercises.

2. Oral practice.

Discussion, debating, conversation.

Everyday English.

Improving pronunciation and intonation practical phonetics used unobtrusively.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL

1. O povoamento do Brasil: elementos diretores: características gerais.

2. A política diplomática de Portugal e sua repercussão no Brasil.

3. A política diplomática do Império Brasileiro.

4. As questões platinas.

5. O problema da fixação das fronteiras.

6. Rio Branco e sua obra.

7. O Pan-Americanismo.

8. O Brasil e a política internacional até a Segunda Guerra Mundial.

9. Tendência da política diplomática brasileira após a Segunda Guerra Mundial.

10. Conclusão da História Diplomática do Brasil.

GEOGRAFIA

Objetivos:

1.1 Dar aos alunos uma visão panorâmica do Brasil e de diversas regiões do Globo.

1.2 Na análise dos grandes problemas, dar especial destaque às questões econômicas.

1.3 Levá-los ao estudo de problemas, quer brasileiros, quer de outros países, pela elaboração de monografia.

1.4 Familiarizá-los com a bibliografia relativa aos assuntos estudados.

Distribuição da matéria

A) 1. *Geografia do Brasil*

Visão geral da Região Norte

Aspectos do Meio-Norte

O Nordeste Brasileiro

A Região Leste

O Brasil Central

A Região Sul

B) O litoral: a pesca e os transportes marítimos.

Os rios: a navegação fluvial e o problema da energia hidrelétrica.

As florestas e seu aproveitamento econômico.

A distribuição da população:

— espacial

— quadro urbano e rural: ocupações

— idades

— grau de instrução

A alimentação.

As migrações.

Os ciclos econômicos.

Os grandes problemas da agricultura.

A industrialização do Brasil.

Os combustíveis.

A rede de transportes rodó-ferroviários.

O comércio interno e o externo.

GEOGRAFIA GERAL

Os Países Platinos

A América Andina

O México

A Região do Caribe

Os Estados Unidos
O Canadá
Europa Central
O Noroeste Europeu
A U.R.S.S.
O Oriente Próximo
A África do Norte
União Sul-Africana
África Equatorial
Índia e Paquistão
A China
Japão
Indonésia
Austrália

ECONOMIA POLITICA

1. *Introdução*: A atividade econômica: necessidade, bens e produção econômica. Definições preliminares de produto e renda nacional: interpretação da equação $Y = C + I + G + X - M$. Objeto da Economia. Teoria e Política Econômica. Os problemas econômicos fundamentais e as funções do sistema econômico. Características dos sistemas capitalista e socialista.
2. *Papel da empresa privada na economia capitalista*: O empresário, a empresa e a indústria. Formas de organização da empresa. Combinações industriais e concentração econômica. Regulamentação das atividades da empresa privada. O Estado como empresário.
3. *O sistema de preços e o funcionamento da economia*: Mercado, competição e monopólio. Teoria da procura: as leis de consumo. Teoria da oferta: leis da produção e custo da produção. Determinação do preço em condições de competição pura: preço corrente e preço normal de curto e longo períodos. Existência de condições monopolísticas e suas consequências. Determinação do preço nas diversas situações monopolísticas.
4. *Preços dos serviços produtivos e distribuição da renda*: Salário, renda, juro e lucro. Existência de condições monopolísticas no mercado dos serviços produtivos e suas consequências.

5. *Conceito de produto nacional e renda nacional e medidas conexas*: Interpretação dos dados relativos a renda e produto nacional. Correção dos dados da renda nacional pelo índice geral dos preços. A renda nacional do Brasil. Utilização da renda disponível: consumo e poupança.
6. *A moeda e o crédito na economia moderna*: Funções e modalidades de moeda. O sistema monetário. Padrões Monetários. Formas de organização bancária: bancos comerciais, de investimento, hipotecários e outras modalidades. O banco central e o sistema bancário. Fontes da oferta monetária: o Tesouro e o sistema bancário. Mecanismo pelo qual os bancos comerciais criam moeda bancária. Limites à criação da moeda bancária. O Banco Central e as armas do controle monetário. Bolsas de Valores, Companhias de Investimento e mercado de capitais. Sistema bancário, mercado de capitais e controle monetário no Brasil.
7. *Fatores determinantes do nível da renda nacional*: Conceitos de procura efetiva. Propensão a consumir: investimento, eficiência marginal do capital e taxa de juros: relação poupança-investimento e nível da renda. O multiplicador e o acelerador da renda. Papel da atividade econômica do Estado: tributação, despesas governamentais e determinação da renda. Papel das transações econômicas com o exterior: exportação, importação e nível da renda.
8. *A moeda e o nível dos preços*: Fatores determinantes das variações no valor da moeda. O problema da inflação. Inflação no Brasil.

2º ANO LETIVO

PORTUGUÊS

Redação Oficial.

INGLÊS

a) *Grammar*. This involves constant practice and revision of the principal points and difficulties. Special attention is paid to verbs and tenses and to the flexible use of these and consequent variations of meaning. Idiomatic expressions, sentence cons-

truction and the correct use of stress, intonation, etc., are also practised.

b) *Translation*. There is regular practice in translating from English to Portuguese and vice versa.

c) *Reading and Comprehension*. A text or texts for reading and discussion is the basis of a regular exercise. Besides examining the structure and syntax, the texts are analysed and frequently provoke useful discussions and similar oral work. Short passages are sometimes adopted for précis and critical work.

d) *Oral work*. This is probably the most important subject in the second year of the course. Dictations are regularly given and again may form a basis for other exercises. There are constant discussions in class on a variety of subjects and these vary from formal debates to impromptu speeches and, on occasions, even warm arguments. It is regarded as most important that the students should take as large a share in running these discussions as possible. The teacher tries, as far as possible, to remain in the background, only emerging to correct mistakes and not interfering with the argument. Correct pronunciation and intonation are insisted on. Written accounts of oral work done in class are also considered useful.

e) *Written Work*. This includes compositions, summaries, letters, reports etc. The correct selection of material and clarity of expression and presentation (particularly by correct paragraphing) is given special attention. Thorough training is given in the task of separating the concrete from the abstract and to proper illustration. Subjects are generally discussed in class before being written. Particular attention is paid to writing in a limited time.

f) *Background*. Whenever possible the material used in class is taken from the most up-to-date publications. Brief lectures on contemporary topics — illustrated if possible — are given. Students are also encouraged to read widely outside their syllabus and to make the most of the library. It is hoped later to obtain outside lectures on specialised topics.

POLÍTICA ECONÓMICA

Parte I

Política de Desenvolvimento Económico

1. *Introdução à Análise Económica* — Visão global do sistema económico, — a função dos mercados — os ele-

mentos básicos do sistema — o setor público — o setor externo — os elementos determinantes da atividade económica — definição e natureza da economia.

2. *Características do subdesenvolvimento económico* — os estoques de fatores — os fluxos — o sistema de preços relativos — os comportamentos dos setores de produção — os elementos institucionais.
3. *Os mecanismos orientadores do sistema económico* — nos modelos puros — nos países subdesenvolvidos — análise crítica e descritiva dos postulados clássicos e marginalistas face às condições objetivas das economias subdesenvolvidas.
4. *Algumas experiências históricas de desenvolvimento económico* — Inglaterra — Estados Unidos — URSS — Japão — América Latina — Brasil — Comparação das experiências.
5. *Política de desenvolvimento económico* — características e apresentação esquemática das categorias do modelo.
6. *Repartição do produto* — análise da importância — as variáveis estratégicas — as opções de política económica.
7. *O problema geral da integração económica* — a estrutura do sistema produtivo — a interligação horizontal — as variáveis estratégicas — as opções de política económica.
8. *A plena utilização dos fatores produtivos* — a subutilização — condicionantes e causas — as linhas de política económica.
9. *A formação de capital* — A análise do mecanismo — o potencial de poupança — as condicionantes — as variáveis estratégicas e as opções de política económica.
10. *A orientação das inversões e destinação dos fatores de produção* — a relação produto/capital — seus condicionantes — as variáveis estratégicas e as decisões de política económica.
11. *O estímulo às inversões e o problema do desinvestimento* — a importância estratégica dos mercados — das funções de produção — mecanismos corretivos.
12. *O problema geral dos movimentos inflacionários* — equilíbrio e desenvolvimento económico — «a tese estruturalista» e a «monetarista» — a compatibilização das duas metas.

13. *A política de comércio exterior* — a importância estratégica do comportamento do setor externo — os problemas estruturais e conjunturais do setor nos subdesenvolvidos — as linhas de política face ao problema.
14. *Apresentação e classificação dos instrumentos de política econômica* — as classificações tradicionais — o esquema Chenery e o esquema Tinbergen.
15. *Avaliação dos instrumentos* — face ao estágio de desenvolvimento — à magnitude dos objetivos — às formas de organização econômica, social e política.
16. *A utilização coordenada do instrumental* — fiscais, monetários, cambiais, de ação direta — os problemas de adequação do instrumental.
17. *Os instrumentos de orientação e planejamento* — os esquemas de análise contábil — a programação do desenvolvimento.

Parte II

Política do comércio exterior

18. *Teoria do comércio internacional* — a colocação clássica — a crítica posterior.
19. *Os instrumentos de política de comércio exterior* — impostos de importação e exportação — controles quantitativos — os mecanismos cambiais — a política cambial brasileira.
20. *A cooperação econômica internacional* — FMI — BIRB — Eximbank — As agências latino-americanas — os acordos de integração econômica — MCE — ALALC — as regras do jogo do GATT.
21. *Os problemas de política comercial* — dos países desenvolvidos do mundo subdesenvolvido — apreciação dos problemas dos produtos primários.

Parte III

Política anti-cíclica

22. *Noções gerais da teoria do ciclo* — Apresentação e descrição dos ciclos gerais de atividade econômica — Principais esquemas interpretativos e explicativos — as flua-

tuações econômicas internacionais e os países subdesenvolvidos.

23. *O modelo keinesiano clássico* — as variáveis do modelo — as modernas colocações.
24. *A política anticíclica* — política fiscal compensatória — Welfare State — A redistribuição de rendas — papel dos instrumentos monetários.

POLÍTICA INTERNACIONAL

I — *Introdução.*

1. Política internacional: Introdução.
2. A pesquisa em política internacional.

II — *Política Exterior. Elementos.*

3. Os dados objetivos.
4. Influência de fatores variáveis. Tradição. Fatores econômicos.
5. Influência de fatores variáveis. Opinião pública. Fatores ideológicos.
6. Influência de fatores variáveis. Elementos jurídicos e formas de diplomacia. Problema da estabilidade e variabilidade dos fatores.

III — *Política Exterior. Elaboração.*

7. Problema dos fins nacionais. Margem de liberdade na política exterior.
8. Técnicas de elaboração e de execução da política exterior.

IV — *Política Exterior. Tipos.*

9. Grandes potências e pequenas potências. Estados imperialistas e Estados pacifistas.
10. Países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Estados revolucionários e Estados conservadores.

V — *Fôrças na Política Internacional. Sistema político internacional.*

11. Estrutura da sociedade internacional.

12. Cooperação e diversificação.
13. Novas forças na política internacional.
14. Estabilidade e dinamismo. Bipolaridade e multipolaridade.

VI — *Forças na Política Internacional. Meios e instrumentos de influência internacional.*

15. Jurídicos e de organização.
16. Diplomáticos.
17. Econômicos.
18. Militares. Armamentos e controle das armas.
19. Ideológicos.

VII — *Exemplificação: o Brasil na Política Internacional.*

20. O Brasil na política internacional.

CONCURSO DE PROVAS PARA O CARGO INICIAL
DA CARREIRA DE DIPLOMATA

1ª FASE — LÍNGUAS

Provas Escritas:

PORTUGUÊS

- a) Dissertação sobre ponto sorteado de lista elaborada previamente;
- b) Questões de Gramática.

FRANCÊS E INGLÊS

- a) Resumo de um texto em português, de 100 linhas, sobre assunto político internacional condensado em 50 linhas, no máximo, no idioma do exame.
- b) Versão de 20 linhas de artigo publicado em revista ou jornal sobre assunto de atualidade.

2ª FASE

PORTUGUÊS (*Prova escrita*)

- a) Elaboração de um resumo, em determinado número de linhas, de um artigo, relatório ou documento.
- b) Dissertação sob a forma de relatório ou memorando sobre questão de política internacional da atualidade, escolhida pela comissão examinadora no noticiário dos jornais.

FRANCÊS E INGLÊS (*Provas Orais*)

Questões de gramática e exposição oral sobre assunto sorteado no momento.

DIREITO CONSTITUCIONAL (*Prova escrita*)

Não foi publicado programa. De acordo com as instruções do Concurso, a prova constou de dissertação e de perguntas sobre questões relativas à Constituição vigente.

HISTÓRIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA
DE 1914 A NOSSOS DIAS

(*Prova escrita*)

- I — As causas da I Guerra Mundial. Causas fundamentais. Causas imediatas. A I Guerra Mundial. As potências da Europa Central. As potências aliadas. A precipitação da Guerra. A campanha de 1914/1915. As campanhas de 1916/1917. A guerra naval. A guerra aérea, a guerra química. Tentativas de paz. O fim da guerra, baixas e custos.
- II — Conferência de paz em Paris. Tratado de Versalhes. Os Tratados de St. Germain, Neuilly, Trianon, Sévres, Lausanne. O problema das minorias raciais.
- III — A Liga das Nações. A criação da Liga. A Organização Internacional do Trabalho. Corte Permanente de Justiça Internacional. Assistência financeira. Problemas dos territórios sob mandato da Liga das Nações. Dissolução da Liga.

- IV — Depressão econômica mundial. A natureza da crise. Recuperação econômica.
- V — A Rússia soviética. A Rússia às vésperas da I Guerra Mundial. A Revolução de 1917. O Partido Comunista. O Plano Quinquenal. Política exterior da União Soviética.
- VI — A Europa Ocidental. A Alemanha. A República de Weimar. Surgimento do Nazismo. Política da Alemanha nazista. A Grã-Bretanha. Lloyd Georges. O Partido Trabalhista. Comunidade Britânica de Nações. A Irlanda. A França. Problemas da Alsácia e Lorena. A sucessão do Império Austro-Húngaro: Austria, Hungria, Tcheco-Eslováquia. A Itália. O surgimento do fascismo. O Tratado de Latráo.
- VII — O Oriente Médio: Palestina. Síria. Líbano. Transjordânia. Iraque e Turquia. Estados Árabes. A Ásia Central: Irão, Afeganistão, Índia, Tibete. O extremo Oriente: China e Japão.
- VIII — África: África Central e África do Norte. Egito. A União da África do Sul.
- IX — Os Estados Unidos da América. O Governo de Wilson. Governos de Harding, Coolidge, Hoover. O Governo de Roosevelt.
- X — A América Latina entre as duas Guerras Mundiais.
- XI — A II Guerra Mundial. Véspera da II Guerra Mundial. Precipitação da Guerra. Primeira fase da Guerra Mundial: setembro de 1939. Segunda fase: 1941. Terceira fase: 1941 a 1942. Fase final da Guerra. As Nações vencidas. Negociação para a paz. Tratados sobre a Alemanha, Áustria, Japão e outros países do Extremo Oriente. Tratados de paz.
- XII — Nações Unidas. Origem das Nações Unidas. Estrutura. Presença e atuação da ONU. Diplomacia parlamentar.
- XIII — Reconstrução da Europa Ocidental. Problemas econômicos do após-Guerra. Grã-Bretanha. Irlanda. França. Itália. Espanha. Portugal. Países Baixos. Bélgica. Suíça. Dinamarca. Noruega. Suécia.
- XIV — Europa Oriental: Rússia, Polónia, Albânia, Bulgária, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Iugoslávia, Finlândia, Turquia, Grécia.

- XV — Ocaso do Imperialismo. A Comunidade Britânica de Nações. Os Impérios coloniais da França e dos Países Baixos. China. As Filipinas. Médio e Extremo Oriente. Indochina. Tratados importantes.
- XVI — Os Estados Unidos da América e a América Latina nos anos de após-Guerra.
- XVII — A «Guerra Fria».

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1.º PONTO

Noção, Fundamento e Desenvolvimento Histórico do Direito Internacional Público.

2.º PONTO

Os Estados

Elementos constitutivos dos Estados
Classificação
Nascimento, reconhecimento, transformação e fim dos Estados
Transformação
Extinção
Sucessão

3.º PONTO

Direitos e Deveres dos Estados

Responsabilidade dos Estados

4.º PONTO

Juridição do Estado

A nacionalidade
Nacionais e estrangeiros
Extradicação

5.º PONTO

Os Órgãos das Relações entre os Estados

Chefes de Estado

Ministros das Relações Exteriores
Agentes diplomáticos
Funcionários consulares

6.º PONTO

Compromissos Internacionais

Atos unilaterais
Terminologia e natureza dos acordos internacionais
Classificação dos tratados
Forma e redação dos tratados
Condições de validade dos tratados
Ratificação dos tratados
Publicação e registro
Efeitos
Garantias de execução
Interpretação
Terminação dos tratados

7.º PONTO

A Santa Sé e a Cidade do Vaticano

8.º PONTO

A Organização das Nações Unidas

9.º PONTO

A Organização dos Estados Americanos

10.º PONTO

O Homem nas Relações Internacionais

11.º PONTO

Esfera de Validade das Competências de Estado

O Território
Domínio terrestre
Fluvial

LEGISLAÇÃO

PORTARIA N.º 2 — DE 5 DE JANEIRO DE 1962

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o item XXVI do art. 11 do Regimento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948, resolve:

Baixar as seguintes instruções para a concessão de bolsas de estudo a alunos matriculados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — O Instituto Rio-Branco concederá bolsas de estudo de manutenção e de auxílio, no valor, respectivamente, de Cr\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil cruzeiros) e Cr\$ 72.000,00 (setenta e dois mil cruzeiros), por ano letivo, aos alunos matriculados no 2.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata dotados de poucos recursos financeiros.

II — Não poderão receber bolsas de estudo alunos repentinos, salvo quando a reprovação haja decorrido de excesso de faltas por motivo de moléstia devidamente comprovada.

III — Ficam revogadas as disposições anteriores sobre o assunto.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1962.

A. CAMILLO DE OLIVEIRA.

EDITAL

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no art. 29 do Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, faz público que estarão abertas no Instituto Rio-Branco, no Rio de Janeiro, do dia 20 de março às 12 horas ao dia 20 de agosto próximo, as inscrições para o Concurso de Provas para provimento dos cargos da classe inicial da Carreira de Diplomata.

2. O referido Concurso, que se processará em três fases, obedecerá às Instruções e aos programas anexos ao presente edital.

As provas da primeira fase realizar-se-ão, concomitantemente, em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador e Recife e terão início no prazo de 180 dias, contados da data deste Edital.

3. As provas correspondentes à segunda e à terceira fases do Concurso realizar-se-ão no Instituto Rio-Branco. A elas só serão admitidos os candidatos aprovados nas provas da primeira fase.

4. É fixado em 45 (quarenta e cinco) o número de vagas a serem preenchidas pelos candidatos aprovados nos exames finais do Concurso, observada a ordem em que forem classificados.

5. Fica sem efeito a Portaria n.º 71, de 15 de setembro de 1961, publicada no *Diário Oficial* de 12 de outubro do mesmo ano.

Rio de Janeiro, em 9 de março de 1962.

FRANCISCO CLEMENTINO DE SAN TIAGO DANTAS.

PORTARIA N.º 10 — DE 9 DE MAIO DE 1962

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o item XXVI do art. 11 do Regimento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948, resolve:

Baixar as seguintes instruções para a concessão de bolsas de estudo a alunos matriculados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — O Instituto Rio-Branco concederá bolsas de estudo de manutenção e de auxílio, no valor, respectivamente, de Cr\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil cruzeiros) e Cr\$ 72.000,00 (setenta e dois mil cruzeiros), por ano letivo, aos alunos matriculados no 1.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, dotados de parcos recursos financeiros.

II — Não poderão receber bolsas de estudo alunos repentinos, salvo quando a reprovação haja decorrido de excesso de faltas por motivo de moléstia devidamente comprovada.

III — Ficam revogadas as disposições anteriores sobre o assunto.

Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1962.

a) A. CAMILLO DE OLIVEIRA.

PORTARIA MINISTERIAL DE 27 DE SETEMBRO DE 1962

O Ministro de Estado das Relações Exteriores usando das atribuições que lhe confere o art. 34, do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto número 1, de 21 de setembro de 1961, e atendendo ao proposto pelo Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve designar o Professor Manoel Bergström Lourenço Filho para integrar a Comissão de Programas e Estudos do Instituto Rio-Branco, para um período de dois anos. — HERMES LIMA.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores usando das atribuições que lhe confere o art. 34, do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto número 1, de 21 de setembro de 1961, e atendendo ao proposto pelo Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve designar o Professor Linen de Albuquerque Melo para integrar a Comissão de Programas e Estudos do Instituto Rio-Branco para um período de dois anos. — HERMES LIMA.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores usando das atribuições que lhe confere o art. 34, do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto número 1, de 21 de setembro de 1961, e atendendo ao proposto pelo Diretor do Instituto Rio-Branco,

Resolve designar o Embaixador Maurício Nabuco para integrar a Comissão de Programas e Estudos do Instituto Rio-Branco, para um período de dois anos. — HERMES LIMA.

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 15 de outubro ao dia 30 de novembro, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, cujas provas de seleção prévia se iniciarão na segunda quinzena de dezembro.

O Exame Vestibular e a prova de Seleção Prévia, que o precederá, obedecerão às instruções e ao programa que acompanham o presente Edital.

As provas de Seleção Prévia realizar-se-ão nos dias 20 e 21 de dezembro vindouro, à mesma hora, em Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Seu resultado, do qual não caberá recurso, será tornado público até o dia 5 de janeiro de 1963.

Se o número de candidatos habilitados à prestação de provas numa dessas capitais não justificar a constituição de uma Comissão Examinadora especial, o Ministério das Relações Exteriores se reserva o direito de transferi-los para outra capital em que se realize o exame.

Os candidatos aprovados no Exame de Seleção Prévia deverão solicitar inscrição no Vestibular apresentando toda a documentação exigida, nas seguintes datas: até 11 de janeiro, os que prestaram exame no Rio de Janeiro; até 18 de janeiro, os que prestaram exame nas outras capitais.

As provas intelectuais do Exame Vestibular realizar-se-ão no Rio de Janeiro, no mês de fevereiro de 1963.

É fixado em 20 o número de vagas a serem providas pelos candidatos aprovados neste exame, os quais serão aproveitados rigorosamente de acordo com a ordem de classificação.

Será mantido o currículo de dois anos para os alunos que se matricularem no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1963.

Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1962.

a) ANTÔNIO CAMILLO DE OLIVEIRA.

PORTARIA N.º 20 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1962

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso VIII, do Regimento do referido Instituto, aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948, e considerando a proximidade, no tempo, entre os exames de línguas da primeira fase do recente Concurso de Provas e os Exames de Seleção Prévia que precederão às provas intelectuais do Exame Vestibular do Instituto Rio-Branco, resolve:

I — Os candidatos, inscritos no Exame Vestibular, ora convocados pelo Instituto Rio-Branco, e que hajam sido aprovados

nas três matérias (Português, Francês e Inglês) constantes da primeira fase do último Concurso de Provas, ficam dispensados de repetir os referidos exames na fase de Seleção Prévia marcada para os dias 20 e 21 de dezembro próximo.

II — A referida dispensa não se aplica, entretanto, no caso dos Testes de Nivel Mental.

III — Aos candidatos, acima referidos, que hajam sido aprovados nos exames psicofísicos para o Concurso de Provas, não se exigirá que repitam os ditos exames para o próximo Vestibular.

Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1962.

a) A. CAMILLO DE OLIVEIRA.

RELATÓRIO REFERENTE A 1963

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA
DE DIPLOMATA

(C. P. C. D.)

EXAME DE ADMISSÃO AO INSTITUTO RIO-BRANCO
PARA O ANO DE 1963

EXAME VESTIBULAR

Em prosseguimento ao Exame de Admissão iniciado em 1962, cujos Exames de Seleção Prévia se realizaram nos dias 20 e 21 de dezembro do mesmo ano, efetuaram-se, de 4 de fevereiro a 9 de março do corrente ano, as provas intelectuais do Exame Vestibular. Este obedeceu as instruções e programas que regeram o último vestibular realizado de janeiro a fevereiro de 1962, exceção feita nos programas de História do Brasil, História Mundial Moderna e Noções Fundamentais de Direito, nos quais foram introduzidas modificações em alguns itens.

Os Exames de Sanidade e Capacidade Física realizaram-se no Instituto de Seleção e Contrôlo do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Thomas Girdwood. Para os exames psicológicos, realizados no Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, foi organizada a seguinte banca examinadora:

Presidente :

Professor José Leme Lopes.

Examinadores :

Psiquiatras :

Doutor Adolpho Hoirish
Doutora Iza Alpoim da Matta
Doutor Rawlinson Prestes Lemos

Psicólogas

Julia Maria de Almeida Chermont
Maria Regina da Silveira Lobo

MOVIMENTO GERAL

Candidatos Inscritos	53
Eliminados no Exame Físico	0
Eliminados no Exame Psicológico	2
Desistentes	3

Apresentaram-se para a primeira prova intelectual 48 candidatos.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPARECIMENTO
APROVAÇÕES E REPROVAÇÕES

MATÉRIAS	ENTRARAM EM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português.....	48	13	35
Francês.....	35	7	28
Inglês.....	28	1	27
História do Brasil.....	27	7	20
Geografia.....	20	1	19
História Mundial Moderna.....	19	2	17
Noções Fundamentais de Direito.....	17	—	(*) 17

(*) Quatro candidatos foram eliminados no final do Exame Vestibular por não haverem alcançado a média mínima exigida.

Conseguiram média global os 13 candidatos abaixo relacionados, por ordem de classificação:

Celso Luiz Nunes Amorim
Ivan Oliveira Cannabrava
José Artur Denot Medeiros
Sérgio de Souza Fontes Arruda
José Renato Monteiro Vieira Braga
Francisco Soares Alvim Neto
Guilherme Raymundo Barbedo Arroio

Sérgio Luiz Gomes
Cecília Bidart Carneiro de Novaes
Gilda Maria Ramos Guimarães
Carlos Alberto Pessoa Pardellas
Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra
Lauro Barbosa da Silva Moreira

As bancas examinadoras presididas pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Antônio Camillo de Oliveira, e assessoras pela Professora Rachel Biasotto Mano, Chefe, interina, da Seção Técnico Pedagógica e pelo Secretário Sérgio Rezende Lacerda, ficaram assim constituídas:

Português

Professores Cleonice Serôa da Mota Berardinelli, Adriano da Gama Kury e Secretário José Maria Vilar de Queiroz;

Francês

Professores Jean Paul Couchoud e Guy Brytygier;

Inglês

Professores Kenneth Payne e Alexander Eaglestone;

História do Brasil

Professor Artur Bernardes Weiss e Conselheiro Francisco de Assis Grieco;

Geografia

Professora Lisia Cavalcanti Bernardes;

História Mundial Moderna

Professor Francisco José Calazans Falcon e Conselheiro Paulo da Costa Franco;

Noções Fundamentais de Direito

Professor Hamilton Prisco Paraiso e Doutor Amílcar de Araújo Falcão.

O «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», medalhas de prata e bronze, correspondentes respectivamente ao 1.º e 2.º lugares no Vestibular, coube aos candidatos Celso Luiz Nunes Amorim e Ivan Oliveira Cannabrava.

EXAME DE ADMISSÃO AO INSTITUTO RIO-BRANCO
PARA O ANO DE 1964

EXAME DE SELEÇÃO PRÉVIA

As inscrições para o Exame de Seleção Prévia ao Vestibular realizado em 1963 para o ano letivo de 1964, permaneceram abertas de 15 de maio a 15 de julho, havendo o exame se efetuado nos dias 30 e 31 de julho.

Candidatos inscritos	259
Desistências {	
Anteriores às provas	54
No decorrer das provas	7
Prestaram exame	166 candidatos (*)
Candidatos aprovados (**) 36 {	
Rio de Janeiro	31
(30 homens — 1 mulher)	
Estados	5
(4 homens — 1 mulher)	
(São Paulo — 5)	

As provas, nos Estados, tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Rui Barbosa de Miranda e Silva;
Brasília — Secretário Rubens Antônio Barbosa;
Porto Alegre — Secretário Fernando Silva Alves;
Recife — Secretário Carlos José Prazeres Campello;
Salvador (Tendo-se apresentado apenas um candidato, o exame realizou-se em Recife).

São Paulo — Conselheiro Francisco de Assis Grieco.

(*) 32 candidatos aprovados no último Exame de Seleção Prévia realizado em dezembro de 1962 deixaram de comparecer em virtude de terem sido dispensados destas provas — V. Portaria n.º 25, de 20 de maio de 1963.

(**) 1 Candidato desistiu.

EXAMINADORES

Testes de Nível Mental

Elaborados pela Técnica de Educação Professora Ethel Bauzer Medeiros;

Português

Professores Adriano da Gama Kury e Secretário José Maria Vilar de Queiroz;

Francês

Professores Adrian Renault e Marcela Mortara;

Inglês

Professores Kenneth Payne e Paul Kranc.

EXAME VESTIBULAR

As instruções e o programa para o Exame Vestibular obedeceram às normas e programa do último vestibular realizado de fevereiro a março de 1963, tendo sido introduzidas modificações apenas nos programas de Português e História do Brasil, conforme Portaria Ministerial de 7 de maio de 1963. Inscreveram-se neste exame, cujas provas intelectuais transcorreram de 21 de outubro a 2 de dezembro, 35 candidatos aprovados nas Provas de Seleção Prévia do corrente ano, acrescidos de 31 candidatos aprovados nas Provas de Seleção Prévia realizadas em dezembro de 1962 que, amparados pela Portaria n.º 25 de 20 de maio de 1963, foram consideradas isentos da prestação do referido exame.

Os Exames de Sanidade e Capacidade Física realizaram-se no Instituto de Seleção e Controle do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Thomas Girdwood. Os Exames Psicológicos foram feitos no Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha sob a direção do Capitão-de-Corveta Doutor Mário Athaide Cardoso de Castro.

Movimento Geral

Candidatos inscritos	66
Eliminados no Exame Físico	0
Desistentes	3

Apresentaram-se para a primeira prova intelectual 63 candidatos.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPARECIMENTO

APROVAÇÕES E REPROVAÇÕES

MATÉRIAS	ENTRARAM EM PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Português.....	63	11	52
Francês.....	52	3	49
Inglês.....	49	6	43
História do Brasil.....	43	4	39
Geografia.....	39	6	33
História Mundial Moderna.....	33	3	30
Noções Fundamentais de Direito.....	30	4	(*) 26

(*) Um candidato foi eliminado por não haver alcançado a média mínima exigida.

Conseguiram média global os 25 candidatos abaixo relacionados, por ordem de classificação:

Gilberto Vergne Saboia
 Adolf Libert Westphalen
 Ruy Antônio Neves Pinheiro de Vasconcellos
 João Godinho Barros
 Jorge Clement Duvernoy
 Eduardo Hermann
 Carlos Augusto Rego Santos Neves
 Antônio Carlos Lima de Noronha
 Sérgio Caldas Mercador Abi-Sad
 Sérgio Barbosa Serra
 Rodrigo Menezes Amado
 Aida Rodrigues Gomes
 Sérgio Barcellos Telles
 Eurico de Freitas
 Milton Torres da Silva
 Clodoaldo Hugueneu Filho
 Paulo Dionísio de Vasconcellos
 Jorge Saltarelli Júnior
 Jório Salgado Gama Filho
 Paulo Fernandes Telles Ribeiro
 José Viegas Filho
 João Gualberto Marques Porto Júnior
 João Paulo de Pimentel Brandão Sanchez
 Joaquim Luiz Cardoso Palmeiro
 Wilma Vilela Guerra

As bancas examinadoras presididas pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Antônio Camillo de Oliveira, e assessoradas pela Professora Rachel Biasotto Mano, Chefe, interina, da Seção Técnico Pedagógica e pelo Secretário Luiz Dilermando de Castelo Cruz, ficaram assim constituídas:

Português

Professores Adriano da Gama Kury, Marlene de Castro Correia e Secretário José Maria Vilar de Queiroz;

Francês

Professores Adrian Renault, Denis Ropa e Jean Paul Couchoud;

Inglês

Professores Kenneth Payne e Paul Kranc;

História do Brasil

Conselheiro Francisco de Assis Grieco e Professor Arthur Bernardes Weiss;

Geografia

Professora Lysia Bernardes;

História Mundial Moderna

Conselheiro Francisco de Assis Grieco e Professor Américo Jacobina Lacombe;

Noções Fundamentais de Direito

Professores Ebert Chamoun e Célio de Oliveira Borja.

O «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», medalhas de prata e bronze, correspondentes respectivamente ao 1.º e 2.º lugares no Vestibular, coube aos candidatos Gilberto Vergne Saboia e Adolf Libert Westphalen.

C. P. C. D.

Durante o ano letivo de 1963, o Instituto Rio-Branco manteve em funcionamento o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que, sob o regime de dois anos letivos, teve início — o 2.º ano a 6 de fevereiro e o 1.º ano a 18 de março. Havendo antecipado o início do ano escolar do 2.º ano, o Instituto pôde antecipar também, de tempo equivalente, a data do término do curso.

PRIMEIRO ANO LETIVO

Da turma do 1.º Ano fizeram parte os 13 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado, excepcionalmente, em fevereiro do corrente ano.

CORPO DOCENTE

Português

Professora Cleonice Serôa da Motta Berardinelli, substituída pela Professora Marlene de Castro Correia;

Francês

Professor André Selon;

Inglês

Professor Paul Kranc;

História Diplomática do Brasil

Professor Manuel Mauricio de Albuquerque;

Economia I

Secretário Márcio do Rego Monteiro, substituído pelo Professor José Maria Gouveia Vieira;

Direito Constitucional e Administrativo

Professor Célio de Oliveira Borja;

Direito Civil

Professor Ebert Chamoun;

Geografia Econômica e Política Mundial

Professor Arthur Bernardes Weiss.

EXAMINADORES

Nas provas escritas os examinadores foram os titulares das respectivas cadeiras.

Nas provas orais atuaram como examinadores os seguintes professores:

Francês

Professores André Selon e Adrian Renault;

Inglês

Professores Paul Kranc e Kenneth Payne.

CORPO DISCENTE

(Em ordem de Classificação)

Celso Luiz Nunes Amorim
José Artur Denot Medeiros
Sérgio de Souza Fontes Arruda
José Renato Monteiro Vieira Braga
Gilda Maria Ramos Guimarães
Carlos Alberto Pessoa Pardellas
Francisco Soares Alvim Neto
Cecília Bidart Carneiro de Novaes
Lauro Barbosa da Silva Moreira
Ivan Oliveira Cannabrava
Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra
Guilherme Raymundo Barbedo Arroio
Sérgio Luiz Gomes

SEGUNDO ANO LETIVO

Em virtude de ter sido trancada a matrícula de um aluno por haver o mesmo ultrapassado o limite de faltas previsto na Portaria n.º 5, de 25 de março de 1959, terminaram o curso, a 2 de outubro, 41 alunos relacionados de acordo com a classificação final obtida:

Márcio Fortes de Almeida
Marco Cesar Meira Naslauský
Luiz Felipe Palmeira Lampreia
Heloísa Vilhena de Araújo
Fernando Guimarães Reis
Bassul Athuil Netto
Igor Torres-Carrilho
Maria do Carmo Camillo de Oliveira
Carlos Alberto de Azevedo Pimentel
Luiz Mattoso Maia Amado
Virgílio Moretzsohn de Andrade
Guido Fernando Silva Soares
Marcello José Moretzsohn de Andrade
Romeo Zero
Luiz Antônio Jardim Gagliardi

Luciano Ozorio Rosa
Samuel Pinheiro Guimarães Neto
Alfonso Celso de Ouro-Preto
Danilo Adão Mayr
José Guilherme Alves Merquior
José Jerônimo Moscardo de Souza
Márcio Paulo de Oliveira Dias
João Carlos Gouvêa Pontes de Carvalho
Márcio de Alencar Ramalho
Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães
Clovis Corrêa Palmeiro da Fontoura
Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares
Rubens de Souza Sarmento
Dinah Flusser
Genaro Mucciolo
Luiz Cesar Vinhaes da Costa
Helder Martins de Moraes
Sérgio Eduardo Dias Lemgruber
Caio Mário Caffé Nascimento
Carlos Felipe Alves Saldanha
Jadriel Ferreira de Oliveira
Sebastião do Rego Barros Netto
Maurício Carneiro Magnavita
Paulo Renato Costa Rodrigues Rocha Santos
Décio Mendes
William Agel de Mello

Foram agraciados com o «Prêmio Rio-Branco» os alunos Márcio Fortes de Almeida, medalha de «vermelha», 1.º lugar, e Marco Cesar Naslausky, medalha de prata, 2.º lugar.

A entrega dos diplomas, em solenidade presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, realizou-se a 10 de dezembro, no Ministério das Relações Exteriores, sendo parainfo da turma o Ministro F. C. de San Tiago Dantas e orador o diplomando José Guilherme Alves Merquior.

Com a nomeação dessa turma elevar-se-á a 317 o número de funcionários que ingressaram na carreira de diplomata, através do Instituto Rio-Branco, desde 1947.

CORPO DOCENTE

Português

Secretário Heitor Pinto de Moura, substituído pelo Embaixador Roberto Mendes Gonçalves;

Francês

Professor Jean Paul Couchoud, substituído pelo Professor Adrian Renault;

Inglês

Professores Paul Kranc e John Gerard Flynn, este último substituído pelo Professor F. G. Wood;

Direito Internacional Público

Ministro Carlos Calero Rodriguez;

Direito Internacional Privado

Professor Haroldo Teixeira Valladão;

Economia II

Professor Carlos Lessa, substituído pelo Professor Carlos Santos Júnior;

Relações Econômicas Internacionais

Professor Hélio Schlittler Silva;

Direito Comercial

Professor Theophilo de Azeredo Santos;

Política Internacional

Secretários Márcio do Rego Monteiro e José Maria Vilar de Queiroz;

Integração Profissional:

Prática Consular

Secretário Ruy Barbosa de Miranda e Silva.

Prática Diplomática

Secretários Hélio Antônio Scarabótolo e João Hermes Pereira de Araújo.

EXAMINADORES

Nas provas escritas os examinadores foram os titulares das respectivas cadeiras.

Nas provas orais atuaram como examinadores os seguintes professores:

Francês

Professores Adrian Renault e André Selon;

Inglês

Professores F. G. Wood e Paul Kranc,

TURMA DIPLOMADA EM 1963

Affonso Celso de Ouro Preto (Estado da Guanabara)

Diplomado pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris.

Bassul Athuill Netto (Espírito Santo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. «Diplôme d'Études Supérieures Européennes», pelo «Centre Européen Universitaire de Nancy» — França.

Caio Mário Caffé Nascimento (Bahia)

Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Curso de Ciências Políticas no «Whittier College», — Whittier, Califórnia, U. S. A. «Certificate of Proficiency in English» pela Universidade de Michigan. Prêmio Literário Hachette et Larousse — Paris, França. Professor: Instituto Brasil-Estados Unidos, Rio-GB, União Cultural Brasil-Estados Unidos, S. P. e Colégio Anglo-Brasileiro, S. P. — Advogado militante — São Paulo.

Carlos Alberto de Azevedo Pimentel (São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2.º Tenente da Reserva do Exército.

Carlos Felipe Alves Saldanha (Rio Grande do Sul)

Diploma de Arquiteto pela Faculdade Nacional de Arquitetura.

Clovis Corrêa Palmeiro da Fontoura (Rio Grande do Sul)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul. 2.º Tenente da Reserva do Exército.

Danilo Adão Mayr (Santa Catarina)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Décio Mendes (São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo. Inscrito secundariamente na seção da Guanabara. Ex-Membro da Associação dos Advogados de São Paulo. «Certificate of Proficiency in English» pelas Universidades de «Cambridge» — Inglaterra e de «Michigan» — Estados Unidos. Certificado de habilitação no Concurso para Advogado do Departamento Jurídico do Estado de São Paulo. Certificado de conclusão do Curso de Especialização da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Dinah Flusser (São Paulo)

Diploma «Associate of Arts» pelo Stephens College — Estados Unidos. Curso de Oratória pelo Colégio Dante Alighieri, S. P.

Fernando Guimarães Reis (São Paulo)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de bronze, 2.º lugar. Licenciado em Filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Curso de língua inglesa do Instituto Brasil-Estados Unidos.

Genaro Mucciolo (São Paulo)

Curso de línguas Anglo-Germânicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Certificado do Curso de língua inglesa pela União Cultural Brasil-Estados Unidos. Curso de literatura norte-americana no Bowdoin College, Maine, E. U. A.

Guilherme Fernando Silva Soares (São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Curso de Extensão Universitária da Escola Superior de Guerra (1958/1959). Curso de Criminologia do Instituto de Criminologia de São Paulo. Curso de Filosofia da Universidade Católica de São Paulo (1.º ano). 2.º Tenente da Reserva do Exército.

Helder Martins de Moraes (Ceará)

Jornalista pela «École Supérieure de Journalisme de Paris». Redator na revista «O Cruzeiro». Ex-chefe do Bureau de «O Cruzeiro» na França.

Heloisa Vilhena de Araújo (São Paulo)

Diploma de língua inglesa do Instituto Brasil-Estados Unidos. Curso da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — 1961/1962.

Igor Torres-Carrilho (Estado da Guanabara)

Aluno da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Jornalista.

Jadiel Ferreira de Oliveira (Bahia)

Aluno da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

João Carlos Gouvêa Pontes de Carvalho (Estado da Guanabara)

Aluno da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. Curso do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos. Curso de Política Internacional do Instituto Superior de Estudos Brasileiros do Ministério da Educação e Cultura.

José Guilherme Alves Merquior (Estado da Guanabara)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de prata, 1.º lugar. Bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade do Estado da Guanabara. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Estado da Guanabara. Crítico literário. Responsável pela seção de crítica de poesia do antigo Suplemento Dominical do Jornal do Brasil (1960/1961). Colaborador das revistas *Senhor*, *Praxis*, *Tempo Brasileiro* e *Arquitetura*. Organizador de cursos de poesia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Universidade do Estado da Guanabara e na Faculdade Nacional de Filosofia. Organizador de cursos de estética no Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Professor de estética no Instituto de Belas Artes da Universidade do Estado da Guanabara. Conferencista. Colaborador da «Universidade do Ar» na TV Continental, no Rio de Janeiro (programa de Gilson Amado). Autor de vários artigos e ensaios, entre os quais «Crítica, Razão e Lírica» — 1962.

José Jerônimo Moscardo de Souza (Ceará)

Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II. Prêmio de história — viagem à Europa — Portaria n.º 229, de 2 de julho de 1957 — *Diário Oficial M.E.C.* Presidente do Grêmio Literário do Colégio Pedro II — Internato — 1957. Vice-Presidente e Presidente em exercício da Associação Metropolitana de Estudantes Secundários — 1958. Aluno da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (4.º ano).

Luciano Ozório Rosa (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Estado da Guanabara. «Diplôme d'Études Françaises» da Universidade de Nancy. Curso Superior de Literatura Francesa da Associação de Cultura Franco-Brasileira. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. Oficial da Reserva da Marinha.

Luiz Antônio Jardim Gagliardi (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Curso de Especialização de Direito Penal — Curso de Aperfeiçoamento de Direito Romano (UB. — FND). Ex-bolsista do governo francês.

Luiz Cesar Vinhaes da Costa (Estado da Guanabara)

Bacharel e licenciado em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Estado da Guanabara. Regente da Cadeira de Geografia do Liceu de Artes e Ofícios. Professor do Curso Primário Supletivo do Estado da Guanabara. Professor de História do Departamento de Ensino Técnico do Estado da Guanabara. Curso de Especialização em História Antiga e Medieval na Faculdade Nacional de Filosofia. Curso de Especialização em Geografia Humana na Faculdade Nacional de Filosofia. Curso de Extensão Universitária de Geografia do Mediterrâneo na Faculdade Nacional de Filosofia. Curso de Extensão Universitária de Geomorfologia na Faculdade Nacional de Filosofia. Curso de Especialização de Estudos Africanos na Faculdade Nacional de Filosofia.

Luiz Felipe Palmeira Lampreia (Estado da Guanabara)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de prata, 1.º lugar. Certificado de conclusão dos estudos secundários (pré-baccalauréat) no «Cours Saint Louis» em Paris, França. 1.º lugar no exame vestibular para o Curso de Bacharelado da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares (Estado da Guanabara)

Certificado de conclusão de Curso Clássico. «Diplôme de Langue» pela Associação Cultural Franco-Brasileira.

Luiz Filipe Macedo Soares Guimarães (Estado da Guanabara)

Aluno do 4.º ano de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Prêmio Jerzy Sbrozcek de 1960 — pela

mesma Faculdade. Oficial da Reserva do Corpo de Fuzileiros Navais. «Diplôme d'Études Françaises» da Universidade de Nancy. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge.

Luiz Mattoso Maia Amado (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II — Externato. Aluno da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Marcello José Moretzohn de Andrade (Minas Gerais)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Diploma do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural do Museu do Índio e da Capes. Professor das Cadeiras de Antropologia e Etnologia Americana da Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Assunção, Paraguai. Membro da Missão Cultural Brasileira no Paraguai em 1957. Professor das Cadeiras de Antropologia e Etnografia da Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras de Petrópolis, em 1958/1961. Naturalista contratado pela Universidade do Brasil para a seção de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Técnico em Lexicografia do Instituto Nacional do Livro (1953/1954).

Márcio de Alencar Ramalho (Minas Gerais)

Capitão-Tenente da Reserva não remunerada da Marinha.

Márcio Fortes de Almeida (Estado da Guanabara)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de «vermelho», 1.º lugar. Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de bronze, 2.º lugar. Prêmios Pantheon, Duque de Caxias (medalha de ouro) e Frederico Froes Filho do Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde foi Coronel-comandante-aluno em 1959. Título de «Estudante do Ano de 1959», conferido pelo Diário de Notícias do Rio de Janeiro. Aluno da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Certificado do Curso de Civilização Francesa (1962) da Associação Cultural Franco-Brasileira do Rio de Janeiro.

Márcio Paulo de Oliveira Dias (Santa Catarina)

Estudante de Engenharia na Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Marco Cesar Meira Naslauskij (Estado da Guanabara)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de prata, 2.º lugar. Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Estado da Guanabara.

«Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. Curso da Associação Cultural Franco-Brasileira (5.º ano). Oficial da Reserva da Marinha.

Maria do Carmo Camillo de Oliveira (Estado da Guanabara)

Licenciada em Línguas Neolatinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula. Diploma de Francês pela Faculdade Católica de Lille.

Maurício Carneiro Magnavita (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Oficial de Gabinete do Secretário de Educação do Estado da Guanabara de dezembro de 1960 a setembro de 1961. Aspirante a Oficial da Reserva do Exército (Arma de Engenharia).

Paulo Renato Costa Rodrigues Rocha Santos (Maranhão)

Aluno da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Certificado de Professor Primário da Secretaria Geral de Educação e Cultura da ex-Prefeitura do Distrito Federal. «Diplôme de Langue» da Alliance Française de Paris. «Diplôme d'Études Françaises» da Faculté des Lettres de l'Université de Nancy. Curso «Modern Sweden» da Universidade de Uppsala. Funcionário da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) de 1954 a 1961.

Romeo Zero (São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Rubens de Souza Sarmento (Minas Gerais)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Certificado de Curso de Direito Tributário da mesma Faculdade. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge.

Samuel Pinheiro Guimarães Neto (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Sebastião do Rego Barros Neto (Estado da Guanabara)

Aluno da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Sérgio Eduardo Dias Lemgruber (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Adjunto do Secretário de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal na Administração do Prefeito João Carlos Vital.

Virgílio Moretzsohn de Andrade (Minas Gerais)

Aluno da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. «Diplôme d'Études Françaises» da Faculté des Lettres et des Sciences Humaines — Université de Nancy (França). Diploma Superior de Literatura Francesa, da Associação de Cultura Franco-Brasileira — Rio de Janeiro. 2.º Tenente da Reserva do Corpo de Intendentes da Marinha — (E.F.O.R.M.).

William Agel de Mello (Goiás)

Aluno da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Participante da 7.ª Conferência Penitenciária Brasileira — 1959. Curso sobre o Júri — Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Curso de Literatura da América da Academia Brasileira de Letras.

CONFERÊNCIAS

SEMINÁRIO DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A cadeira de Política Internacional do 2.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata não foi regida em termos de aulas de exposição. Foi transformada em Seminário de Política Internacional no qual tomaram parte vários diplomatas.

Eis a lista destes e dos assuntos debatidos:

A Política Exterior do Brasil e a ONU — Embaixador J. A. de Araújo Castro;

Organização da Secretaria de Estado — Secretário Italo Zappa;

Política Econômica do Brasil nas Nações Unidas — Secretário Márcio Rego Monteiro;

Área Socialista — Secretário Celso Diniz;

Política Internacional — Ministro Ramiro Elycio Saralva Guerreiro;

O Acordo Internacional do Café — Problemas em Perspectiva — Secretário Geraldo Hollanda Cavalcanti;

As Duas Alemanhas — Conselheiro Paulo da Costa Franco;

Política Exterior Soviética — Secretário Dario Castro Alves;

Análise da Política Exterior — Secretário Luiz Villarinho Pedroso;

Política Internacional — Ministro Jayme de Azevedo Rodrigues;

A Política Internacional do Brasil na América — Embaixador Henrique Rodrigues Valle;

Planejamento Político — Secretário Márcio Rego Monteiro;

Comércio e Desenvolvimento — Ministro Jayme de Azevedo Rodrigues.

CURSO DE EXTENSÃO CULTURAL

A exemplo do ano anterior, o Instituto fez realizar um Curso de Extensão para os alunos do 2.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. O referido Curso constou de uma série de conferências cujo temário foi o seguinte:

Viagem à África Ocidental — Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães;

Barroco Baiano — Professor Wladimir Alves de Souza;

Barroco Mineiro — Professor Wladimir Alves de Souza;

África — Doutor Antonio Olinto;

Problemas Recentes das Nações Unidas — Embaixador Calcedo Castilho.

EXCURSÕES

Continuando a série de excursões de caráter cultural iniciadas no ano anterior, os alunos do Instituto Rio-Branco estiveram em visita aos estaleiros da Companhia Isikawagima e às Usinas de Volta Redonda, onde tiveram oportunidade de percorrer as instalações e tomar conhecimento dos trabalhos que ali se realizam.

CURSO ESPECIAL CORRESPONDENTE A 3.ª FASE DO CONCURSO DE PROVAS PARA O CARGO INICIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA

O Instituto Rio-Branco manteve em funcionamento durante o ano de 1963 o Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata, curso este que teve a duração de 10 meses, de março a dezembro de 1963, e cujo currículo foi adaptado à orientação dada ao C.P.C.D.

Os alunos aprovados na 2.ª fase do Concurso de Provas e matriculados no Curso supracitado foram os seguintes:

Brian Michael Fraser Neele
Celso de Almeida Miguel Relvas
Celso Ortega Terra
José Nogueira Filho
Marcelo Didier
Paulo Dias Pereira
Paulo Roberto Barthel Rosa
Raphael Valentino Sobrinho
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur
Ronaldo Mota Sardenberg
Ruy Nunes Pinto Nogueira

Nove candidatos, que não obtiveram a média global setenta, exigida para aprovação na 2.ª fase do citado Concurso, impetraram mandado de segurança tendo sido matriculados por força de liminar concedida no mencionado mandado. São eles:

Augusto Cesar de Vasconcellos Gonçalves
Bernardo Pericás Neto
Cláudio Sotero Caio
Guilherme Parreiras Horta
Jacques Claude François Michel Guilbaud
Reginaldo Andrade de Brito
Renato Prado Guimarães
Roberto Soares de Oliveira
Rubem Amaral Júnior

Houve durante a realização das provas de meio de ano re-provação de um aluno em Direito Comercial, o qual ficou, no entanto, com direito a matricular-se no 1.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do ano vindouro, de acordo com o item 19, letra B, das Instruções que regeram o Concurso de Provas para o Cargo inicial da Carreira de Diplomata.

Nas provas finais foram aprovados 19 alunos classificados na seguinte ordem:

Celso de Almeida Miguel Relvas
Paulo Roberto Barthel Rosa
Raphael Valentino Sobrinho
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur
Renato Prado Guimarães
Marcelo Didier
José Nogueira Filho
Bernardo Pericás Neto
Ronaldo Mota Sardenberg
Ruy Nunes Pinto Nogueira
Augusto Cesar de Vasconcellos Gonçalves
Celso Ortega Terra
Rubem Amaral Júnior
Cláudio Sotero Caio
Roberto Soares de Oliveira
Brian Michael Fraser Neele
Guilherme Parreiras Horta
Paulo Dias Pereira
Jacques Claude François Michel Guilbaud

CORPO DOCENTE

Português

Secretário José Maria Vilar de Queiroz;

Francês

Professor André Selon;

Inglês

Professor Kenneth Payne;

Direito Internacional Público

Ministro Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro;

Direito Internacional Privado

Professor Haroldo Teixeira Valladão;

Direito Civil

Professor Ebert Chamoun;

Direito Comercial

Professor Theophilo de Azeredo Santos;

História Diplomática do Brasil

Professor Manuel Maurício de Albuquerque;

Economia

Professor Carlos Lessa, substituído pelo Secretário Márcio do Rego Monteiro e este pelo Professor José Maria Gouveia Vieira;

Relações Económicas Internacionais

Professor Hélio Schlittler Silva;

Política Internacional

Secretário Márcio do Rego Monteiro, substituído pelos Secretários José Maria Vilar de Queiroz e Lindolpho Leopoldo Collor;

Geografia

Professor Fábio Macedo Soares Guimarães;

Integração Profissional:

Prática Consular

Secretário Ruy Barbosa de Miranda e Silva.

Prática Diplomática

Secretários Hélio Antônio Scarabótolo e João Hermes Pereira de Araújo.

EXAMINADORES

Nas provas escritas os examinadores foram os titulares das respectivas cadeiras.

Nas provas orais atuaram como examinadores os seguintes professores:

Francês

Professores Adrian Renault e André Selon;

Inglês

Professores Paul Kranc e Kenneth Payne.

TURMA DIPLOMADA NO CONCURSO DE PROVAS

Augusto Cesar de Vasconcellos Gonçalves (Ceará)

Aluno da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Bernardo Pericás Neto (Paraná)

Aluno da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Oficial da Reserva do Exército pelo C.P.O.R. de Curitiba.

Brian Michael Fraser Neele (Estado da Guanabara)

Diploma de conclusão do Curso Clássico.

Celso de Almeida Miguel Relvas (Estado da Guanabara)

Bacharel em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Medianeira, e Pontifícia Faculdade de Filosofia do Colégio Máximo Anchieta, de Nova Friburgo. Licenciado em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara. Aluno da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Estagiário em Fordham University, Nova York, (1959). Registro no Ministério da Educação e Cultura, de Professor de Filosofia e História. Professor de Letras clássicas, no Seminário dos Pes. Jesuitas, Itaipu, São Paulo. Professor no Colégio Anchieta, Nova Friburgo: Latim e Matemática. Professor no Colégio Brasileiro de Almeida, Guanabara: Estudo Dirigido, nas 4.^{as} séries Ginasiais (1961/1962); Inglês, na 2.^a, 3.^a e 4.^a séries Ginasiais (1961).

Celso Ortega Terra (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II. «Diplôme Supérieur d'Études Pratiques», Alliance Française — Rio de Janeiro.

Cláudio Sotero Caio (Pernambuco)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Seguiu até o 2.^o ano o Curso de Letras Anglo-Germânicas na Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco. Diploma do Curso de Técnica do Ensino da Diretoria do Pessoal da D. P. do Ministério da Marinha. Professor de Português do Ministério da Marinha.

Guilherme Parreiras Horta (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Certificado

de Proficiência em Inglês, da Universidade de Michigan. Certificado de conclusão do Curso de Inglês do Instituto Brasil-Estados Unidos, Rio de Janeiro.

Jacques Claude François Michel Guilbaud (Lisboa — Brasileiro de acordo com o art. 129, item II da Constituição de 1946).

Bacharel em Filosofia pela Academia de Paris. Curso de Propedêutica, Letras e Filosofia, na Sorbonne. Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor de Francês no Colégio São Fernando (1962).

José Nogueira Filho (São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Santos. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. Certificado da «Alliance Française», de Santos. Advogado e Chefe da Secretaria da Bolsa Oficial de Valores de Santos — (1960/1962). Professor de Inglês no Centro Cultural Brasil-Estados-Unidos de Santos — (1955/1956). Tradutor da Refinaria de Petróleo «Presidente Bernardes», de Cubatão, em 1956. Membro Titular e Primeiro Secretário do Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente. Prêmio Luiz Vaz de Camões (3º lugar), no Concurso Literário «Infante de Sagres», promovido pela Federação das Associações Portuguesas do Brasil, em 1960.

Marcelo Didier (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Paulo Dias Pereira (Estado do Rio de Janeiro)

Diploma de conclusão de Curso Clássico.

Paulo Roberto Barthel Rosa (Estado da Guanabara)

«Bachelor of Arts & Sciences» em Jornalismo, na Universidade de Pensilvânia (Estados Unidos da América), em 1959; «Master of Arts» em Literatura, na Universidade de Pensilvânia, em 1961. Professor de Inglês no Instituto Brasil-Estados Unidos, em 1961. Professor de Inglês e Literatura na Escola Americana do Rio de Janeiro a partir de 1962.

Raphael Valentino Sobrinho (São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orador Oficial, por concurso, do Centro Acadêmico «XI de Agosto» (1957-1958). Prê-

mio Dr. Francisco Emigdio da Fonseca Pacheco, da Universidade de São Paulo (em 1958, conferido ao 1.º aluno do Curso Jurídico). Prêmio da Associação dos Advogados de São Paulo e do Instituto dos Advogados de São Paulo, em 1958 (conferidos ao 1.º aluno do Curso Jurídico). Prêmio Vicente Rão, da Editora Max Limonad, de São Paulo, em 1956 e 1957 (conferidos ao melhor aluno de Direito Civil). Prêmio Waldemar Ferreira, da Editora Max Limonad, de São Paulo, em 1957 (Direito Comercial). Prêmio Theodureto de Carvalho Filho, da Universidade de São Paulo, em 1957 (melhor aluno do 4.º ano). Classificado em 1.º lugar no Concurso Nacional de Oratória, na IV Semana Nacional de Estudos Jurídicos, realizada em Florianópolis, em 1957. Bolsista do Governo Francês no Curso de Doutorado em Direito Público da Faculdade de Direito e de Ciências Econômicas da Universidade de Paris (1959-1960). Curso no «Institut des Hautes Études Internationales», da Universidade de Paris (1959-1960). Curso na «Alliance Française» de Paris (1959-1960). Estagiário da Organização para a Função Internacional, em Paris (1959-1960). Professor de Direito do Trabalho na Escola de Administração de Negócios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1961).

Renato Prado Guimarães (São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur (Estado da Guanabara)

Estudante de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Certificado de conclusão do Curso de Inglês pelo Instituto Brasil-Estados Unidos.

Roberto Soares de Oliveira (Estado da Guanabara)

Aluno da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. 2.º Tenente da Reserva da Marinha.

Ronaldo Mota Sardenberg (São Paulo)

Aluno da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Rubem Amaral Júnior (Ceará)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Ceará. Técnico em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Treinamento em Desenvolvimento Econômico, realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade do Ceará em 1961. Aluno do 2.º ano de Geografia

da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. Certificado de conclusão do curso de língua francesa, expedido pela Associação Cultural Franco-Brasileira («Alliance Française») de Fortaleza, Ceará. Aprovado em concurso para professor substituto de Instituições de Direito Público da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Ceará em 1962. Secretário Executivo do Conselho Técnico de Economia do Ceará em 1961/63, advogado inscrito na OAB, Seção do Ceará.

Ruy Nunes Pinto Nogueira (Estado da Guanabara)

Aluno da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

CURSO ESPECIAL DE LINGUA ALEMÃ E RUSSA

O Instituto Rio-Branco promoveu, para Diplomatas e Oficiais de Chancelaria, dois cursos intensivos de Língua Alemã e Russa, os quais tiveram início a 20 de agosto e se prolongaram até o dia 23 de dezembro. Os cursos estiveram a cargo do Professor Hermann Turtur do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, para a língua alemã e do Professor Oleg Ouchkoff, para a língua russa.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Foi publicado, em 1963, com a tiragem de 1.500 exemplares, o volume — Execução do Tratado — único tomo da 5.^a parte da obra «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri», de autoria do Professor Jaime Cortesão. Encerram-se, portanto, os trabalhos desta obra cuja coleção se compõe de nove volumes.

Dando prosseguimento aos trabalhos de impressão da obra do mesmo autor: «História do Brasil nos Velhos Mapas», o Departamento de Imprensa Nacional devolveu, em paginação, o 1.^o tomo, que depois de revisto nesta seção foi entregue àquêle Departamento.

O 2.^o tomo desta obra acha-se em composição naquele Departamento.

Foi organizado o Anuário do Instituto Rio-Branco.

Prosseguiram normalmente os demais trabalhos de rotina, tais como: remessa de publicações, atualização de fichários e listas, elaboração de índices e controle do estoque de livros e da distribuição dos mesmos.

BIBLIOTECA

AQUISIÇÃO

O total de livros adquiridos no corrente ano somou 506 obras, 568 volumes e 85 folhetos, elevando-se o acervo geral da Biblioteca para 6.317 livros. As aquisições têm sido feitas através das livrarias locais e das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras, e abrangem, principalmente, o campo das Ciências Políticas, da Diplomacia, da Política Internacional, da Geografia e do Direito, estendendo-se também aos domínios da Sociologia e da Psicologia Social.

Complementando a Coleção de Referência foram comprados os oito últimos volumes da Enciclopédia Delta-Larousse, os volumes 6 e 7 do «Grand Larousse Encyclopédique» e o «Britannica Book of the Year» referente aos eventos de 1962.

Dentre as doações cumpre ressaltar a coletânea de livros enviada pela Embaixada de Portugal, em que se destaca a magnífica obra «Portugalia Monumenta Cartographica». Outros grandes doadores foram o Embaixador Rubens Ferreira de Mello e o Secretário Márcio do Rêgo Monteiro, aquêle no campo do Direito, da Diplomacia, da História, e éste no campo da Economia e da Filosofia.

CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Estes serviços estão perfeitamente em dia e obedecem às Normas para Catalogação de Impressos da Biblioteca do Vaticano e ao Sistema de Classificação Decimal de Melvil Dewey, adaptados às necessidades da Biblioteca do Instituto Rio-Branco.

O movimento de intercâmbio de catalogação com o S.I.C. foi o seguinte:

Fichas enviadas ao SIC

De encomenda: 469

Para impressão: 57

Para o Catálogo Coletivo: 188

Fichas recebidas do SIC

Em processo: 39

Impressas: 1.^{as} — 412

2.^{as} — 795

EMPRÉSTIMO

O leitor tem na Biblioteca do Instituto Rio-Branco livre acesso às estantes, sistema este considerado ideal, especialmente para a biblioteca escolar ou universitária, que deve ser essencialmente uma «biblioteca aberta». Em seu auxílio conta o leitor com um Catálogo Dicionário, em que as fichas são dispostas alfabeticamente pelo nome do autor, título do livro, assunto e título de série.

Excluindo as consultas feitas na própria sede e os livros utilizados em classe, foi o seguinte o movimento de empréstimo em 1963:

Livros e folhetos: 1963

000 Obras Gerais	128
100 Filosofia	39
300 Ciências Sociais	11.188 (*)
400 Filologia	89
500 Ciências Puras	16
800 Literatura	96
900 História	91
910 Geografia	103
920 Biografia	3

Periódicos: 595

Apesar de se destinar exclusivamente ao Instituto Rio-Branco e ao Itamaraty, excepcionalmente esta Biblioteca facilita a leitura e a pesquisa a estudiosos que não encontrem em outras bibliotecas o material bibliográfico de que necessitem. Assim, durante este ano, atendeu a pedidos de advogados, de economistas, de oficiais das Forças Armadas e de alunos e candidatos a Vestibular das Faculdades.

No plano de empréstimo entre bibliotecas manteve intercâmbio com o Conselho Nacional de Economia e com os Ministérios da Fazenda e Relações Exteriores.

REFERÊNCIA

A Biblioteca fez seleção de obras para trabalhos de seminário e preparou bibliografias para alunos e professores, auxiliando-os em suas pesquisas.

(*) A classe 300 — Ciências Sociais — compreende a Sociologia, a Política, a Economia, o Direito, a Educação, a Administração Pública, o Comércio.

PROGRAMAS

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA (*)

1.º EXAME VESTIBULAR

(fevereiro a março de 1963)

HISTÓRIA DO BRASIL

1. A expansão marítima de Portugal e o descobrimento do Brasil.
2. As primeiras expedições e as Capitanias Hereditárias.
3. A instituição dos Governos Gerais e a conquista do litoral.
4. A ameaça externa: franceses, ingleses e holandeses. A expansão para o norte.
5. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. A Colônia do Sacramento e a expansão para o sul.
6. A catequese. Os Jesuítas. A Igreja no Brasil.
7. O Ciclo da mineração. O comércio colonial.
8. A vida cultural brasileira no século XVIII. As explorações científicas. A arquitetura. As artes plásticas. As escolas literárias. A música.
9. As lutas autonomistas. A Inconfidência Mineira.
10. A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil.
11. D. João e o Brasil Reino. A conquista da Guiana Francesa. Carlota Joaquina e a política no Rio da Prata. A luta com Artigas e a ocupação da Cisplatina.

(*) Publicamos apenas os programas que sofreram alguma alteração. Os demais se encontram no Relatório referente a 1961.

12. A revolução de 1817, em Pernambuco. A Regência de D. Pedro I.
13. A proclamação da Independência.
14. O reconhecimento do Império. A ação diplomática de Canning. A mediação inglesa.
15. A política exterior do Primeiro Reinado. A separação da Cisplatina.
16. As Regências. Pedro Antonio Feijó e a consolidação do poder central.
17. O reinado de Dom Pedro II. Sua política exterior. A Guerra com o Paraguai. As questões platinas. A questão Christie.
18. O Poder Moderador. Os partidos políticos e o parlamentarismo no Segundo Reinado.
19. A Escravatura. A questão do tráfico. A Abolição. O progresso científico, artístico e literário no Segundo Reinado.
20. A Proclamação da República. O Governo provisório. O Congresso Constituinte e a Constituição de 1891. Rui Barbosa.
21. A Política Exterior da Primeira República. A Consolidação das Fronteiras. A Obra do Barão do Rio Branco.
22. As crises internas da primeira República. Canudos. A campanha civilista e as revoltas militares. As presidências até 1930.
23. A Revolução de 1930. A revolução de 1932. A Constituição de 1934. O Golpe Comunista. A renovação literária e artística (modernismo). O progresso cultural do Brasil. O Progresso material do Brasil. O desenvolvimento econômico.

HISTÓRIA MUNDIAL MODERNA E CONTEMPORÂNEA

1.ª parte

1. O pensamento político, social, econômico e científico do século XVIII. O Despotismo esclarecido.
2. A Revolução francesa: principais fases. Reorganização política, social e econômica. Política exterior.

3. A colonização na América. A evolução da América Latina colonial. A independência das 13 colônias inglesas da América.
4. O Congresso de Viena e as Restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.
5. A «Revolução industrial» da Europa e a transformação das estruturas sociais.
6. As Revoluções Liberais e Nacionais de 1830 a 1848.
7. A Inglaterra: suas reformas, sua expansão colonial.
8. A França da 2.ª República e do 2.º Império.
9. A questão do Oriente, até o Tratado de Paris (1856).
10. Cavour e a unidade italiana. Questão romana.
11. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.
12. Absolutismo e reformas na Rússia. Os Bálcãs. Tratado de Berlim (1878).
13. Os movimentos de independência da América Latina no século XIX.
14. Os Estados Unidos. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Industrialização.
15. O Extremo Oriente: China e Japão.
16. As relações internacionais de 1878 a 1914. A política das alianças. Rivalidades coloniais. Os problemas balcânicos.

2.ª parte

1. A 1.ª Guerra Mundial. A situação internacional nas vésperas da 1.ª Guerra Mundial. O desencadear da guerra: as principais frentes de combate: as inovações tecnológicas; a guerra naval. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. A participação americana; a retirada da Rússia.
2. A Elaboração da Paz. Os Princípios de Wilson. Os Tratados de Paz e suas consequências políticas, econômicas e sociais. O problema das nacionalidades. As reparações de guerra.
3. A Liga das Nações. A organização da Liga das Nações. A Corte Internacional de Justiça e a Orga-

nização Internacional do Trabalho. O papel da Liga das Nações entre as duas Guerras: sua significação, suas realizações e seus insucessos. Os mandatos.

4. A Europa entre as duas Guerras: a) Problemas econômicos e Relações Internacionais; a Crise Econômica de 1929, suas repercussões; b) A Rússia Soviética: queda do Tzarismo, revolução de outubro, intervenção estrangeira e guerra civil, comunismo de guerra, NEP e planos quinquenais; a política exterior soviética; c) A Alemanha: a República de Weimar; a ascensão do Nazismo; o III Reich; d) A Itália e o Fascismo; o Tratado de Latrão; e) As crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Tcheco-Eslováquia, Mandchúria.
5. A Ásia entre as Duas Guerras: a) A dissolução do Império Otomano e o problema dos povos árabes; b) O Irã; c) O nacionalismo na Índia; d) A República na China; e) A Expansão Japonesa.
6. A América entre as Duas Guerras: a) Os Estados Unidos da América: o isolacionismo; Roosevelt e o New Deal; a Política da Boa Vizinhaça; b) A América Latina: a evolução política mexicana; a evolução política da América Central e das Antilhas; o desenvolvimento econômico da América do Sul.
7. A II Guerra Mundial: Início e propagação do conflito; a guerra na Europa, na África e na Ásia; as Conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
8. A Organização das Nações Unidas: a Carta de São Francisco; estrutura e atuação da ONU.
9. A Liquidação do Colonialismo: a independência da Índia; a formação do Paquistão; a Indonésia; a guerra na Indochina; o Oriente Médio; o Egito e a Liga Árabe; a formação do Estado de Israel; as colônias francesas e inglesas na África e o surgimento dos novos Estados Africanos; o Congo Belga; a conferência de Bandung.
10. A Revolução Chinesa: o advento de Mao-tsé-tung e a República Popular da China; a China Nacionalista.
11. A Reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall; o Mercado Comum Europeu e a integração da Europa. O problema alemão. A Grã-Bretanha e a Comunidade Britânica.

12. A Formação de Blocos Político-Militares e as Crises Internacionais: a política soviética no pós-guerra; as Democracias Populares; o problema de Berlim; a guerra da Coreia. Os sistemas de segurança coletiva e regional; a OTAN e o Pacto de Varsóvia. A estratégia nuclear: a guerra fria.
13. A América no Pós-Guerra: a participação dos Estados Americanos no conflito mundial; a Organização dos Estados Americanos: conferências e acordos; as condições econômicas e sociais dos países latino-americanos: o subdesenvolvimento; a revolução cubana.

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO

1.ª Parte

Noções introdutórias e Direito Privado

I

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. O Direito positivo.
2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elemento.
3. Direito Público e Privado: suas subdivisões e relações.

II

4. As fontes do Direito objetivo; a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
5. A doutrina e a jurisprudência; a equidade.

III

6. Interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais.

IV

7. Conceito de lei; classificação das leis; lei e regulamento.
8. Elaboração das leis; fase legislativa e fase executiva; sanção, promulgação e publicação.

V

9. Eficácia da lei no espaço; conflito de leis no espaço e o direito internacional privado; o princípio da irretroatividade das leis e o direito adquirido no direito positivo brasileiro.

VI

10. Relação jurídica: noção e elementos. Sujeito do direito, pessoa e personalidade.

VII

11. Direito subjetivo: noção. *Norma agendi* e *facultas agendi*. Direito subjetivo e faculdade jurídica. Classificação dos direitos subjetivos.

VIII

12. Pessoa natural: início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
13. Pessoa jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
14. Domicílio: noção; domicílio e residência; importância do domicílio no direito positivo brasileiro.
15. Fatos e atos jurídicos. Classificação dos atos jurídicos. Dos efeitos dos atos jurídicos: o erro, o dolo, a coação, a simulação e a fraude contra credores. Modalidade dos atos jurídicos: condição, termo, prazo e encargo. Forma e prova dos atos jurídicos. Nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos. Atos ilícitos. Legítima defesa, estados de necessidade, abuso de direito.

IX

16. Direito Comercial: noção. Conceito de ato de comércio e de comerciante. Definição e classificação das sociedades comerciais. Noção e classificação dos títulos de crédito.

2.ª Parte

Direito Público

I

1. O Estado, conceito e elementos essenciais. Estados simples e Estados compostos.

II

2. Formas de governo: monarquia, república e ditadura (marxista e fascista).
3. Regimes de Governo: presidencialismo, parlamentarismo e sistema diretorial ou regime colegial.

III

4. O princípio democrático: conceito de democracia: democracia direta, democracia representativa; democracia mista ou semi-direta e suas instituições: o *referendum*, o veto popular e a iniciativa popular.

IV

5. Constituição: conceito, tipos de constituição. História do constitucionalismo brasileiro.
6. O Estado na comunidade internacional; o Direito Internacional Público, conceito, fundamento. As Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos. O Direito. O Estado e a paz universal. O problema do governo mundial.

2.º EXAME VESTIBULAR

(outubro a novembro de 1963)

PORTUGUÊS

1. PROVA ESCRITA

- a) *Língua* (questões objetivas)
(Não sofreu alteração — V. programa de 1961)
- b) *Literatura*
- c) *Dissertação sobre um tema de ordem geral, sorteado de lista previamente organizada.*

LITERATURA:

I — Caracterização dos principais movimentos literários:

- A) Classicismo
- B) Barroco
- C) Neoclassicismo
- D) Romantismo
- E) Realismo e Naturalismo
- F) Parnasianismo
- G) Simbolismo
- H) Modernismo

II — Leituras aconselhadas:

A) Literatura Portuguesa.

- 1. Camões, *os Lusíadas* (*)
- 2. Sonetos (*)
- 3. Vieira, *Sermões* (*)
- 4. Bocage, *Sonetos* (*)
- 5. Almeida Garrett, *Viagens na minha terra*
- 6. Alexandre Herculano, *Lendas e narrativas*
- 7. Camilo Castelo Branco, *Novelas* (*)
- 8. Antero de Quental, *Sonetos* (*)
- 9. Eça de Queirós, *Os Maias*
- 10. Cesário Verde, *Poesia* (*)

B) Literatura Brasileira.

- 1. Tomás Antônio Gonzaga, *Marília de Dirceu*
- 2. Gonçalves Dias, *Poesia* (*)
- 3. Castro Alves, *Poesia* (*)
- 4. Álvares de Azevedo, *Poesia* (*)
- 5. Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*
- 6. José de Alencar, *Iracema*
- 7. Machado de Assis, *Dom Casmurro*
- 8. Olavo Bilac, *Poesia* (*)
- 9. Raimundo Corrêa, *Poesia* (*)
- 10. Raul Pompéia, *O Ateneu*
- 11. Cruz e Sousa, *Poesia* (*)

A questão de literatura constará de:

- i) Caracterização de escolas literárias em pequenos trechos de prosa ou verso;
- ii) Pequena dissertação sobre uma ou mais obras lidas.

Nota — Dos autores assinalados com *, bastará a leitura de trechos selecionados nas edições: «Agir», «Clássicos Portugueses» ou «Textos Literários».

HISTÓRIA DO BRASIL

- I — O descobrimento do Brasil — As características econômicas, sociais e políticas da Europa no fim da Idade Média. O desenvolvimento do comércio e do mercado europeus. A formação do reino português, suas instituições e importância da expansão europeia no mundo. O Descobrimento do Brasil.
- II — O período pré-colonizador — O reconhecimento do litoral brasileiro. O pau-brasil e os problemas de sua exploração. Aspectos internacionais correlatos.
- III — A administração portuguesa no Brasil — O regime das Capitanias e sua evolução. O Governo Geral. Os Estados do Maranhão e do Brasil. Os Vice-Reis. O Município. A administração metropolitana e o Brasil.
- IV — A Economia colonial — A economia agrária: a «plantation», a pecuária e a economia de subsistência; a coleta amazônica. A sesmaria e a posse da terra. A mineração. O monopólio colonial. Problemas internacionais ligados à economia colonial. Agitações de caráter econômico e social.
- V — A sociedade colonial — Economia, sociedade e trabalho. O indígena e o africano. Os problemas da escravidão. A Igreja. Vida cultural. As fontes e a literatura histórica.
- VI — A integração territorial — A ocupação do litoral. O sertanismo e a fixação humana. A ação missionária. A expansão para o extremo sul e para o extremo norte. Os ajustes diplomáticos na fase colonial. As repercussões no Brasil da política portuguesa e europeia. As intervenções estrangeiras no Brasil e os principais problemas decorrentes no período colonial.
- VII — A libertação política do Brasil — A influência das idéias liberais: principais manifestações. A situação política europeia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. O Brasil sede da monarquia portuguesa — problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
- VIII — O Primeiro Reinado e a fase regencial — O regime político-administrativo e a primeira Constituição. Os problemas econômicos e políticos internos. As relações exteriores.

- IX — *O Segundo Reinado* — Os partidos políticos, os poderes constitucionais e a originalidade parlamentar. Os movimentos liberais. A política externa do Segundo Reinado.
- X — *O Segundo Reinado* — O café e sua estrutura sócio-econômica. Os problemas da economia brasileira. Política alfandegária e situação financeira. A industrialização e seus entraves. A sociedade e a escravidão. Abolição e imigração. Vida cultural. A «História do Brasil» no século XIX.
- XI — *A República* — As crises do fim do Império — questões militares, religiosas, políticas e sociais e o desgaste da Monarquia. O Partido Republicano, suas idéias e ação. O golpe de Estado e a Proclamação da República. O Governo Provisório, a crise financeira e o «encilhamento». A Constituição de 1891 e suas características. Os problemas políticos até o fim do século XIX.

1.º ANO LETIVO

PORTUGUÊS

- a) Prática Intensiva de Redação.
- b) Literatura.

1.º Semestre

Machado de Assis: Memórias Póstumas de Brás Cubas.
Lima Barreto: O Triste Fim de Policarpo Quaresma.
Mário de Andrade: Macunaíma.
Graciliano Ramos: Angústia.
Jorge Amado: A Morte e a Morte de Quincas Berro d'Água.
Clarice Lispector: Laços de Família.
 Poetas:
Cecília Meireles; *Vinícius de Moraes*; *Cassiano Ricardo*; *Jorge de Lima*.

2.º Semestre

1. Os motivos edênicos nas cartas, crônicas de viagens, obras de historiadores, referentes ao Brasil.
2. A Carta de Pero Vaz Caminha: semente do ufanismo.
3. A realidade brasileira através da obra de Gregório de Matos.

4. Primeiras manifestações ufanistas na poesia brasileira: Manuel Botelho de Oliveira e Santa Maria Itaparica.
5. A Escola Mineira.
6. O Romantismo: Gonçalves Dias; Casimiro de Abreu; Castro Alves.
7. O Parnasianismo: Olavo Bilac.
8. O Realismo-Naturalismo: Aluizio de Azevedo.
9. Euclides da Cunha.
10. O Movimento Modernista: correntes brasileiras e seus principais representantes.
11. A poesia de Mário de Andrade.
12. O ciclo da cana-de-açúcar: José Lins do Rego.
13. João Cabral de Melo Neto.

INGLÊS

1. Revision of the Structural Grammar System of Modern English. Thorough practice, use and exercises, oral and written. Study of current language with oral and written exercises.
2. Diplomatic Practice in English. Correspondence: informal, social, formal, official, and telegrams. Reports, memoranda, aide-memoires, etc.
3. Oral practice. Discussion, debating, conversation. Everyday English. Improving pronunciation and intonation practical phonetics used unobtrusively.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL

V. Programas — 1.º Ano Letivo — 1962

ECONOMIA I

1 — Introdução às categorias da contabilidade social.

Livro Texto:

The Social Framework of the American Economy, J. R. Hicks e A. G. Hart (Nova York: Oxford University Press, 1945).

Leituras Obrigatórias:

Land Reform and Economic Development, Doreen Warriner (Cairo: Banco Central do Egito, 1955).
Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries, Ragnar Nurkse (Oxford: Brasil Blackwell, 1957).

Population Growth and Economic Development in Brazil, Marcio Rego Monteiro (Estudo mimeografado, Instituto Rio-Branco, 1963).

Population Trends in Latin America in Relation to Economic and Social Policy, Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), documento E/CN. 12/583, 5 de abril de 1961.

II — Introdução à análise econômica.

Livro Texto:

Economics, An Introductory Analysis, Paul A. Samuelson (Nova York: McGraw-Hill, 1961).

Leituras Obrigatórias:

Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961).

Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil, Conselho Nacional de Economia (Rio de Janeiro: CNE, 1961 e 1962).
Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (Sin-jese) 1963-1965, Presidência da República (Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1962).

An Essay on the Nature and Significance of Economic Science, Lionel Robbins (Londres: Macmillan and Co., 1952).
Trends in International Trade, GATT (Genebra: GATT, 1958).

Capitalism, Socialism and Democracy, Joseph Schumpeter (Nova York: Harper and Brothers, 1950).

III — Introdução à problemática do desenvolvimento econômico.

Livro Texto:

Economic Development, Charles P. Kindleberger (Nova York: The Mc-Gray-Hill Book Company, 1958).

Leituras Obrigatórias:

Rich Lands and Poor, Gunnar Myrdal (Nova York: Harper and Brothers, 1957).

Measures for the Economic Development of Under-Developed Countries, Nações Unidas (Nova York: Nações Unidas, 1951).

Economic Development, Planning and International Cooperation, CEPAL (Santiago: CEPAL, 1961).

The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems, Raul Prebisch (Nova York: Nações Unidas, 1950).

Mensagem ao Congresso Nacional, Presidente da República (Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956, 1961, 1962, 1963).

GEOGRAFIA MUNDIAL. ECONOMICA E POLITICA

1.ª Parte

Unidade I — Geografia Econômica. Sistemas econômicos e Geopolítica. O Fator humano na Geografia Econômica.

Unidade II — A Geografia Agrária.

1. A coleta.
2. Os sistemas de uso da terra.

Unidade III — A Geografia Industrial.

Unidade IV — O Comércio e os Grandes Mercados.

2.ª Parte

Unidade V — Os países de economia capitalista.

1. Os Estados Unidos da América do Norte.
2. A Grã-Bretanha e a sua comunidade.
3. A França e sua comunidade.
4. A Alemanha Ocidental.
5. O Japão.

Unidade VI — Os povos e países subdesenvolvidos.

1. América Latina.
2. África.
3. Ásia.

Unidade VII — Os países de economia socialista.

1. A U.R.S.S.
2. Os países socialistas da Europa Centro-Oriental e Balcânica.
3. A China Continental.

Unidade VIII — Estudos regionais especiais.

1. M. C. E.
2. Os países latinos.
3. A A.L.A.L.C.

Unidade IX — O Brasil.

Problemas regionais.

Obs.: O Brasil será referência constante nos estudos sistemáticos e regionais, além da análise específica.

2.º ANO LETIVO

PORTUGUES

Redação Oficial.

FRANÇÊS

Estudo do estilo diplomático. Os elementos da correspondência diplomática: as formas da nota, da carta; as fórmulas; as abreviaturas.

Exercícios práticos de redações de cartas e notas.

Aperfeiçoamento geral do uso escrito da língua: interpretação e resumo de textos de política estrangeira, de economia ou de ordem geral.

Aperfeiçoamento do uso oral da língua: pronúncia, elocução.

Exposições e debates sobre temas diplomáticos, de economia ou de ordem geral.

INGLES

1. Rapid brush-up revision of the Structure of Modern English with thorough practice.

Study and practice of current language.

Study and practice of journalistic language.

Study and practice of official and diplomatic language.

Oral and written exercises and practical use.

2. Diplomatic Practice in English. Correspondence: informal, social, formal and official. Telegrams, Reports, memoranda, despatches, aide-memoires, notes, notes verbales, etc. Contacts with the Press: statements, communiqués, articles, etc.

3. Oral Practice.

Discussion, debating, communication, addresses, formal and informal.

Improving pronunciation and intonation.

ECONOMIA II (*)

Introdução

A renda nacional e sua relação com a política econômica.

1.ª Parte : Fatores determinantes do nível da renda nacional

- Esquema Geral da Teoria da Renda Nacional e do Emprego.
- Conceito de procura efetiva.
- Consumo — volume da renda e propensão marginal a consumir.
- Investimento — eficiência marginal do capital e taxa de juros.
- Relação Poupança — Investimento e nível da renda.
- O multiplicador e o acelerador do investimento.
- Papel da Atividade Econômica do Estado: Tributação, despesas governamentais e determinação da renda.
- Papel das transações econômicas com o exterior: exportação, importação e nível da renda.
- Sumário Geral e Conclusões.

2.ª Parte : A moeda e o nível dos preços.

- Fatores determinantes das variações no valor da moeda.
- O problema da inflação.

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Introdução

A Nação e as Relações Econômicas Internacionais. Significado e Objetivos da Economia Internacional.

Parte I — Teoria das Relações Internacionais

1. As transações econômicas internacionais: natureza e classificação. O Balanço de pagamentos: conceito, estrutura e condições de equilíbrio. Déficit e superávit no balanço de pagamentos e seu financiamento. Endividamento externo. Balanço de pagamentos e renda nacional. Estrutura do balanço de pagamentos do Brasil.

(*) Este programa corresponde ao 2.º semestre de 1963. No 1.º semestre foi adotado o programa de 1962 — Política Econômica — até o item 10.

2. A taxa do câmbio. Meios de pagamento e compensação internacional. Oferta e procura de divisas estrangeiras. Mecanismo geral de determinação da taxa de câmbio. Casos especiais: sistemas do padrão-ouro e dos Fundos de Estabilização de Câmbio.
3. Teoria do comércio e da especialização internacional. A teoria estática do comércio: sentido, alcance, exame crítico da teoria. Qualificações de natureza dinâmica à teoria e tentativas de sua reformulação. Comércio internacional e desenvolvimento econômico. Análise comparativa da composição do comércio exterior e do processo de desenvolvimento econômico do Brasil.
4. Movimentos internacionais de capital: natureza, modalidades e mecanismos de transferência. Teoria clássica e moderna do mecanismo de transferência. Movimentos de capital e estágios de desenvolvimento econômico. O capital estrangeiro no Brasil.
5. Desequilíbrio do balanço de pagamentos e sua correção. Modalidades de desequilíbrio (estacional, cíclico e estrutural) e suas causas. Mecanismos de correção: a) sistemas de taxas de câmbio estáveis, com ajustamento através de variações nos níveis dos preços e da renda; a interpretação clássica do processo de ajustamento e suas deficiências; aplicação da teoria da renda à interpretação do processo de ajustamento: o multiplicador do comércio exterior; b) sistemas de taxas livres e flexíveis: a Teoria da Paridade do Poder de Compra e a taxa de câmbio de equilíbrio; a interpretação «Marshalliana», o jogo das elasticidades — preço, a condição «Marshall-Lerner» e efeitos da depreciação cambial; interpretação «Keynesiana»: absorção e depreciação cambial; integração das duas interpretações e teoria objetiva da depreciação cambial. O problema do desequilíbrio cambial no Brasil e sua interpretação.

Parte II — Política Econômica Internacional

1. Evolução do liberalismo para o nacionalismo e o protecionismo econômico no Mundo e no Brasil. O debate entre livre-cambistas e protecionistas. O desequilíbrio econômico internacional, a preocupação com a industrialização e o desenvolvimento econômico e a afirmação do protecionismo.

2. Instrumento de controle do comércio exterior: a tarifa aduaneira, os controles quantitativos, o controle cambial e outras modalidades de intervenção do Estado no comércio internacional: sua natureza e efeitos econômicos.
3. Cartéis, Acórdos Internacionais sobre mercadorias e comércio estatal.
4. Acórdos comerciais e Acórdos de pagamento: sua natureza, modalidades e técnica. Bilateralismo e Multilateralismo. União Aduaneira e União de Pagamentos. O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e seu alcance.
5. Análise da evolução da política econômica internacional do Brasil: a) a política aduaneira e de acordos comerciais; b) a política cafeeira e de outros produtos básicos de exportação; c) a política cambial; d) a política de capital estrangeira. Efeitos sobre a composição e direção do comércio exterior e sobre o processo de industrialização e desenvolvimento do país.
6. A Cooperação Econômica Internacional no Pós-Guerra: a) antecedentes; b) agências e programas internacionais de cooperação econômica: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Organização Europeia de Cooperação Econômica (O.E.C.E.), o Ponto IV, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a «Aliança para o Progresso». Outros programas de assistência econômica e técnica.
7. Constituição de grandes blocos econômicos e tendências para a integração econômica internacional: a C.E.C.A. e o Mercado Comum Europeu; Integração Econômica de Países da Cortina de Ferro; Áreas de livre comércio: a Associação Europeia de Livre Comércio, a Área Centro-Americana de Livre Comércio (ACALC) e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). A economia brasileira e o processo de integração econômica internacional.

DIREITO COMERCIAL

Direito Marítimo e Aeronáutico

1. Comércio pela navegação — Direito comercial marítimo e aeronáutico — A doutrina particularista.

2. Navio e aeronave — Conceito e nacionalidade — Individualização — Natureza jurídica.
3. Propriedade do navio e da aeronave — Armação e exploração — O Estado como armador.
4. O comandante — Funções — Tripulação do navio e da aeronave.
5. Contratos de utilização do navio e da aeronave — Locação — Fretamento — Transporte.
6. O conhecimento — Conceito, natureza, requisitos — Funções e força probante — Recibos para embarque e «delivery order».
7. Seguro marítimo e aeronáutico — Conceito, utilidade, síntese histórica, elementos substanciais.
8. O segurador — Companhia de seguro — Seguro sucessivo — Ressegurador — O risco — O interesse segurado — Formação, prova e resolução do contrato de seguro.
9. Avaria — Espécies — Avaria particular — Avaria comum — Conceito — Requisitos — Regulação e liquidação da avaria comum — Regras de York e Antuérpia.
10. Assistência e salvamento — Conceito, natureza — Assistência e reboque — As Convenções Internacionais.
11. Abaloção naval e aeronáutica — Conceito, classificação, responsabilidades — As Convenções Internacionais.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

II — Introdução

1. Conceito, fundamentos, evolução histórica. Direito natural. Vitória, Suarez e outros precursores espanhóis. Grotius. De Gentili e Zouche a Bynkershoek e von Martens. Pufendorf, Wolff Vattel. Doutrinas positivistas e voluntaristas. A negação da possibilidade de um direito internacional. John Austin e o conceito de moralidade internacional positiva. Do direito internacional como direito público externo à teoria da auto-limitação: Jellinek. A teoria da Vereinbarung: Triepel. A doutrina anglo-americana do «consent of nations» e o direito internacional como direito da comunidade internacional. As doutrinas sociológicas: o solidarismo

de Duguit e a doutrina de Scelle. As doutrinas da norma fundamental: Kelsen e a teoria pura do direito. Renovação do direito natural.

2. Fontes do direito internacional. O art. 36 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
3. Direito internacional e direito interno. Dualismo e pluralismo. Primazia do direito internacional: incorporação do direito internacional à ordem jurídica interna.
4. Sujeitos e objetos do direito internacional público. Conceito de pessoa jurídica internacional.

II — As Pessoas

a) Os Estados

5. Conceito de Estado. Elementos. Reconhecimento de facto e de jure; expresso e tácito. Reconhecimento: declaratório ou constitutivo; ato político ou ato jurídico: o reconhecimento como expressão da vontade da comunidade internacional; possibilidade de centralização no processo de reconhecimento. O reconhecimento por organismos internacionais. Doutrina Stimson sobre não-reconhecimento.
6. A doutrina dos direitos e deveres fundamentais dos Estados. A intervenção e seus diferentes aspectos. A doutrina Drago. A doutrina Monroe.
7. Formação, transformação e extinção dos Estados. Mudanças internas: reconhecimento de governos. Doutrinas Tobar e Estrada. Representação de Estados membros da ONU: a proposta cubana de 1950 e a Resolução 396 (V) da Assembleia Geral.
8. Classificação dos Estados. Estados simples e compostos. Tipos de associação de Estados. Uniões de direito internacional e uniões de direito constitucional. Situação das áreas dependentes: territórios não autônomos, territórios sob tutela.
9. Responsabilidade internacional dos Estados e outras pessoas de direito internacional: ato ilícito e sua imputabilidade a um órgão ou agente do Estado. Teoria da culpa e teoria objetiva. A chamada responsabilidade indireta: atos de particulares. A obrigação de reparar o dano causado e a aplicação de sanções. Apli-

cação dos princípios básicos que regem a responsabilidade a atos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. A denegação de justiça e a doutrina do ato complexo. As tentativas de codificar as normas aplicáveis à responsabilidade do Estado por dano causado a estrangeiro em seu território. Responsabilidade do Estado em caso de guerra civil.

10. A Santa-Sé: características especiais. O Tratado de Latrão. O Papa como Chefe de Estado e Chefe da Igreja. A Ordem de Malta e seu reconhecimento como pessoa de direito internacional.

b) Os Organismos internacionais.

11. Histórico da organização internacional. A Liga das Nações. Origem, estrutura, funcionamento. O Pacto e os principais instrumentos posteriores.
12. As Nações Unidas. Propósitos e princípios. O art. 2.º, § 7.º: assuntos que dependem essencialmente da jurisdição dos Estados membros. Admissão de membros. Estrutura e funções dos principais órgãos. Assembleia Geral. Conselho de Segurança. Conselho Econômico e Social. Conselho de Tutela. A Pequena Assembleia. As Comissões Regionais e Funcionais do CES. O Secretário Geral e o Secretariado. Problemas administrativos. O Orçamento da ONU. A Comissão Consultiva de Assuntos Administrativos e Orçamentários e a Comissão de Contribuições. Documentação. Revisão da Carta. Privilégios e imunidades.
13. As Agências Especializadas. Noção geral: como se estabelecem. Relações com a ONU, OMS, UNESCO, OIT, FAO, ICAO, UPU, ITU, OMN, Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, Fundo Monetário Internacional. A INCO e a OIC: o GATT. Privilégios e imunidades.
14. Organismos regionais: O sistema interamericano: evolução: a Carta de Bogotá. Estrutura da OEA: funções dos órgãos principais. A Conferência Interamericana, a Reunião de Consulta, o Conselho da OEA. O Conselho Interamericano Econômico e Social. O Conselho Cultural e o Comitê de Ação Cultural. O Conselho Interamericano de Jurisconsultos e a Comissão Jurídica do Rio de Janeiro. A Comissão Interamericana de Paz e a Junta Interamericana de Defesa. Os organismos

regionais europeus: o Conselho da Europa, a União da Europa Ocidental, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. A Comissão do Caribe e a Comissão do Pacífico Sul.

c) Os indivíduos.

15. O indivíduo e sua posição em direito internacional. Sujeito ou objeto. Casos em que o direito internacional parece impor diretamente obrigações ao indivíduo.
16. Nacionalidade: apatridia, múltipla nacionalidade. Aquisição e perda de nacionalidade. A Convenção e Protocolos de Haia, 1930. As Convenções de Montevideu, 1933. Os projetos da Comissão de Direito Internacional sobre apatridia (1953).
17. Tratamento de estrangeiros. A questão do padrão mínimo. A Convenção de Havana, 1928, sobre a condição dos estrangeiros. Entrada e expulsão. Proteção diplomática.
18. Extradicação. Princípios gerais. Tentativas de codificação: a Convenção de Montevideu, 1933. Pessoas passíveis de extradicação. Crimes que justificam a extradicação. Como se processa a extradicação.
19. Asilo diplomático: justificação. As Convenções de Havana (1928), Montevideu (1933) e Caracas (1954). A quem, onde, quando, como se dá asilo. Fim do asilo: o salvo-conduto. O problema da qualificação do delito para fins de asilo: o caso Haya de la Torre, Asilo territorial.
20. A proteção de minorias e a Liga das Nações. A ONU e os direitos humanos. A Declaração Universal (1948) e os projetos dos Pactos dos Direitos do Homem. O problema das medidas de aplicação. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres. Projetos de uma Corte Interamericana para proteção dos direitos do homem. A Europa e os direitos do homem. A Convenção de Roma (1950).
21. A convenção sobre genocídio. A responsabilidade individual por crimes tradicionalmente atribuídos ao Estado. Os julgamentos de Nuremberg e os princípios que nelas se firmaram. O crime da guerra: os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade. Principais críticas feitas aos julgamentos de Nuremberg. O projeto de

Código de Crimes contra a ordem, a paz e a segurança da Humanidade. A questão de um tribunal criminal internacional.

III — Os Bens

22. O território dos Estados. Natureza do direito do Estado sobre o território. Possíveis limitações. Modos de aquisição e perda. Domínio terrestre, fluvial e lacustre, aéreo e marítimo. Mar territorial e zona contígua. Métodos de delimitação. Plataforma continental: navios e aeronaves. A ficção de extraterritorialidade.
23. O alto mar e seu regime jurídico. Pirataria. Pesca e aproveitamento dos recursos naturais do alto mar.
24. O espaço e seu regime jurídico.

IV — As relações entre os Estados.

25. Relações bilaterais e multilaterais. Órgãos das relações entre os Estados.
26. Relações diplomáticas. Categorias de representantes diplomáticos. Nomeação. Credenciais. Funções. Prerrogativas e Imunidades. Os adidos. Corpo diplomático.
27. Relações consulares. Organização consular. Categorias de agentes consulares. Nomeação. Exequatur. Prerrogativas e imunidades.
28. Congressos e conferências. Convocação. Ordem do dia. Regimento interno. Comissões e Plenário. Votação. Ata final.
29. Acórdos internacionais. Terminologia. Condições de validade. Forma. Assinatura. Adesão. Ratificação. Depósito. Reservas. Interpretação. Troca de notas. Denúncia. A cláusula «rebus sic stantibus».
30. Métodos para a solução pacífica de conflitos internacionais. Negociações. Bons ofícios. Mediação. Inquérito e conciliação. Arbitragem. Solução Judiciária. A Corte Permanente de Arbitragem e a Corte Internacional de Justiça.
31. O papel dos organismos internacionais na solução dos conflitos. Ação preventiva e repressiva. O Conselho de Segurança e a Assembleia Geral da ONU. Acórdos

e entidades regionais. O sistema interamericano: o Pacto de Bogotá e o Tratado do Rio de Janeiro. A organização da legítima defesa coletiva. Segurança coletiva. Desarmamento.

32. A força nas relações internacionais. Ação individual e coletiva. Monopólio do uso da força pela comunidade. Sanções. Definição de agressão.
33. Emprêgo limitado da força: represálias. Bloqueio.
34. A guerra. Leis de guerra. A declaração e o estado de guerra. Guerra terrestre, marítima e aérea. Belligerentes e neutros. Comércio internacional em tempo de guerra. Bens inimigos. Feridos e prisioneiros. Proteção dos bens culturais. Fim das hostilidades. Fim da guerra.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Não foi seguido nenhum programa para aulas de exposição. A título de experiência, o curso foi dado sob a forma de conferências, pronunciadas por Sub-Secretários e Chefes de Divisão do Ministério das Relações Exteriores, ou por funcionários em trânsito na Secretaria de Estado. (*)

Para a prova do exame final, foi dada a cada aluno a tarefa de condensar e criticar uma obra, tirada à sorte numa variada bibliografia sobre política internacional.

(*) V. página 144 — Relação das conferências.

CURSO ESPECIAL CORRESPONDENTE A 3.ª FASE DO CONCURSO DE PROVAS PARA O CARGO INICIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA (*)

PORTUGUÊS

Redação oficial.

FRANCÊS

Considerando que os alunos integrando este curso devem possuir um nível suficiente para tratar de assuntos ligados às suas atividades profissionais, o programa insistirá principalmente em:

1. Versão de textos técnicos de política, história, sociologia, economia.

As versões serão feitas pelos alunos em casa (para serem corrigidas pelo professor e devolvidas aos alunos — O professor fará, depois, a correção com comentários no quadro negro) — e em aula, no quadro negro, este último exercício tem como finalidade o desenvolvimento de capacidade de interpretação imediata.

2. Redação sobre os mesmos assuntos da versão:

- a) Redação de caráter completamente pessoal.
- b) Redação na base de um texto em português para resumir. Este tipo de exercício visa a avaliar a capacidade de síntese e de crítica do aluno.

3. Leitura de textos modernos para desenvolver o vocabulário por meio de explicação aprofundada dos mesmos.

4. Debates. — Os debates far-se-ão na forma usada nos tribunais — Um presidente, para manter a ordem, dar a palavra

(*) Os programas de Geografia e de Política Internacional deixam de ser publicados por não terem sido apresentados pelos respectivos professores.

aos que a pedirem — Um acusador (15 minutos de discurso), um defensor (15 minutos de discurso). Os demais alunos constituem o júri e poderão fazer perguntas a ambas as partes antes de passarem à votação: cada aluno dará seu voto motivado (três minutos).

Os debates (em média 3 por mês) têm como finalidade: libertar os alunos de inibição; dar-lhes o desembaraço necessário para o desempenho de suas atividades futuras: desenvolver a rapidez do raciocínio e do senso crítico.

Durante o debate, o professor anotará cuidadosamente, em uma ficha (com cópia) individual, os erros de cada aluno, com as devidas correções — Acabado o debate, cada aluno receberá a ficha, e assim poderá ter uma imagem real de sua pronúncia, de forma gramatical etc.

5. Exercícios escolares.

Os alunos farão um exercício escolar por mês, valendo para a média final.

INGLÊS

V. Programa — 2.º Ano Letivo — 1963

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA

1. Fatores da expansão territorial do Brasil.
2. Os grandes tratados coloniais: Haia, Utrecht, Madri, Santo Ildefonso.
3. A política exterior de D. João, Príncipe Regente e Rei.
4. A política exterior do Império.
5. A política exterior da República.
6. A obra de Rio-Branco.
7. O Pan-Americanismo: conceituação, principais fases.
8. A ação pan-americanista.
9. A política diplomática brasileira após a 1.ª Guerra Mundial.
10. Conceituação da história diplomática do Brasil.

ECONOMIA

V. Programa — *Economia I* — 1.º Ano Letivo — 1963

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

V. Programa — 2.º Ano Letivo — 1963

DIREITO COMERCIAL

V. Programa — 2.º Ano Letivo — 1963

DIREITO CIVIL

I — Parte Geral do Direito Civil. Fontes do direito. Norma jurídica. Atos jurídicos. Direito subjetivo: classificação. Da personalidade em geral. Capacidade e incapacidade. Domicílio civil. Registro público. Prescrição. Bens.

II — Das obrigações e dos contratos: conceito, classificação.

III — Do direito das coisas: posse e direito de propriedade. Aquisição da propriedade móvel e da propriedade imóvel. Direitos reais de fruição e de garantia.

IV — Do direito de família: casamento, desquite. Relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges.

V — Do direito sucessório: sucessão legítima e testamentária. Noções fundamentais sobre inventário e partilha.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Sumário

1. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal.
2. Conflito de Leis no Espaço. Diversidade legislativa: internacional, interestadual, interprovincial.
3. Solução dos conflitos de leis no espaço. Direito internacional privado. Direito Uniforme e Direito Comparado.
4. Definição do DIP. Divisão do objeto do DIP. Impropriedade no nome DIP.
5. Fontes do DIP: internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina.

6. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
7. Divergência espacial de normas do DIP: teorias da renúncia e da devolução.
8. Divergência temporal das normas do DIP. Conflitos de qualificação.
9. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
10. Nacionalidade. Princípios gerais. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação e casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.
11. Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Eleitos. Revogação.
12. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
13. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos de nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiro no serviço nacional.
14. Domicílio. Aquisição. Domicílio de origem. Domicílio necessário. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova do domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.
15. Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, foro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
16. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciais.
17. Expulsão. Casos. Processo. Recursos. Efeitos.
18. Direitos e deveres em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos, direitos privados.
19. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
20. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira.

21. A ordem pública. A fraude à lei.
22. Aplicação indireta. A teoria dos direitos adquiridos.
23. Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro.
24. Atos jurídicos. Vícios do consentimento. Forma. Prescrição.
25. Direito de Família. Conflito de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma.
26. Relações pessoais dos cônjuges. Regime de bens do casamento.
27. Desquite, divórcio e anulação do casamento.
28. Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela.
29. Direitos das Coisas.
30. Direito das Obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e «aparentes». Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.
31. Direito das sucessões.
32. Direito marítimo e aéreo internacional.
33. Direito Penal Internacional — Territorialidade e Extra-territorialidade das Leis Penais.
34. Direito processual civil internacional. Competência — Forma do Processo — Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.
35. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Nações Unidas

1. Posição da Carta das Nações Unidas na ordem jurídica.

- a) Relação entre a Carta e outras normas de direito internacional público:
 - I — Princípios gerais de direito;
 - II — Normas costumeiras;
 - III — Normas convencionais (art. 103).
- b) Relação entre a Carta e o direito interno (art. 2.º, § 7.º).
2. Modificações à Carta das Nações Unidas.
 - a) Emendas;
 - b) Revisão;
 - c) Interpretação «in abstracto»;
 - d) Interpretação «in concreto». Ausência de controle da regularidade constitucional das decisões e resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral. Evolução constitucional «praeter legem».
3. Evolução no sistema de segurança coletiva. Desenvolvimento dos poderes da Assembleia Geral. «União pela Paz». Ações de manutenção da paz sem aplicação dos arts. 41 e 42 e seguintes.
4. Relações entre as Nações Unidas e organizações regionais. Na solução pacífica de controvérsias. Na legítima defesa contra ataque armado. No caso de ameaça à paz, rompimento da paz, agressão: aplicação do art. 41 e do art. 42.
5. Evolução da aplicação do Capítulo XI da Carta, com base no desenvolvimento da competência da Assembleia Geral (art. 10). Critérios para a definição de territórios não autônomos e competência para discriminá-los. Extensão da supervisão da Assembleia Geral à evolução política desses territórios: «Declaração de Outorga de Independência dos Países e Povos Coloniais», Comitê dos 24.
6. Limitações da obra das Nações Unidas no campo dos Direitos do Homem. Razões — A crescente aceitação do desenvolvimento econômico como objetivo central da cooperação econômica nas Nações Unidas; progressiva cristalização desse princípio de conveniência política e econômica em eventual princípio jurídico.

II — *Reconhecimento*

7. Reconhecimento de situações jurídicas em geral. Aspecto jurídico e aspecto político. Teorias constitutiva e declarativa. Reconhecimento de situações criadas em violação do direito internacional público. Oportunidade do reconhecimento.
8. Reconhecimento de Estados. Aplicação das noções gerais. Formas. Atos que implicam reconhecimento. Critérios.
9. Reconhecimento dos Governos. Aplicação das noções gerais. Formas. Critérios. Atos que implicam reconhecimento.
10. Reconhecimento de outras situações jurídicas: beligerância, insurgência, alterações territoriais.

III — *Atos Unilaterais*

11. Papel dos atos unilaterais na formação do costume. O silêncio. Atos unilaterais expressos.

IV — *Tratados*

12. Classificação. Bilaterais e multilaterais. Tratados — contrato e Tratados — lei. Tratado em sentido estrito e acordos em forma simplificada. Capacidade das Partes.
13. Forma. Técnica de conclusão. Capacidade dos representantes das Partes. Plenos poderes. Negociação — redação, autenticação e assinatura. O texto dos Tratados: enumeração das Partes, invocação, preâmbulo e seu valor jurídico, texto, cláusulas finais.
14. Ratificação — Teorias. Histórico. Necessidade da ratificação; exceções. Regime jurídico da ratificação. Regulamentação interna da ratificação, sistema.
15. Ratificações imperfeitas. Teorias.
16. Peculiaridades da técnica dos Tratados multilaterais. Conferência e organismos internacionais. Supressão da assinatura. Assinatura diferida. Adesão ad-referendum. Adesão. Depósito de ratificações. Convenções da OIT. Reservas aos tratados multilaterais: teorias

da integridade e da universalidade: sistema da OEA; parecer da C. I. J. sobre reservas à convenção do genocídio; resoluções da Assembleia Geral da ONU; projeto da Comissão de Direito Internacional.

17. Validade essencial dos Tratados.

LEGISLAÇÃO

PORTARIA N.º 6 — DE 1.º DE MARÇO DE 1963

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o art. 23, parágrafo único, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e

Considerando que o aproveitamento nos cursos do Instituto Rio-Branco exige efetiva participação nas aulas, resolve:

baixar as seguintes instruções sobre a freqüência no Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas para o Cargo Inicial da Carreira de Diplomata:

I — Só poderão comparecer aos exames finais os alunos que tenham assistido efetivamente a 90 % das aulas;

II — Qualquer atraso será considerado falta; para a primeira aula será concedida uma tolerância de 10 minutos;

III — Os alunos que tiverem mais de dez por cento de faltas terão sua matrícula trancada, sendo-lhes concedida nova matrícula no 1.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, imediato.

Rio de Janeiro, em 1.º de março de 1963,

a) A. CAMILLO DE OLIVEIRA.

PORTARIA N.º 18 — DE 26 DE MARÇO DE 1963

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o item XXVI do art. 11 do Regimento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948, resolve:

baixar as seguintes instruções para a concessão de bolsas de estudo a alunos matriculados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — O Instituto Rio-Branco concederá bolsas de estudo de manutenção e de auxílio, no valor, respectivamente, de

Cr\$ 22.000,00, Cr\$ 18.000,00, Cr\$ 16.000,00 e Cr\$ 10.000,00, que serão pagos mensalmente durante nove meses do ano letivo, a partir de fevereiro de 1963, aos alunos matriculados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que provarem real incapacidade financeira para prover à própria manutenção.

II — Não poderão receber bolsas de estudo alunos repetentes, salvo quando a reprovação haja decorrido de excesso de faltas por motivo de moléstia, devidamente comprovada.

III — Ficam revogadas as disposições anteriores sobre o assunto.

Rio de Janeiro, em 26 de março de 1963.

a) A. CAMILO DE OLIVEIRA.

PORTARIA MINISTERIAL N.º 3 — DE 1.º DE ABRIL DE 1963

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o art. 8.º, § 2.º, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco, resolve:

Baixar as seguintes instruções para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e para o Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas para o Cargo inicial da Carreira de Diplomata:

I — Para as matérias lecionadas em dois períodos letivos, haverá uma prova parcial no fim do primeiro período e uma prova final no fim do segundo período.

II — Para as matérias lecionadas em um só período letivo, haverá apenas uma prova final no fim do período.

III — Haverá para cada matéria, em cada período letivo, um exercício escolar, no mínimo.

IV — As provas finais de Francês e Inglês serão orais e escritas; as das demais matérias serão apenas escritas.

V — A nota final anual de cada matéria será a média ponderada das notas da prova final, dos exercícios escolares e, se for o caso, da prova parcial.

VI — Para o cálculo da nota final, ficam estipulados os seguintes pesos:

1.º) Matérias lecionadas em um só período:

- a) nota da prova final: peso 5;
- b) média aritmética das notas dos exercícios escolares: peso 3.

2.º) Matérias lecionadas durante todo o ano letivo:

- a) nota da prova final: peso 4;
- b) nota da prova oral: peso 2;
- c) nota da prova parcial: peso 3;
- d) média aritmética das notas dos exercícios escolares: peso 3.

VII — Ficam revogadas as Portarias de 27 de janeiro de 1958 e 16 de março de 1959.

Rio de Janeiro, em 1.º de abril de 1963.

a) HERMES LIMA.

PORTARIA MINISTERIAL — DE 7 DE MAIO DE 1963

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o art. 36, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do referido Instituto, resolve:

I — aprovar os novos programas das cadeiras de Português e História do Brasil do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que, assinados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, são com esta publicados;

II — revogar as Portarias Ministeriais de 22 de novembro de 1957 e 6 de abril de 1959, sobre o Exame Vestibular.

Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1963.

a) HERMES LIMA.

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 15 de maio ao dia 15 de julho, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

O Exame Vestibular e a prova de Seleção Prévia, que o precederá, obedecerão às instruções e ao programa que acompanham o presente Edital.

As provas de Seleção Prévia realizar-se-ão nos dias 30 e 31 de julho vindouro, à mesma hora, em Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Seu resultado, do qual não caberá recurso, será tornado público até o dia 13 de agosto de 1963.

Se o número de candidatos habilitados à prestação de provas numa das referidas capitais não justificar a constituição de uma Comissão Examinadora *in loco*, o Ministério das Relações Exteriores se reserva o direito de transferi-los para outra capital em que se realize o exame; nesse caso, as despesas de transporte e alojamento correrão por conta do candidato.

Os candidatos aprovados no Exame de Seleção Prévia deverão solicitar inscrição no Vestibular apresentando toda a documentação exigida, nas seguintes datas: até 20 de agosto, os que prestaram exame no Rio de Janeiro; até 30 de agosto, os que prestaram exame nas outras capitais.

As provas intelectuais do Exame Vestibular realizar-se-ão no Rio de Janeiro, nos meses de outubro e novembro de 1963.

É fixado em 20 o número de vagas a serem providas pelos candidatos aprovados nesse exame, os quais serão aproveitados rigorosamente de acordo com a ordem de classificação.

Será mantido o currículo de dois anos para os alunos que se matricularem no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1964.

Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1963.

a) ANTÔNIO CAMILLO DE OLIVEIRA.

PORTARIA N.º 25 — DE 20 DE MAIO DE 1963

O Diretor do Instituto Rio-Branco, usando das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso VIII, do Regimento do referido

Instituto, aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948, e considerando a proximidade, no tempo, entre os Exames de Seleção Prévia efetuados a 20 e 21 de dezembro próximo passado e as provas do mesmo tipo a se efetuarem a 30 e 31 de julho vindouro; considerando ainda que a finalidade dos Exames de Seleção Prévia é a de selecionar os que estão aptos a prestar os exames vestibulares; considerando, outrossim, a identidade de matérias e de níveis de apuração entre os referidos Exames de Seleção Prévia; resolve:

1 — Os candidatos, inscritos no Exame Vestibular ora convocado pelo Instituto Rio-Branco e que hajam sido aprovados, conforme lista de aprovação publicada no *Diário Oficial* da União, de 15 de janeiro último, nos Exames de Seleção Prévia realizados a 20 e 21 de dezembro de 1962, ficam dispensados, a título excepcional, de repetir os próximos Exames de Seleção Prévia marcados para os dias 30 e 31 de julho do corrente ano.

Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1963.

a) A. CAMILLO DE OLIVEIRA.

PORTARIA MINISTERIAL — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1963

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o art. 8.º, § 2.º, e o art. 32 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto n.º 38.735, de 30 de janeiro de 1956, e tendo em vista o que lhe expôs o Diretor do Instituto Rio-Branco com relação à Portaria n.º 3, de 1.º de abril de 1963, que baixa instruções para o Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas para o Cargo Inicial da Carreira de Diplomata e para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, resolve:

Dar nova redação à seção VI da Portaria n.º 3, de 1.º de abril de 1963, que passará a ler-se:

«VI — Para o cálculo da nota final, ficam estipulados os seguintes pesos:

1.º) Matérias lecionadas em um só período:

a) nota da prova final — peso 5;

b) média aritmética das notas dos exercícios escolares — peso 3;

2.º) Matérias lecionadas durante todo o ano letivo no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

- a) nota da prova final — peso 4;
- b) nota da prova oral — peso 2;
- c) nota da prova parcial — peso 3;
- d) média aritmética das notas dos exercícios escolares — peso 3.

3.º) Matérias lecionadas durante todo o ano letivo no Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas para o Cargo Inicial da Carreira de Diplomata:

- a) nota das provas finais de Francês e Inglês (média aritmética das provas escrita e oral) — peso 4;
- b) nota das provas finais das demais matérias — peso 4;
- c) média aritmética das notas dos exercícios escolares — peso 3.º

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1963.

PESSOAL

PESSOAL DO INSTITUTO RIO BRANCO DE 1945 a 1963

N O M E S	CARGO	EXERCÍCIO
DIRETORES		
Hildebrando Pompeu Pinto Accioli.....	Embaixador.....	28-4-1945 a 13-10-1946
Jaime Maggi de Berenguer César.....	Ministro.....	26-7-1946 a 27-12-1946
Ilfo Lobo.....	Ministro.....	15-1-1947 a 24-4-1947
Lafayette de Carvalho e Silva.....	Embaixador.....	24-4-1947 a 26-1-1956
Antônio Camillo de Oliveira.....	Embaixador.....	28-1-1956 a
CHEFES DA SECRETARIA		
Lábene Salgado dos Santos.....	Ministro.....	1-9-1945 a 3-6-1946
Jacomo Maggi de Berenguer César.....	Ministro.....	3-6-1946 a 7-1-1947
João Guimarães Rosa.....	Secretário.....	24-1-1947 a 7-8-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*).....	Cônsul.....	1-8-1947 a 31-8-1947
Raul Bopp.....	Ministro.....	17-9-1948 a 17-11-1951
Beata Vettori.....	Conselheira.....	17-11-1951 a 30-5-1953
Jayne de Azevedo Rodrigues.....	Conselheira.....	30-5-1953 a 11-11-1953
Antônio Corrêa de Lago.....	Ministro.....	11-11-1953 a 1-10-1954
Luis Almeida Nogueira Porto.....	Cônsul.....	6-10-1954 a 20-5-1955
Vera Regina Amaral Sauer.....	Ministro.....	20-5-1955 a 22-8-1962
Ilfo Antonio Szarabáto.....	Conselheiro.....	22-8-1962 a
CHEFES DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO		
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga... ..	Cônsul.....	12-5-1948 a 18-11-1949
Ayrton Diniz (*).....	Cônsul.....	18-11-1949 a 23-6-1950
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga (*)	Cônsul.....	23-6-1950 a 9-2-1951
Claudio Garcia de Souza.....	Cônsul.....	9-2-1951 a 26-5-1952
Luis Benjamin de Almeida Cunha (*).....	Cônsul.....	2-4-1951 a 28-5-1951
Marcos Antonio de Salvo Coimbra (*).....	Cônsul.....	28-5-1952 a 27-3-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar.....	Cônsul.....	8-6-1953 a 7-4-1954
Osires Camêlo Lobo (*).....	Auxiliar Administra- tivo.....	11-1-1954 a 16-5-1954
João Maria Vilar de Quadros.....	Cônsul.....	7-4-1954 a 10-1-1955
Martha Freire Pereira Pinto (*).....	Escriturário.....	13-1-1955 a 20-1-1959
Arnaldo Ribeiro.....	Secretário.....	21-1-1959 a 8-3-1961
Naura Teixeira Lopes da Cruz (*).....	Oficial de Chancela- ria.....	25-3-1961 a

(*) Exercendo em caráter interino.

N O M E S	C A R G O	E X E R C Í C I O
CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA		
Alvaro Moutinho Neiva (*)	Técnico de Educação	19- 5-1948 a 31-12-1949
Marina de Barros e Vasconcelos (*)	Professora	9 10 1951 a 13- 1-1955
Rachel Biasotto Mano (*)	Professora	13- 1-1955 a

CHEFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES		
José Henrique Rodrigues	Professor	2- 9-1948 a 24- 7-1950
Raul José de Sá Barbosa	Cônsul	21- 8-1950 a 26- 5-1951
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*)	Cônsul	11- 6-1951 a 24- 9-1951
Claudio Garcia de Souza (*)	Cônsul	24- 9-1951 a 19- 1-1952
Flávio Garcia de Souza	Auxiliar	19- 1-1952 a 7- 1-1955
Maria de Vilhena Fubiano de Araújo (*)	Oficial de Chancelaria	7- 1-1955 a

SECRETÁRIOS DO DIRETOR		
Meilo Moreira de Melo	Cônsul	22- 5-1946 a 13-12-1946
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	23-12-1946 a 13- 5-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*)	Cônsul	1- 8-1947 a 31- 1-1948
Ayrton Diniz	Cônsul	12- 5-1948 a 23- 4-1950
Luiz Benjamin de Almeida Cunha	Cônsul	13- 2-1951 a 24- 9-1951
Claudio Garcia de Souza (*)	Cônsul	24- 9-1951 a 5-10-1951
Marcos Antonio de Salvo Coimbra	Cônsul	5-10-1951 a 27- 3-1953
Manoel Maria Fernandes Alcizar	Cônsul	8- 7-1953 a 7- 4-1954
José Maria Vilar de Queiroz	Cônsul	7- 4-1954 a 25- 1-1955
Eliu Gomes (*)	Auxiliar Adm.	9- 2-1956 a 15- 5-1957
Naura Teixeira Lopes da Cruz (*)	Escriturária	16- 5-1957 a 24- 3-1961
Martha Pedro Pereira Pinto (*)	Oficial de Chancelaria	25- 3-1961 a

AUXILIARES DA SECRETARIA E SUA DISTRIBUIÇÃO PELAS DIVERSAS SEÇÕES SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO		
Maria Virginia Dantas Cavalcante	Auxiliar	1- 9-1945 a 31-12-1945
Ladislau Colago	Auxiliar	30-11-1945 a 14-11-1945
Jorge Malhóia dos Santos	Auxiliar	5-10-1945 a 13-11-1945
Estevão Botelho	Contador	1- 1-1946 a 9-12-1948

(*) Exercendo em caráter interino.

N O M E S	C A R G O	E X E R C Í C I O
Martha Pedro Pereira Pinto	Oficial de Chancelaria	6- 5-1946 a 12- 2-1949
Vera Pereira Cordeiro da Costa	Auxiliar	4- 7-1953 a
Manoel Moreira de Barros	Auxiliar	8- 5-1946 a 20-12-1946
Ide Lobo de Brito	Arquivista	8- 5-1946 a 18-10-1946
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Arquivista	8- 5-1946 a 1- 2-1947
Dulce Soares de Oliveira	Oficial de Chancelaria	28-11-1946 a
Cloilde Paqueta de Alencar	Dactilógrafo	3- 9-1947 a 31-12-1947
Washington Müller dos Reis	Auxiliar	7-11-1947 a 31- 6-1951
Isolinda Lucia Vetteri	Auxiliar	21-11-1947 a 5- 5-1948
Cecília Leite Casarini Monteiro	Arquivologista	12- 1-1948 a 30- 8-1948
Regina Lima de Abreu	Dactilógrafo	1- 1-1949 a 9-12-1952
Lygia Lima de Abreu	Dactilógrafo	21- 3-1949 a 25- 8-1951
Vera de Pimental Brandão Cordeiro Pinto	Escriturária	25-10-1951 a 16-11-1956
Iris Coelho	Auxiliar	1-11-1951 a 31-12-1955
Silvia Ribeiro Póvoa	Taquógrafo	1- 1-1953 a 31- 8-1955
Zoch Ivonne da Veiga Ferreira Pontes	Auxiliar Administrativo	15- 7-1954 a 26- 8-1954
Maria Aparecida de Carvalho Sá	Auxiliar Administrativo	26-11-1951 a 1- 8-1952
Rachel Biasotto Mano	Auxiliar Técnico-Financieiro	1-12-1953 a
Maria Sylvia de Noronha	Escrevente Dactilógrafo	1-10-1954 a 13- 1-1955
Hedina Belting Tonello	Auxiliar Administrativo	1-10-1954 a 2- 9-1955
Anna Maria Teixeira Nunes	Bibliotecário	15- 5-1955 a
Luciela Junqueira	Auxiliar	22- 8-1955 a 5- 7-1960
Maria Paqueta de Alencar	Auxiliar	22- 8-1955 a 7- 3-1957
Laura Vianan de Moura	Oficial de Chancelaria	1- 5-1957 a
Ilma Drinkwater de Oliveira Gomes	Auxiliar	10- 6-1962 a
	Auxiliar	5-11-1962 a

SEÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA

Marina de Barros Vasconcelos	Assistente	21- 9-1946 a 9-10-1951
	Encarregado de Seção	9-10-1951 a 7- 1-1955
Maria Paqueta de Alencar	Auxiliar	6- 5-1947 a 7- 3-1957
Rachel Biasotto Mano	Oficial de Chancelaria	3- 1-1955 a
Zion Aracy	Dactilógrafo	1-10-1954 a 31-12-1959
Ilma Vianan de Moura	Oficial de Chancelaria	1-11-1956 a
Luciela Junqueira	Assistente Comercial	1- 2-1957 a
Anna Maria Teixeira Nunes	Técnico-Contabilidade	7- 2-1960 a

NOME S	CARGO	EXERCÍCIO
SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES		
Astrôn Dutra dos Santos.....	Pesquisador.....	26-11-1945 a 31-12-1949
José Lobato Álvares.....	Bibliotecário.....	10- 9-1948 a 10- 6-1951
Maria do Vilhena Fabiano da Araújo.....	Oficial de Chancelaria.....	31-11-1948 a
Celso Carneiro Leão.....	Auxiliar Administrativo.....	19- 6-1951 a 26- 1-1955
Ronaldo Costa.....	Serv. Extraordinário da Biblioteca.....
Othon Guimarães.....	Serv. Extraordinário da Biblioteca.....

PORTARIA

Wilson Teixeira (Servindo na S.T.P.).....	Impressor.....
Ivan Teixeira.....	Porteiro.....
Antônio Jorge dos Santos.....	Servente.....	(até 15-12-1941)
Rubens Pereira de Souza e Silva.....	Porteiro.....	(até 12- 4-1943)
Adilson de Miranda Miguel.....	Servente.....	(até 2-12-1943)
Joaquim Francisco da Costa.....	Servente.....	(até 2- 9-1943)
Gilberto de Jesus.....	Servente.....
Jorge Melo da Costa.....	Servente.....

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1961/1962/1963

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de

(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil).

(Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas — História Diplomática do Brasil).

Bacharel em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da U. B. Curso de História do Amazonas. Geógrafo, integrante do Conselho Nacional de Geografia. Documentarista do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Professor de História do Curso Toneleros. Professor de História do Instituto Central do Povo. Professor de História do Ginásio dos Comerciantes e do Ginásio Machado de Assis da C.N.E.G. Professor de História do Colégio Frederico Ribeiro. Professor de História do Colégio Guanabara. Professor de Geografia e História do Curso Carioca. Professor de Geografia e História do Curso Papini. Professor Auxiliar de Ensino junto à cadeira de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da U. B. Professor Auxiliar de Ensino junto à cadeira de Etnografia do Brasil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor substituto da cadeira de História do Brasil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Publicações: «Mapas Históricos do Brasil», (in Atlas Histórico Escolar — M. E. C.). «O Emigrante Japonês de após Guerra» (Inédito) I. N. I. C. «Cartilha do Imigrante» (Inédito) I. N. I. C. «Características Gerais da Região Centro-Oeste» (In Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. II — I. B. G. E.). «O Núcleo Colonial de Dourados», (in Enciclopédia dos Municípios Brasileiros), vol. II — I. B. G. E.). «Mapa de Relêvo da Região Centro-Oeste», (in Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. II — I. B. G. E.). «Povoamento, População e Colonização do Centro-Oeste», (in A Grande Região Centro-Oeste — I. B. G. E.). «Povoamento do Meio Norte», (Enciclopédia

dos Municípios Brasileiros, vol. III — I. B. G. E.). «Povoamento do Nordeste Oriental», (in Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vols. IV e V — I. B. G. E.). «Povoamento da Grande Região Nordeste», (in a Grande Região Nordeste — I. B. G. E.). «População Indígena da Amazônia», (in A Grande Região Norte — I. B. G. E.). «Tipos Étnicos do Brasil», (in Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — vol. XXXVII — I. B. G. E.).

ALMEIDA, Ministro Miguel Álvaro Ozório de
(C. P. C. D. — Economia Política).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Cônsul de 3.^a classe, por concurso, em 1942. Serviu em Buenos Aires e Miami. Cônsul de 2.^a classe, por merecimento, em 1945. Designado para a Delegação do Brasil junto à O.N.U. Cônsul de 1.^a classe, por merecimento, em 1953. Serviu em Londres, Nova York e Washington. Ministro de 2.^a classe, por merecimento, em 1960. Ministro Conselheiro junto às Embaixadas do Brasil em Washington e Moscou. Exerceu as seguintes comissões: Encarregado da Delegação do Brasil junto à O.N.U., de 3 de setembro de 1948 a 20 de dezembro de 1948. Assessor da Delegação do Brasil à VI Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Lake Success, em fevereiro de 1948. Assessor da Delegação do Brasil à VIII Sessão do mesmo Conselho, Lake Success, em fevereiro de 1949. Membro da Delegação do Brasil à Segunda Sessão da Comissão Econômica da América Latina em Havana, em 29 de maio de 1949. Assessor da Delegação do Brasil à IX Sessão do Conselho Econômico e Social da O.N.U., Genebra, em julho de 1949. Assessor a 2.^a Parte da III Assembleia Geral Ordinária das Nações Unidas, Lake Success, em abril de 1949. Secretário da Delegação do Brasil à IV Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1949. Assessor da Delegação do Brasil à sessão extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em Washington, em março de 1950. Assessor da Delegação do Brasil à XI Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra em julho de 1950. Assessor da Delegação do Brasil à V Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 1950. Assessor da Delegação do Brasil à IV Reunião da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina, México, em maio de 1951. Delegado à VII Conferência Geral da U.N.E.S.C.O., Paris, de 12 de outubro de 1952 a 10 de

dezembro de 1952. Assessor do Brasil no V Período de Sessões da C. E. P. A. L., abril de 1953. Delegado do Governo ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, no triênio que terminou em 26 de junho de 1955. Delegado do Brasil à VIII Reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em setembro de 1953. Membro da Comissão Assessora da Seção Técnico-Pedagógica do I.R.Br., em dezembro de 1953. Membro da Comissão incumbida de estudar o programa da X Conferência Interamericana realizada em Caracas, em 1954. Assessor do Brasil na X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em 1.^a de março de 1954. Assessor da Delegação do Brasil na XXII Sessão do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, realizada em Genebra, em julho de 1956. Assessor da Delegação do Brasil na Conferência das Nações Unidas para a criação da Agência Internacional de Energia Atômica, em Nova York, em setembro de 1956. Assessor da Delegação do Brasil à XI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em outubro de 1956. Assessor da Delegação do Brasil à XXV Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em Nova York, em abril de 1958. Assessor da Delegação do Brasil à XII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1958, em Nova York. Assessor da Delegação do Brasil às reuniões do «Comité dos 21» da Organização dos Estados Americanos, em Washington, em novembro de 1958. A disposição do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, em 13 de janeiro de 1959. Chefe da Representação do Brasil à XXVI Conferência Geral da Federação Internacional de Documentação, Rio de Janeiro, em julho de 1960. Membro da Comissão para elaborar as instruções para a Delegação do Brasil à Reunião da Comissão Especial do Conselho da OEA encarregada de Formular Novas Medidas de Cooperação Econômica (Comité dos 21) em 2 de agosto de 1960. Delegado do Brasil ao III Período de Sessões da Comissão Especial para Estudar a Formulação de Novas Medidas de Cooperação Econômica (Comité dos «21») em Bogotá, em 5 de setembro de 1960. Designado Secretário Executivo da Comissão de Coordenação da Política Econômica Exterior, em 20 de janeiro de 1960. Delegado do Brasil à Reunião da Comissão Especial do Conselho da O.E.A. sobre as novas medidas de cooperação econômica — Comité dos 21, setembro de 1960.

ARAÚJO, Secretário João Hermes Pereira de

(C. P. C. D. — Integração Profissional — Prática Diplomática)

(Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas — Integração Profissional).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio-Branco. Curso de Direito Internacional na Academia de Direito Internacional da Haia. Ingressou na carreira diplomática em outubro de 1951. Promovido a 2.º Secretário por merecimento, em 1956 e a 1.º Secretário, por merecimento, em 1962. Exerceu as seguintes funções: Secretário da Comissão Nacional de Entorpecentes, em 4 de dezembro de 1951. Secretário da VIII Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres, no Rio de Janeiro, de 23 de julho de 1952 a 8 de agosto de 1952. À disposição de Sua Eminência o Cardeal Antônio Caggiano, em 1952. Membro da Comissão encarregada de estudar o programa da X Conferência Interamericana realizada em Caracas, em 1954. À disposição do Senador Luiz Manuel Debayle da Nicarágua quando da visita oficial do Presidente da Nicarágua, ao Rio de Janeiro, em setembro de 1953. Segundo Secretário da Embaixada Especial para representar o Governo dos Estados Unidos do Brasil nas solenidades comemorativas do LXXX aniversário natalício de Sua Santidade o Papa Pio XII e do XVII aniversário da coroação de Sua Santidade, em março de 1958. Membro da Delegação do Brasil às cerimônias da Coroação de Sua Santidade o Papa João XXIII, novembro de 1958. Secretário da Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.

BERARDINELLI, Cleonice Serôa da Motta

(C.P.C.D. — Português).

Diplomas, títulos e atividades docentes: Licenciada em Letras Neoplatinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1938. Doutor em Letras Clássicas e Vernáculo, pela Faculdade Nacional de Filosofia. Livre-docente de Literatura Portuguesa, por concurso realizado em 1958, na Faculdade Nacional de Filosofia. Assistente da Cadeira de Literatura Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia, desde 1944. Catedrática, em exercício, da mesma Cadeira, nos anos de 1951 e 1960 e nos primeiros

semestres de 1950 e 1955. Professora de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica no 2.º semestre de 1958.

Cursos e conferências: Curso de extensão universitária sobre o teatro de Gil Vicente, na Pontifícia Universidade Católica em 1954. Curso sobre a moderna literatura portuguesa, na Pontifícia Universidade Católica, em 1956. Curso sobre o teatro de Gil Vicente, no Centro Brasileiro de Estudos Hispânicos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Curso sobre a moderna poesia portuguesa, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, em 1957. Conferências sobre «Tendências generales del modernismo brasileiro» realizadas na Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional do Paraguai, em 1952. Conferência sobre «A poesia de Guerra Junqueiro», realizada no Centro Transmontano, nesta capital, em 1956. Conferência sobre «Teixeira de Pascoaes e o saudosismo» realizada na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1953. Conferência sobre «Fernando Pessoa, poeta multiforme» realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1959. Conferência sobre «Mário de Sá-Carneiro no quadragésimo aniversário de sua morte, realizada na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1956. Conferência sobre «A angústia metafísica em Fernando Pessoa», realizada na Biblioteca do Paço dos Duques de Bragança, em Vila Viçosa, Portugal, em 1959. *Obras*: a) Livros: *Cantigas de trovadores medievais em português moderno*. Organização Simões, Rio de Janeiro, 1953. *Mário de Sá-Carneiro: poesia*. Antologia. Coleção «Nossos Clássicos», Livraria Agir, editora, Rio de Janeiro, 1958. *Poesia e poética de Fernando Pessoa*. Tese de concurso à Livre-docência da Cadeira de Literatura Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Mimeografada. Rio de Janeiro, 1958. b) Colaboração: *Joaquim de Carvalho no Brasil*, editora Atlântica, Coimbra, 1958. c) Artigos: «A poesia de Afonso Duarte», *Diário de Notícias*, Lisboa. «No aniversário de Manuel Bandeira», *O Primeiro de Janeiro*, Porto. «A Mensagem de Fernando Pessoa», *O Primeiro de Janeiro*, Porto. «Observações sobre a língua poética de Fernando Pessoa» *Ibérica*, revista de filosofia, n.º 1, Rio de Janeiro. «A presença da ausência em Fernando Pessoa», *Ocidente*, vol. LIX, Lisboa. «As raízes do desassossego em Fernando Pessoa», *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro. «Ernâni Rosas, o simbolismo e Mário de Sá-Carneiro», *Colóquio*, n.º 12, Lisboa.

BORJA, Célio de Oliveira.

(C. P. C. D. — Direito Constitucional e Administrativo).
Doutor em Direito. Livre-docente de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Professor catedrático, interino, da mesma Faculdade. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito Cândido Mendes. *Atividades didáticas*: Professor assistente de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (U. E. G.) — 1957-1962. Professor-docente de Direito Constitucional da Faculdade de Direito Cândido Mendes — 1952-1963. Professor regente da cátedra de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da U. E. G. — 1962-1963. Professor catedrático, interino, de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da U. E. G. — 1963. *Atividade profissional — cargos e funções*: Deputado à Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara. Vice-Presidente da Comissão de Justiça da mesma Assembleia. Ex-assessor Jurídico da Comissão de Supervisão de Órgãos Autônomos. *Obras*: «Competência privativa do Chefe do Estado no Ato Adicional», Rio de Janeiro, 1963. «A Propriedade na Constituição de 1949», Rio, 1957. «O Chefe do Estado e os Atos Internacionais nas Monarquias Limitadas», Rio, 1959.

BRYTYGIER, Guy

(C. P. C. D. — Francês)
(Não apresentou o «Curriculum»).

CAMPOS, Pedro de Souza

(C. P. C. D. — Geografia)
(Não apresentou o «Curriculum»).

CHAMOUN, Ebert

(C. P. C. D. — Direito Civil)
(Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas — Direito Civil).
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Doutor em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Membro do Instituto dos Advogados. Livre-Docente da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

COLLOR, Secretário Lindolfo Leopoldo

(Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas — Política Internacional).

Diplomado no Curso de Preparação à carreira de Diplomata e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Ingressou na carreira em 20 de dezembro de 1954. Serviu junto às Embaixadas no México, em Buenos Aires e em Quito. 2.º Secretário, por merecimento, em 9 de junho de 1960. Auxiliar do Secretário Geral, em fevereiro de 1956. Membro do setor de Assuntos Políticos, da Comissão encarregada de elaborar as Instruções expedidas à Delegação do Brasil à XI Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em novembro de 1956. À disposição da Delegação da Polônia à posse do Presidente Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956. Membro da Delegação do Brasil à posse do Presidente do México, em novembro de 1958, com a categoria de Segundo Secretário em Missão Especial. Encarregado de Negócios em Quito, de 22 de fevereiro de 1961 a 22 de março de 1961; de 19 de agosto de 1961 a 8 de fevereiro de 1962 e de 27 de março de 1962 a 17 de julho de 1962.

CONNEL, Graham

(C. P. C. D. — Inglês)
(Não apresentou o «Curriculum»).

CORREIA, Marlene de Castro

(C. P. C. D. — Português).

Licenciada em Letras Neolatinas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1954). Bacharel em Letras Neolatinas (cadeiras de Linguística, Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola) pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1955). Diploma de Filologia Hispânica da Universidade de Salamanca (1956). Curso de Especialização de Literatura Brasileira da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1962). Auxiliar de ensino da cadeira de Língua e Literatura Espanhola da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (de março de 1955 a julho de 1960). Instrutor efetivo da cadeira de Língua e Literatura Espanhola da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (a partir de julho de 1960). Membro da banca examinadora de Português do Vestibular à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1957 —

1958 — 1959). Membro da banca examinadora de Espanhol do Vestibular à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (a partir de 1958). Sócio Fundador da APES (Associação de Professores de Espanhol). Sócio Fundador da APEG (Associação de Professores do Estado da Guanabara).

COSTA, Secretário João Frank da

(C.P.C.D. — Política Internacional)

Bacharel em Letras, pela Universidade de Clermont, França. Bacharel, Licenciado e Doutor em Direito, pela Universidade de Paris. Diplomado em Estudos Superiores de Direito Internacional, Paris. Doutor em Economia Política, pela Universidade de Paris. Diplomado pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris. Diplomado pela Academia de Direito Internacional da Haia. Licenciado pela Faculdade de Letras da Universidade de Paris. Primeiro Prêmio «Joaquim Nabuco» do Ministério da Educação, em 1950. Membro da Associação do «Polar Research Institute» da Universidade de Cambridge, Inglaterra. Membro da Associação da «École Libre des Sciences Politiques». Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio-Branco. Serviu na O.N.U. e em Paris. 2.º Secretário, por merecimento, em 1958. 1.º Secretário, por merecimento, em 1961. Designado para servir na Embaixada em Argel. Secretário da Comissão incumbida de estudar o programa da X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, 1954. Assessor do Brasil na X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em 1.º de março de 1954. À disposição do Secretário Geral da Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia dos Países Membros da Organização dos Estados Americanos, em 20 de novembro de 1954. Secretário do Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro do setor de Assuntos Administrativos, da Comissão encarregada de elaborar as Instruções expedidas à Delegação do Brasil à XI Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em novembro de 1956. Representante do Brasil no Conselho Executivo e no Comitê do Programa do Fundo das Nações Unidas para a Infância, Nova York, 1956. Assessor da Delegação do Brasil à XI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em outubro-novembro de 1956. Assessor na XXIII Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Nova York, abril de 1957.

COUCHOURD, Jean Paul

(C.P.C.D. — Francês)

(Não apresentou o «Curriculum»).

COX, Melvyn

(C.P.C.D. — Inglês).

(Não apresentou o «Curriculum»).

DUARTE, Aluizio Capdeville

(C.P.C.D. — Geografia).

— Bacharel e Licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor de Geografia Geral e do Brasil do Colégio Tomás de Aquino. Geógrafo do Conselho Nacional de Geografia. Membro legalmente inscrito no XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro em 1956. Colaborador da Comissão de Recepção do Congresso acima. Sócio-cooperador da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Regional do Rio de Janeiro. Ex-professor de Geografia do Colégio Vasco da Gama. Idem do Instituto Cardeal Arcoverde. Lecionou, em 1959, no Curso para Aperfeiçoamento de Professores do Curso Secundário, realizado em julho pelo C.N.G. em combinação com a Faculdade Nacional de Filosofia. Trabalhos geográficos publicados no Atlas do Brasil e na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, do I. B. G. E. Lecionou, em 1959, no Curso de Aperfeiçoamento do Magistério Público Primário do Distrito Federal, realizado pelo Instituto de Educação.

FINN, Patrick James David Gardner

(C.P.C.D. — Inglês)

Honours graduate, University of Oxford — 1954. Conferencista na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, (Rio de Janeiro) 1956. Diretor Assistente de Estudos na S.B.C.I. de São Paulo, 1959. Diretor Assistente de filial da S.B.C.I. no Rio de Janeiro, 1961.

FLYNN, John Gerard

(C.P.C.D. — Inglês)

(Não apresentou o «Curriculum»).

FREY, Alexander

(C.P.C.D. — Inglês)

(Não apresentou o «Curriculum»).

GONÇALVES, Embaixador Roberto Mendes

(C.P.C.D. — Português)

Bacharel em Ciências Jurídicas pela Escola de Paris. Ingressou na carreira diplomática, por concurso, em 1920. Serviu sucessivamente junto às Missões Diplomáticas do Brasil em Buenos Aires, Washington, Caracas, Berna e Madrid. Foi Cônsul Geral em Barcelona, Ministro Plenipotenciário em Viena e Helsinque e Embaixador em Tóquio. Além de exercer funções diplomáticas no exterior, ocupou inúmeras funções de chefia na Secretaria de Estado, tendo também tomado parte em várias conferências internacionais.

GUERREIRO, Ministro Ramiro Elycio Saraiva

(Curso especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata — Direito Internacional Público)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado no Instituto Rio-Branco no Curso de Prática Consular e História da Cartografia Política do Brasil, 1945. Sócio titular da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Membro da Sociedade Americana de Direito Internacional. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico. Cônsul de 3.ª classe, por concurso, em 1945. 3.º Secretário junto à Delegação do Brasil na O.N.U. Serviu sucessivamente junto às Embaixadas do Brasil em La Paz, Madrid e Washington e junto à Delegação do Brasil em Genebra. Assessor da Delegação do Brasil à VII Sessão da Assembleia Geral das N.U., em Nova York, outubro de 1952. Auxiliar de Gabinete do Ministro de Estado, em 12 de março de 1953. Membro da Comissão incumbida de estudar o programa da X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em 1954. Conselheiro Técnico da Delegação do Brasil na XXXIX Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1956. Assessor da Delegação do Brasil na XXII Sessão do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, realizada em Genebra, em julho de 1956. Assessor na XXIII Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Nova York, abril de 1957. Assessor na XII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, setembro de 1957.

Membro da Delegação do Brasil à XIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 1958. Delegado do Brasil à XIV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 17 de setembro de 1959. Assessor da Delegação do Brasil à Reunião de Consulta dos Ministros de Estado das Relações Exteriores dos Estados Americanos, em Costa Rica, em agosto de 1960. Membro da Delegação do Brasil à XV Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 1960 e da Delegação à XVI, em 1961. Ministro de 2.ª classe em 30 de setembro de 1961. Chefe da Divisão das Nações Unidas.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares

(Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas — Geografia)

Engenheiro Civil e Geógrafo pela antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro (atual Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil). Licenciado em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Curso de Aperfeiçoamento em Geografia na Universidade de Wisconsin (E.U.A.). Curso Superior de Guerra na Escola Superior de Guerra. Geógrafo do Conselho Nacional de Geografia (I.B.G.E.). Professor de Geografia do Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor de Geografia do Brasil na Faculdade de Filosofia do Instituto Santa Ursula. Presidente da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Representante permanente do Brasil junto ao Conselho Diretor do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e Presidente da Seção Brasileira do mesmo Instituto. Conferencista da Escola Superior de Guerra. Ex-Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia. Ex-membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Ex-Vice-Presidente da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Sócio Efetivo da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Sócio Efetivo da Sociedade Brasileira de Geografia. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Membro do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Sócio Efetivo da Associação Brasileira de Educação. Principais trabalhos publicados: «Divisão Regional do Brasil» (*in Revista Brasileira de Geografia*, ano III, n.º 2, Rio de Janeiro, 1941); «O Planalto Central e o Problema da Mudança da Capital do Brasil» (*in Revista Brasileira de Geografia*, XI, 4, 1949); «Esboço Geológico do Brasil» (*in Boletim do Conselho Nacional de Geo-*

grafia, ano I, n.º 3, Rio de Janeiro, 1943); «Relêvo do Brasil» (*in* Boletim Geográfico, I, 4, Rio de Janeiro, 1943); «Clima do Brasil» (*in* Boletim Geográfico, III, 27, 1945); «Delimitação dos Novos Territórios Federais» (*in* Arquivos do Ministério da Justiça, ano 2, n.º 9, Rio de Janeiro, 1944); «Le Choix du Site de la Nouvelle Capitale du Brésil» (*in* Bulletin de l'Association des Géographes Français, n.º 202-203, Paris, 1949); «Parecer sobre o Aspecto Geográfico da Questão de Limites Minas Gerais — Espírito Santo (Departamento Jurídico do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1950); Terminologia das Divisões Geográficas» (*in* Anais do XVI Congresso Internacional de Geografia, Lisboa, 1950); «O Poder Nacional: Seus Fundamentos Geográficos» (Ministério das Relações Exteriores — Instituto Rio-Branco — 1954); Diversas conferências pronunciadas na Escola Superior de Guerra (impressas, de circulação reservada).

HENFREY, Norman

(C.P.C.D. — Inglês)

(Não apresentou o «Curriculum»).

KRANC, Paul P.

(C.P.C.D. — Inglês)

Diplomado em Inglês Moderno, Fonética e Ensino de Inglês pela Universidade de Londres. Professor e Vice-Diretor de Ensino da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Professor do Curso de Didática Inglesa na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Secretário Local e Examinador da Universidade de Cambridge no Rio de Janeiro.

KURY, Adriano da Gama

(C.P.C.D. — Português)

Licenciado em Letras Neolatinas pela Faculdade Nacional de Filosofia. Bacharel em Letras pela mesma Faculdade. Professor, por concurso, do Estado da Guanabara e da Escola Técnica Nacional. Ex-Professor do Colégio Pedro II. Membro do Centro de Estudos de Língua Portuguesa. Livros publicados: *Pequena Gramática* (AGIR, Rio, 8.ª edição, 1962); *Português Básico* (AGIR, Rio, 7.ª edição, 1962); *Lições de Análise Sintática* (Fundo de Cultura, Rio, 2.ª edição, 1963); *Matias Aires* (coleção «Nossos Clássicos», AGIR, Rio, 1962); edição *Oração aos Moços*, de Rui Barbosa (C.R.B., Rio, 1956); edição *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha (Simões, Rio, 1956).

LAMY FILHO, Alfredo

(C.P.C.D. — Direito Comercial)

Bacharel em direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado pela Escola Superior de Guerra. Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica. Professor de Direito Comercial da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Ex-Consultor Jurídico do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ex-Assistente jurídico do Gabinete do Ministro da Justiça. Ex-Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Distrito Federal). Membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil.

LÉCUYER, Jacques

(C.P.C.D. — Francês)

(Não apresentou o «Curriculum»).

LESSA, Carlos

(C.P.C.D. — Economia II)

(Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas — Economia)

(Não apresentou o «Curriculum»).

MONTEIRO, Secretário Márcio Rego

(C.P.C.D. — Economia I)

(Curso especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata — Economia)

Diplomado pelo Instituto Rio-Branco em maio de 1953. Diplomado pelo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1954. Membro do Secretariado da Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores), de 1953 a 1955. Membro da Delegação do Brasil à Conferência de Ministros da Fazenda em Sessão Extraordinária do Conselho Econômico e Social, em 1954. Terceiro Secretário da Embaixada em Bogotá. Encarregado de Negócios em Quito. Membro da Delegação para negociar Acórdos de Transportes Aéreos entre o Brasil e a Colômbia, maio de 1958. Assessor Econômico da Delegação do Brasil a XIII, XIV, XV e XVI sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1958, 1959, 1960, 1961 respectivamente. Assessor da Delegação do Brasil à VIII e IX sessões da Comissão para o Comércio Internacional de Produtos de Base, em maio de 1960 e 1961.

Assessor da Delegação do Brasil à XXIX e XXXI sessões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em abril de 1960 e 1961. Eleito Relator dos trabalhos da Comissão Econômica da XVI sessão da Assembleia Geral em 1961. Assessor da Delegação do Brasil à I sessão do Comitê para Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas, em junho de 1961. Delegado-substituto da Missão do Brasil à II sessão do Comitê para Desenvolvimento Industrial — maio de 1962. Representante do Brasil no Comitê para a criação do Fundo de Capital das Nações Unidas — setembro de 1961. Representante do Brasil na Junta Executiva do Fundo Internacional de Socorro à Infância — setembro de 1958 e maio de 1959. Diretor Técnico do SEPRO de Nova York, 1962. Chefe do Departamento Financeiro do B. N. D. E., 1963. Delegado do Brasil à I Reunião de Planejamento do Desenvolvimento Industrial da ALALC, abril de 1963. Delegado do Brasil à Conferência de Planejamento Industrial da Área Latino-Americana de Comércio, Lima, abril de 1963. Delegado do Brasil à III Reunião do Comitê de Desenvolvimento Industrial da O.N.U., Nova York, maio de 1963. Eleito relator da III sessão do Comitê. Concluiu os seguintes cursos do Bacharelato de Ciências Econômicas da Universidade de Colúmbia (Nova York): *Matemática* — Introdução à teoria dos conjuntos — Fundamentos de análise algébrica e geométrica. *Sociologia* — Princípios de sociologia — Análise sociológica. *Lógica* — Lógica e Método científico. *Economia* — Princípios de Economia — Análise econômica — Teoria dos Preços — Teoria dos ciclos econômicos — Comércio Internacional — Introdução à análise estatística — Pesquisas estatísticas — História das doutrinas econômicas — Desenvolvimento econômico — Metodologia da Pesquisa econômica — Curso de Tese (tese ainda não apresentada). Outros cursos realizados: — Análise filosófica — Bases sistemáticas da geografia física — Análise geomorfológica — História da arte — Crítica da arte — Metodologia geral da pesquisa. Coordenador de Política Internacional do 2º ano do C.P.C.D. — Instituto Rio-Branco.

MOURA, Secretário Heitor Pinto de

(C.P.C.D. — Português)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio-Branco. Ingressou na carreira em 1948. Segundo Secretário, por merecimento, em 4 de de-

zembro de 1953. Primeiro Secretário, por merecimento, em 1961. Serviu na Delegação do Brasil em Genebra, no Consulado em Boston e na Embaixada em Haia. Foi Delegado, Observador e Assessor de diversas Delegações Brasileiras junto aos Organismos Internacionais.

OUCHKOFF, Oleg

(C.E. — Russo)

(Não apresentou o «Curriculum»).

PAULA, Tacariju Tomé de

(C.P.C.D. — Geografia)

(Não apresentou o «curriculum»).

PAYNE, Kenneth

(C.P.C.D. — Inglês)

St. Catherine's Society, Oxford 1945-8. Honours Degree in Modern Languages (Class I). Professor primário — 1948/1952 e professor particular de inglês — 1952/4, em Eastbourne. Professor Assistente na Escola de inglês da Legião Árabe em Londres, 1955/6, em Amã, na Jordânia, em 1956. Professor Assistente no «The Linguist Club School of English», Londres — 1956/7. Professor no curso de inglês para professores de ensino secundário, organizado pela CADES, Ministério da Educação e Cultura, Belo Horizonte — 1958. Professor na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — 1958; conferencista titular — junho, 1958; Diretor da filial de Botafogo em 1958/60. Nomeado Diretor de Estudos na SBCI, em abril — 1960. Examinador de provas orais para o diploma «Cambridge» no Rio de Janeiro.

PEARSON, Christopher

(C.P.C.D. — Inglês)

(Não apresentou o «curriculum»).

QUEIROZ, Secretário José Maria Vilar de

(Curso especial correspondente à 3ª fase do Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata — Português)

Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio-Branco. Ingressou na carreira em 1952. Serviu junto às Embaixadas em Ottawa e Paris. 2º Secretário em 1959.

1.º Secretário em 1963. Designado Auxiliar de Gabinete do Secretário Geral, em julho de 1953. Assessor do Brasil na X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em 1.º de março de 1954. Chefe da Seção de Administração do I.R.Br., em 9 de abril de 1954. Secretário do Diretor do I.R.Br., em 9 de abril de 1954. Encarregado de Negócios em Ottawa, de 3 de novembro de 1956 a 3 de dezembro de 1956 e de 7 de maio de 1957 a 7 de novembro de 1957. Representante do M.R.E. na Comissão Especial da Dívida Privada Externa, em Paris, em agosto de 1958. Observador Brasileiro à Reunião dos Países da Área de Conversibilidade Limitada, em Londres, de 18 a 24 de outubro de 1959. Representante do Brasil na qualidade de Suplente no Comitê Executivo do Instituto Internacional do Frio em Copenhague, de 19 a 26 de agosto de 1959. Representante do Brasil na Comissão Especial de Dívida Externa, em Londres, em janeiro de 1961. Membro da Missão Roberto Campos aos países da Europa Ocidental em março de 1961. Membro da Missão João Dantas à Europa Oriental, em maio de 1961. Chefe da Divisão da Europa Ocidental, em abril de 1962. Membro da Missão sobre questão da dívida externa com a França em dezembro de 1962. Membro da Missão Michaelsen à Alemanha Ocidental, em novembro de 1963.

RENAULT, Adrien Joseph

(C.P.C.D. — Francês)

Licenciado em filosofia e ciências experimentais. Professor de Letras (Académie de Paris) 1952-1956). Diretor da Aliança Francesa de Niterói — 1957-1962. Diretor dos Cursos externos da Aliança Francesa do Rio de Janeiro — 1963.

RODRIGUEZ, Ministro Carlos Calero

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público)

Vice-Cônsul em Montreal, (1947), Secretário da Embaixada do Brasil em Washington (1947-1950), Secretário da Delegação junto às Nações Unidas (1950-1953), Secretário da Embaixada em Paris (1956-1962). Assessor da Delegação do Brasil à V, VI, VII, XII, XIV e XV Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas. Assessor da Delegação do Brasil à X Conferência Geral da UNESCO. Secretário da Delegação do Brasil à IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (Washington, 1951). Secretário da Delegação do Brasil à X Con-

ferência Interamericana (Caracas, 1954). Membro da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Genebra, 1958). Membro da Comissão de Estudos de Textos de História do Brasil (1953). Auxiliar de Gabinete dos Ministros Vicente Rao e Raul Fernandes (1954-1955). Professor de Administração Internacional da Fundação Getúlio Vargas (EBAP, 1954). Chefe da Divisão das Nações Unidas (1963).

RODRIGUES, Embaixador Jayme Azevedo

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — Política Internacional)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, 1937. Cônsul em Houston. Segundo Secretário na Guatemala. Cônsul em Boston. Primeiro Secretário na Delegação do Brasil junto à O.E.A. Cônsul Geral no Porto. Cônsul Geral em Rotterdam. Delegado Suplente à Sessão extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em Washington, em 1950. Encarregado da Delegação do Brasil junto à O.E.A., de 26 de maio de 1950 a 13 de julho de 1950. Assessor Político da Delegação do Brasil à IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em Washington, em 1951. Delegado Substituto do Brasil à I Reunião do Conselho Cultural Interamericano, no México, em setembro de 1951. Encarregado da Delegação do Brasil junto à O.E.A., de 15 de dezembro de 1951 a 27 de abril de 1953. Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco de 30 de maio de 1953 a 11 de novembro de 1953. Membro da Comissão incumbida de estudar o programa da X Conferência Interamericana realizada em Caracas, em 1953. Delegado do Brasil na X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em março de 1954. Assistente Pessoal do Presidente da Delegação do Brasil à X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em março de 1954. Relator do Grupo de Trabalho para o Estudo do Sistema de Formação e Aperfeiçoamento do Diplomata (C.A.D.), em 1960. Membro do Grupo de Trabalho incumbido de proceder aos estudos ligados à regulamentação e execução da reforma na estrutura e métodos do M.R.E. em 1961. Secretário Geral Adjunto para Assuntos Econômicos, substituto, de setembro de 1962 a março de 1963. Membro da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias do Serviço Público, de 3 de agosto de 1962 a 4 de fevereiro de 1963. Membro da Delegação Negociadora do Acordo Comercial entre o Brasil e a

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 8 de janeiro de 1963. A disposição da Assessoria Técnica do Gabinete Civil da Presidência da República, de 31 de janeiro de 1963 a 17 de julho de 1963. Presidente da Comissão para estudar problemas relativos à tributação das rendas geradas no Brasil por investimentos estrangeiros em 12 de fevereiro de 1963. Subchefe da Delegação do Brasil à II Sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento em Genebra, de 21 de maio de 1963 a 28 de junho de 1963. Secretário Geral Adjunto para Assuntos Econômicos, em 18 de julho de 1963. Chefe do Grupo de Trabalho para estudar a posição do Brasil nas futuras negociações sobre o V Acôrdio do Trigo, em 24 de julho de 1963. Ministro de 1.ª classe, por merecimento, em 19 de agosto de 1963. Representante Suplente do Brasil às Reuniões de Nível Técnico e Ministerial do CIES, São Paulo, 28 de outubro de 1963 a 16 de novembro de 1963.

ROSA, José Ricardo da Silva

(C.P.C.D. — Português)

(Não apresentou o «currículo»).

SANTOS, Theophilo de Azeredo

(C.P.C.D. — Direito Comercial)

(Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas — Direito Comercial)

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Cursos: de Doutorado de *Direito Comercial* da Faculdade de Direito da Universidade de Paris; de Doutorado (Seção de Direito Privado) da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais; de Doutorado (Seção de Direito Público) da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais; de Direito Penal ministrado pelos Professores Noé de Azevedo e Nelson Hungria, na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Possui ainda diversos Cursos de Extensão. Diretor e Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros e do de Minas Gerais. Membro efetivo do Instituto Brasileiro de Direito Aeronáutico e do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil. Diretor do Comitê Nacional de Direito Comparado. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Marítimo. Membro da Comissão de Estudos sobre o ante-projeto do Código Brasileiro do Ar. Relator das teses de Direito Comercial do Congresso promovido pela Associação «Henri Capitant».

Relator do «Currículo Mínimo» apresentado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis. Diretor da «Associação de Direito Internacional» (International Bar Association). Seção Brasileira. Ex-assistente Jurídico do Ministério da Educação. Regente da Cadeira de Direito Comercial na Faculdade Católica de Petrópolis. Docente-livre de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito. Assistente da Cadeira de Direito Comercial da Pontifícia Universidade Católica do Estado da Guanabara. Professor do Curso de Doutorado (2.º ano — Direito Público) da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Examinador no Concurso para Juiz Substituto da Justiça do Estado da Guanabara. Examinador no Concurso para Defensor Público da Justiça do Estado da Guanabara. Professor de «Direito Bancário» — Curso instituído pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica da Guanabara (PUC). Obras publicadas: «Da Nacionalidade das Sociedades Comerciais» (tese de doutoramento) — edição da Imprensa da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1957. «Regime Jurídico das Sociedades Comerciais» — edição da «Revista Forense», Rio de Janeiro, 1958. «Sociedades Anônimas» — edição da «Revista Forense», Rio de Janeiro, 1959. «Do Aceite» — edição da «Revista Forense», Rio de Janeiro, 1953. «Do Endosso», edição «Forense», Rio de Janeiro, 1963. «As Sociedades de Economia Mista no Direito Brasileiro», edição «Forense», Rio de Janeiro, 1964. «Direito da Navegação», edição «Forense», Rio de Janeiro, 1964. «Manual de Direito Comercial», edição «Forense», Rio de Janeiro, 1964.

SANTOSJÚNIOR, Carlos

(C.P.C.D. — Economia II)

(Não apresentou o «currículo»).

SCARABÓTOLO, Secretário Hélio Antônio

(C.P.C.D. — Integração Profissional — Prática Diplomática).

(Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas — Integração Profissional)

Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói, em 1949. Diplomado pelo Instituto Rio Branco nos Cursos de Geografia Econômica, Geografia Política e Geografia Cultural do Brasil e da América Latina, em 1945, e no de Aperfeiçoamento de

Diplomatas, em 1948. Diplomado pela Academia de Direito Internacional de Haia, em 1956. Diplomata, classe J, pelo Instituto Rio-Branco, em 9 de janeiro de 1948; em exercício, de 15 de janeiro de 1948 a 25 de abril de 1950. Fiscal do Governo brasileiro junto à firma Thomas De La Rue & Co. Ltd. para inspecionar a fabricação de papel moeda, março a dezembro de 1955. Auxiliar do Secretário Geral do M.R.E., de dezembro de 1956 a 30 de agosto de 1958. Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à Comissão de Reparações de Guerra, 1956 e 1957. À disposição de Sua Alteza Imperial o Príncipe Takahito Mikasa, durante sua visita ao Brasil. Representante do M.R.E. na Comissão de Reparação de Guerra, de 8 de abril de 1957 a 18 de maio de 1959. Participou do Grupo de Trabalho do CIME, em Washington, em janeiro de 1958. Auxiliar do Secretário Geral, de 5 de setembro de 1958 a 16 de abril de 1959. Serviu junto aos Consúlos em Amsterdam, Haia e Londres, e junto às Embaixadas em Montevidéu e Buenos Aires. Promovido a Cônsul de 2.^a classe em 1953 e a 1.^a Secretário em 1961. Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco de 22 de agosto de 1962 a 2 de setembro de 1963. Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Departamento Cultural e de Informações do M.R.E.

SELON, André

(C.P.C.D. — Francês)

(Curso Especial correspondente à 3.^a fase do Concurso de Provas — Francês)

Licence-ès-lettres — Sorbonne. Licence en Droit — Sorbonne. Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial (1.^o colocado em Concurso — 1958). Dirigiu o Serviço de Tradução dos seguintes congressos: Conferência dos Ministros de Economia e Finanças (11/54/Rio); Congresso Internacional da União Interparlamentar; Congresso Internacional das Organizações Superiores de Controle de Finanças Públicas (1959-Rio); Congresso Internacional do Pen Club (1960/Rio). Versão francesa do livro «Brasil 1955» — publicado pelo Ministério das Relações Exteriores. Versão francesa da comédia «Deu Freud Contra» de Silveira Sampaio. Trabalho sobre as Favelas do Rio de Janeiro em equipe com o IPEME — 2 livros. Tradutor da revista «Brasil Constrói» do Ministério da Viação e Obras Públicas.

SETTE, Secretário Luiz Paulo Lindenberg

(C.P.C.D. — Economia Política)

Diplomado pelo Concurso de Provas, realizado pelo I.R.Br. em julho de 1954 e pelo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio-Branco. Terceiro Secretário removido para Washington em 6 de setembro de 1956. Segundo Secretário em 15 de julho de 1961. Removido para Londres em 2 de fevereiro de 1962. Representante do M.R.E. junto à C.E.R.N.A.I., em agosto de 1955. Assessor da Delegação do Brasil na X Assembléia da Organização de Aviação Civil Internacional, em Caracas, em junho de 1956. Assessor da Delegação Brasileira à Consulta sobre o Acordo sobre Transportes Aéreos Brasil-Estados Unidos da América, setembro de 1957. Participou da Conferência na Universidade de Harvard sobre o Desenvolvimento da América Latina e da Indústria Norte-Americana, em 1957. Membro da Delegação do Brasil à XIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 1958. Chefe da Divisão de Operações do Departamento de Operações Internacionais (B. N. D. E.), de 8 de abril de 1959 a 2 de outubro de 1959. Membro da Comissão para elaborar as instruções para a Delegação do Brasil à Reunião da Comissão Especial do Conselho da O.E.A. encarregada de Formular Novas Medidas de Cooperação Econômica (Comitê dos «21»), em 2 de agosto de 1960. Assessor da Delegação do Brasil ao III Período de Sessões da Comissão Especial para Estudar a Formulação de Novas Medidas de Cooperação Econômica (Comitê dos «21») em Bogotá, em 5 de setembro de 1960.

SILVA, Hélio Schlittler

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais)

(Curso Especial correspondente à 3.^a fase do Concurso de Provas — Relações Econômicas Internacionais)

Diplomas Universitários: Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1942); Licenciado em Ciências Sociais pela mesma Faculdade (1943); Doutor em Ciências (Economia Política) pela mesma Faculdade (1951). — Atividade Docente: Professor-assistente da Cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1945/51); Professor de Matemática Financeira do Curso

de Economia, Finanças e Administração do Departamento do Serviço Público do Estado de São Paulo (1946); Professor da Cadeira de Economia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Instituição Complementar da Universidade de São Paulo) (1949/1956); Sub-Decano da Divisão de Estudos Pós-graduados da mesma Escola (1950/56); Professor contratado da Cadeira de Comércio Internacional e Câmbios da Faculdade de Estudos Econômicos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1954/1956); Professor das Cadeiras de «Valor e Preço» e «Comércio Internacional» da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André (1955/1956); Professor da Cadeira de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Fundação Getúlio Vargas) (1955/1956); Professor de Comércio Internacional no Seminário de Análise Econômica do Conselho Nacional de Economia desde 1956; Assistente da Cadeira de Moeda e Crédito da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade do Brasil, desde 1959. *Atividades como Pesquisador ou Diretor de Pesquisas*: Assistente-Técnico (1945) e Secretário-Técnico (1946) do Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo; Secretário-Técnico do Instituto de Economia da Sociedade Rural Brasileira (1947/1949); Economista contratado pela Companhia Brasileira de Engenharia para realizar pesquisas sobre a economia do Estado de São Paulo, para elaboração do Plano de Eletrificação do Estado (1954); Chefe da Divisão de Planejamento e Coordenação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (1956/1957); Chefe da Divisão de Estudos Monetários e Cambiais do Departamento Econômico do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (janeiro de 1958 a julho de 1959); Chefe, Substituto, do mesmo Departamento Econômico (1959). *Atividades como Assessor em Matéria Econômica*: Membro da Sub-Comissão de Produção, Circulação e Consumo da Comissão Estadual de Preços da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo (1947/1948); Membro do Instituto de Economia Rural da Sociedade Rural Brasileira (1950/1956); Assessor-Técnico do Departamento de Economia Industrial do Centro e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (1951/1955); Membro da Assessoria Econômica do Serviço Social da Indústria — SESI (Departamento Regional de São Paulo), (1954/1955); Membro do Conselho Técnico da Associação Comercial de São Paulo (1954/1956); Assessor do Conselho do Desenvolvimento (Presidência da República), (1956/1960); Membro do Grupo de Estudos Legislativos Econômicos do Ser-

viço Social da Indústria (Departamento Nacional), (1959/1960); Assessor Geral do Conselho de Administração e Diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (desde agosto de 1959); Membro do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria, (desde 1961). *Bolsa e Viagem de Estudo*: Contemplado com uma bolsa de estudo pela Reitoria da Universidade de São Paulo (1952/1953), para realizar pesquisas sobre a Economia Brasileira; Participou, a convite do Governo norte-americano, de um seminário sobre «Formação do capital», realizado nos Estados Unidos, sob os auspícios da «International Cooperation Administration», em 1958. *Trabalhos Publicados*: A. *Trabalhos assinados* — «Observações sobre as Estatísticas de Produção Agrícola e Industrial do Brasil», in *Economia* (São Paulo), junho de 1948); «O Elasticidade da Procura Norte-Americana do Café», in *Revista Brasileira de Economia* (dezembro de 1949); «Índices de Preços no Comércio Exterior do Brasil», in *Revista Brasileira de Economia* (junho de 1952); «Tendências e Características do Comércio Exterior do Brasil no Século XIX», in *Revista de História da Economia Brasileira* (junho de 1953); «Conceito de Equilíbrio do Balanço de Pagamentos», in *Revista de Ciências Econômicas* (março de 1954); «Pesquisas sobre a Economia Brasileira nos últimos Quinze Anos», in *Sociologia* (março de 1954); «O Problema Cambial e as Dificuldades de Importação de Bens Indispensáveis ao Desenvolvimento da Indústria», in *Diário de São Paulo* (24 de julho de 1954); «A Taxa de Câmbio», in *Revista de Ciências Econômicas* (junho de 1954); «Problemas Financeiros do Desenvolvimento Econômico», apresentado à VII Reunião Plenária do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (México, outubro de 1954) e publicado in *Revista de Ciências Econômicas* (dezembro de 1954); «Relação de Intercâmbio e Desenvolvimento Econômico», in *Revista de Ciências Econômicas* (junho de 1960); Prefácio à tradução do compêndio de Albert Meyers, *Elementos de Economia Moderna*, Rio de Janeiro, 1960; Comments on Prof. Haberler's Paper «The Terms of Trade and Economic Development», publicado em: (a) *International Economic Association, Economic Development for Latin America*, editado por Howard S. Ellis (Londres, 1961), págs. 297/301; e (b) *Revista de Ciências Econômicas*, São Paulo, junho de 1960; «Ingresso de Capital Estrangeiro e sua Função na Economia Brasileira», em *Correio da Manhã*, edições de 18 e 25 de fevereiro de 1962. *Comércio Exterior e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, trabalho elaborado para o «Centro de De-

Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE», publicado em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, março de 1962. B. *Trabalhos não assinados* — «Balanço de Pagamentos do Brasil, 1953/1955», em *Conjuntura Econômica*, novembro de 1956; «Movimento de Capitais Estrangeiros a Longo Prazo», *loc. cit.*, dezembro de 1956; «O Processo Inflacionário e suas Consequências», em *Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico*, BNDE (1957); «O Problema do Balanço de Pagamentos», *loc. cit.*, 1957; «A Capacidade de Importar do Brasil e suas Perspectivas», *loc. cit.* Conferências que proferiu sobre assuntos econômicos: O Problema da Desvalorização do Cruzeiro, no Centro de Debates «Casper Libero», São Paulo, em 5 de fevereiro de 1947. Publicada, em resumo, em *A Gazeta*, em 10 de fevereiro de 1947; *Observações sobre o Sistema de Taxas Múltiplas de Câmbio, com referência especial ao Brasil*, na Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo, em 1.º de julho de 1953; *O Capital Estrangeiro e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*, no Centro Acadêmico «Sociologia e Política», São Paulo, em 26 de março de 1955; *O Problema Cambial do Brasil*, na Escola do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1957; *A Organização Bancária do Brasil*, na Escola do Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1957; *A Questão dos Recursos para o Desenvolvimento. A Criação do BNDE: sua história, recursos e aplicações*, na Academia Militar das Agulhas Negras (Rezende), em 22 de setembro de 1959; *Estrutura do Sistema Econômico*, na Escola de Guerra Naval, em setembro de 1960 e julho de 1961; *Estrutura Econômica do Brasil* (cinco conferências), no Curso de Treinamento sobre Problemas de Desenvolvimento Econômico, Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE, Rio de Janeiro, em setembro de 1958; *Comércio Exterior e Desenvolvimento Econômico do Brasil* (seis conferências), no Curso de Treinamento sobre Problemas do Desenvolvimento Econômico, Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE, Rio de Janeiro, em outubro de 1961.

SILVA, Conselheiro Ruy Barbosa de Miranda e

(C.P.C.D. Integração Profissional — Prática Diplomática)

(Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas — Prática Diplomática)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Diplomado pelo

Instituto Rio-Branco no Curso de Prática Diplomática, em 1947. Cônsul de 3.ª classe em 26 de dezembro de 1945. Serviu em Assunção, Montevideu, Havana e Paris. Segundo Secretário, por merecimento, em 10 de junho de 1953. Removido para Ottawa. Primeiro Secretário em 24 de outubro de 1961. Assistente de Comunicações na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, agosto de 1947. Secretário da Delegação do Brasil à Terceira Reunião da Comissão Econômica para a América Latina, em Montevideu, em 5 de junho de 1950. Secretário da Embaixada Especial para Representar o Governo do Brasil nas comemorações do Primeiro Centenário da morte de Artigas, em Montevideu, em setembro de 1950. Secretário da Embaixada Especial às solenidades de posse do Senhor André Martínez Trueba, Presidente eleito da República Oriental do Uruguai, em 27 de fevereiro de 1951. Enc. Neg. em Havana, de 15 de outubro de 1951 a 27 de outubro de 1951 e de 24 de junho de 1952 a 19 de janeiro de 1953. Secretário da Missão Especial do Brasil nas solenidades do Cinquentenário da Independência de Cuba, maio, 1952. Designado para representar o Brasil na VI Reunião do Conselho Diretor da Organização Sanitária Pan-Americana, em Havana, em setembro de 1952 e na VII e VIII Reuniões da Comissão Executiva da mesma Organização. A disposição da Delegação Especial de Cuba às solenidades de posse do Presidente eleito do Brasil, Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1956. Enc. do Consulado em Paris, de 1.º de junho de 1956 a 23 de julho de 1956. Enc. Neg. Ottawa, de 18 de abril de 1960 a 15 de setembro de 1960, de 4 de maio de 1961 a 21 de agosto de 1961; de 23 de setembro de 1961 a 15 de outubro de 1961 e de 4 de novembro de 1961 a 15 de abril de 1962.

SIMONSEN, Mário Henrique

(C.P.C.D. — Política Econômica)

Engenheiro Civil, concurso de especialização em engenharia econômica. Consultor técnico da CONSULTTEC — Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. Consultor técnico do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Chefe da Seção de Política Industrial do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria. Professor do Curso de Aperfeiçoamento de Economistas da Fundação Getúlio Vargas. Professor do Curso de Análise Econômica do Conselho Nacional

de Economia. Professor do Curso de Computadores Eletrônicos da Faculdade Nacional de Ciências e Estatísticas. Ex-Professor do Curso de Engenharia Econômica da Escola Nacional de Engenharia. Ex-Professor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada.

VALLADÃO, Haroldo Teixeira

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado)

Professor Catedrático, em virtude de concurso, de Direito internacional Privado, da Universidade do Brasil e da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro efetivo desde 1924, antigo orador (1941-1944) e Presidente (1944-1946) do Instituto dos Advogados Brasileiros. Antigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1950-1952). Membro e antigo Vice-Presidente do «Institut de Droit International». Antigo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1955-1959). Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (desde 1960). Antigo membro do Conselho Universitário das Universidades do Brasil e Católica do Rio de Janeiro. Doutor «honoris causa» da Universidade d'Aix, Marseille. Acadêmico da Pontifícia Academia Romana de Santo Tomás de Aquino e de Religião Católica, Seção Jurídico-Econômica. «Soci» do *Felibrige Provençal*, da Academia Literária de Mistral, da «*langue d'oc*». Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haya. Membro da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional. Presidente da Comissão Permanente de Inquérito e Conciliação Chileno-Sueca. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado da Haya. Medalha da Ordem dos Advogados (Barreau) de Paris, (1919). Medalha «Teixeira de Freitas» do Instituto dos Advogados Brasileiros 1959. Medalha «*Excellencia Fortis*» da Federação Interamericana de Advogados 1961. Presidente do Comité Nacional (Brasil) de Direito Comparado. Membro eleito do Conselho Diretor (Comité Internacional de Direito Comparado) da Associação Internacional das Ciências Jurídicas da UNESCO. Delegado do Brasil à 1.ª Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos. Antigo Consultor Geral da República (1947-1950). Antigo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Presidente da Seção Brasileira da «International Law Association». Membro Titular e atual Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro do Diretório Central da Liga de Defesa Nacional. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Presidente e Relator dos Capítulos referentes ao Poder Ju-

dicário, à Nacionalidade e à Declaração de Direitos da Comissão Especial do Anteprojeto de Constituição, enviado pelo Instituto dos Advogados à Assembléia Constituinte, em fevereiro de 1946. Membro do Comité Executivo e do Conselho da Federação Interamericana de Advogados. Professor da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado, encarregado de cursos em Havana (1945-1959). Professor, em 1952 e em 1962, na «Académie de Droit International de La Haye». Advogado Honorário da Ordem dos Advogados de Portugal; Membro Honorário dos Colégios de Advogados de Lima (Peru) e do Distrito Federal (Caracas) Venezuela; Membro Correspondente do Colégio de Advogados de Buenos Aires; do Instituto Chileno de Estudos Internacionais; da Academia Colombiana de Jurisprudência; da «Academia de Derecho Internacional da Universidade Bolivariana» de Medellin (Colômbia). Membro Correspondente da Academia de Ciências Políticas e Sociais da Venezuela. Membro Honorário da Associação Argentina de Direito Comparado. Membro Titular do Instituto Hispano-luso-americano de Direito Internacional. «Visiting professor» da Colúmbia Law School (1955). Professor do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura; encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Paris e Rennes (1936) e de Paris, Bordeaux e Toulouse (1949). Professor do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura; encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra em 1936-1939. Relator Geral na antiga Comissão Legislativa dos Projetos de Lei sobre Entrada e Expulsão de Estrangeiros, Naturalização e Extradicação. Membro do Tribunal de Ética Profissional da Ordem dos Advogados do Brasil, (Seção do Distrito Federal); Membro Titular da Seção Brasileira do «Comité Juridique International de l'Aviation» e Relator de Direito Internacional Privado Aeronáutico no Projeto do Código do Ar, organizado pela Seção e que serviu de base ao Código Brasileiro do Ar. Medalha da Faculdade de Direito de Paris (1936). Membro da Comissão de Reforma dos Códigos, encarregado do Anteprojeto da Lei de Introdução (1961-1962).

TURTUR, Hermann

(C. E. — Alemão)

(Não apresentou o «currículum»).

VIEIRA, José Maria Gouveia

(C.P.C.D. — Economia I)

(Curso Especial correspondente à 3.^a fase do Concurso de Provas — Economia).

(Não apresentou o «Curriculum».)

WEISS, Arthur Bernardes

(C.P.C.D. — Geografia)

Licenciado e Bacharel em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Professor do Colégio Pedro II; Instrutor da Cadeira de História Moderna e Contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia; Professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas; Professor da Escola de Sociologia e Política da P.U.C.

WOOD, F. G.

(C.P.C.D. — Inglês)

Cursou a «Country Grammar School». Diplomado em Inglês e História pela Universidade de Leeds — 1930. Professor de Inglês na «Reykjavik University & Grammar School», Islândia. Professor de Inglês na França. Professor de Inglês e História na «Cliftonville School» em Kent. Ingressou no Conselho Britânico na Grécia em 1938.

RELAÇÃO DOS EX-PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público).

ALEXANDER, Peter

(C.P.C.D. — Inglês).

ALMEIDA, Renato Costa

(C.P.C.D. — Português).

ANDRADE, Dyla Sílvia Navarro de

(C.E.X. — Prática de Arquivo).

ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de

(C.P.C.D. — História do Brasil).

AVILA, Padre Fernando Bastos de

(C.A.D. — Estudos Brasileiros)

BACKHEUSER, Everardo

(C.E.X. — Geografia Política do Brasil e da América Latina).

BECKER, Martha Ellen

(C.E. — Alemão).

BRAGA, Ministro Pedro de Souza Ferreira Gonçalves

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público).

BRITO, Aldemar Hora Dantas de

(C.P.C.D. — Política Internacional).

BRITO, Dante de

(C.P.C.D. — Inglês).

- BURGOS, Frederico Luis de
(C.E. — Estenografia).
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso
(C.P.C.D. — Português).
- CAMPOS, Embaixador Roberto de Oliveira
(C.A.D. — Sociologia Política).
- CARVALHO, Carlos Delgado de
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil).
(História Diplomática Mundial).
- CHACEL, Julian Magalhães
(C.P.C.D. — Política Econômica).
- COLE, Desmond
(C.P.C.D. — Inglês).
- CORRÊA JÚNIOR, Embaixador Manuel Pio.
(C.P.C.D. — Política Internacional).
- COSTA, Edilberto
(C.P.C.D. — Economia Política e Política Econômica).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil).
- DRUMOND, José Eduardo Pizarro
(C.P.C.D. — Direito Civil).
- ELIA, Hamilton
(C.P.C.D. — Português).
- FALCON, Francisco José Calazans
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial).
- FARIA, Ministro Milton
(C.A.D. — Prática Consular).
- FARO JÚNIOR, Embaixador Luiz Pereira Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público).
- FORRER, Robert L. C.
(C.P.C.D. — Inglês).

- GABAGLIA, Fernando Antônio Raja
(C.E.X. — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina).
- GALVÃO, Ivan
(C.A.D. — Italiano).
- GALVÃO, Jesus Belo
(C.P.C.D. — Português).
- GOMES, Ministro Jaime de Barros
(C.P.C.D. — História Social e Política do Brasil).
- GRIECO, Secretário Donatello
(C.P.C.D. — Português).
- GRIFFIN, William James
(C.P.C.D. — Inglês).
- GUILLOU, Yvonne
(C.P.C.D. — Francês).
- GUIMARÃES, José Nunes
(C.P.C.D. — Política Econômica).
- HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca
(C.A.D. — Prática Diplomática).
- HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de
(C.P.C.D. — Português).
- JACQUIER, Louise
(C.P.C.D. — Francês).
- KELLER, Elza Coelho de Souza
(C.P.C.D. — Geografia).
- KNOX, John
(C.P.C.D. — Inglês).
(C.E. — Inglês).
(C.E.X. — Inglês).
- LACERDA, José Cândido Sampaio de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial).

- LACOMBE, Américo Jacobina
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil).
- LAGE, Alfredo Martins
(C.E. — Inglês).
- LAGO, Embaixador Antonio Corrêa do
(C.P.C.D. — Orientação Profissional).
- LANTELME, Paulo
(C.P.C.D. — Português).
- LATOUR, Embaixador Jorge
(C.A.D. — Prática Diplomática).
- LEAL, Hamilton
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo).
- LEITE FILHO, João Baptista Barreto
(C.P.C.D. — Política Internacional).
- LELLIS, Raul Moreira
(C.P.C.D. — Português).
- LIMA, Alceu Amoroso
(C.P.C.D. — Economia Política).
(C.A.D. — Sociologia Política).
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha
(C.P.C.D. — Português).
- LINHARES, Maria Yedda Leite
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial).
- LOBO, Ministro Hélio
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática).
- LOPES, Desembargador Miguel Maria de Serpa
(C.P.C.D. — Direito Civil).
- MADEIRA, Marcos Almir
(C.A.D. — Estudos Brasileiros).

- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida
(C.P.C.D. — Política Econômica).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil).
- MANGABEIRA, Francisco
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público).
(C.A.D. — Estudos Brasileiros).
- MARINHO, Ministro Ilmar Penna
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado).
- MELLO, José de Campos
(C.P.C.D. — Economia Política).
- MELLO, Embaixador Rubens Ferreira de
(C.A.D. — Prática Diplomática).
- MONTEIRO, Clovis do Rêgo
(C.P.C.D. — Português).
- MOREIRA, Laura de Barros
(C.E.X. — Praxes Sociais e Diplomáticas).
- MORTARA, Marcella
(C.A.D. — Italiano).
- MOTA, Secretário Benedito Roque da
(C.A.D. — Prática Diplomática).
- MOTTA, Petrólio
(C.P.C.D. — Português).
- MULHOLLAND, John
(C.P.C.D. — Inglês).
- NASCENTES, Antenor
(C.P.C.D. — Português).
- NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(C.E.X. — Prática Consular).
- NOGUEIRA, Júlio
(C.E. — Português).

- PARAÍSO, Hamilton Prisco
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo).
- PEDROSA, Mário
(C.P.C.D. — Política Internacional).
- PÉREZ, David José
(C.A.D. — Espanhol).
- PIMENTEL, Maria de Lourdes
(C.E. — Criptografia).
- PINHEIRO, Ministro João Baptista
(C.P.C.D. — Economia Política — Política Económica).
(C.E.X. — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional).
- PINHO, José Wanderley de Araújo
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil).
- POLZIN, Cônsul Geral Alfredo
(C.A.D. — Prática Consular).
- PORTO, Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público).
(C.A.D. — Prática Diplomática).
- PÓVOAS, Silvia Ribeiro
(C.E. — Dactilografia).
- PRADO, Eugênia Damasceno Vieira
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial).
- RAILLARD, Georges Léopold
(C.P.C.D. — Francês).
- REZENDE, Omar Vieira de
(C.E. — Prática de Correspondência e Comunicação).
- RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado).
- RIBEIRO, Pedro Freire
(C.P.C.D. — Política Mundial Contemporânea).

- RIOS, José Arthur
(C.A.D. — Estudos Brasileiros).
- RODRIGUES, José Honório
(C.P.C.D. — História do Brasil).
- SÁ, Hernane Tavares de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros).
- SÁ, Jayme Magrassi de
(C.P.C.D. — Economia Política — Política Económica).
(C.A.D. — Tratados e Política Económica do Brasil).
- SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil).
- SILVA, Paulo César Machado da
(C.P.C.D. — Inglês).
- SILVA, Roberto Barbosa da
(C.P.C.D. — Português).
- SOUSA, Senador José Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial).
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly
(C.P.C.D. — Geografia).
- TEINEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil).
- TENÓRIO, Desembargador Oscar Accioly
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — Direito Internacional Público).
- VASCONCELOS, Cônsul Geral Dora Alencar de
(C.A.D. — Prática Consular).
- VASCONCELOS, Secretário Marina de Barros e
(C.P.C.D. — Francês).
(C.E. — Francês).
- VIANA, Hélio
(C.A.D. — História Diplomática).

INDICE

	Págs.
O INSTITUTO RIO BRANCO	
Diretoria e Chefes de Seção	3
Histórico	5
Organização	7
Atividades	8
RELATÓRIO REFERENTE A 1961	17
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.)	19
1º Exame de Admissão ao Instituto Rio-Branco para o ano de 1962	19
1º Exame de Seleção Prévia	19
Examinadores	20
Exame Vestibular	20
Examinadores	22
C. P. C. D.	23
1º ano letivo — Corpo Docente	23
1º ano letivo — Examinadores	24
1º ano letivo — Corpo Discente	24
2º ano letivo — Corpo Docente	25
2º ano letivo — Corpo Discente	25
2º ano letivo — Examinadores	26
Turma diplomada em 1961	27
2º Exame de Seleção Prévia	29
Examinadores	30
Pesquisa e Publicações	31
Biblioteca	32
Programas	35

	Págs.
Exame Vestibular	37
1º ano letivo	46
2º ano letivo	56
Legislação	69
RELATÓRIO REFERENTE A 1962	79
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.)	81
2º Exame de Admissão ao Instituto Rio-Branco para o ano de 1962	81
Exame Vestibular	81
Examinadores	83
C. P. C. D.	83
1º ano letivo — Corpo Docente	84
1º ano letivo — Examinadores	85
1º ano letivo — Corpo Discente	85
2º ano letivo — Corpo Discente	86
2º ano letivo — Corpo Docente	87
2º ano letivo — Examinadores	88
Turma diplomada em 1962	88
Concurso de Provas para o Cargo Inicial da Carreira de Diplomata	91
Examinadores — 1ª fase	92
Examinadores — 2ª fase	94
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	
Exame de Admissão ao Instituto Rio-Branco para o ano de 1963	95
Exame de Seleção Prévia	95
Examinadores	96
Conferências — Curso de Extensão Cultural	96
Visitas de Estudos	97
Pesquisas e Publicações	98
Biblioteca	99
Programas	101
Exame Vestibular	103
1º ano letivo	103
2º ano letivo	107

	Págs.
Concurso de Provas para o Cargo Inicial da Carreira de Diplomata — 1ª fase	113
2ª fase	113
Legislação	117
RELATÓRIO REFERENTE A 1963	125
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.)	127
Exame de Admissão ao Instituto Rio-Branco para o ano de 1963	127
Exame Vestibular	127
Examinadores	129
Exame de Admissão ao Instituto Rio-Branco para o ano de 1964	130
Exame de Seleção Prévia	130
Examinadores	131
Exame Vestibular	131
Examinadores	133
C. P. C. D.	133
1º ano letivo — Corpo Docente	134
1º ano letivo — Examinadores	134
1º ano letivo — Corpo Discente	135
2º ano letivo — Corpo Discente	135
2º ano letivo — Corpo Docente	136
2º ano letivo — Examinadores	137
Turma diplomada em 1963	138
Conferências:	
Seminário de Política Internacional	144
Curso de Extensão Cultural	145
Excursões	145
Curso Especial Correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas para o Cargo Inicial da Carreira de Diplomata	146
Corpo Discente	147
Corpo Docente	147
Examinadores	148
Turma Diplomada no Concurso de Provas	149

	<i>Págs.</i>
Curso Especial de Língua Alemã e Russa	153
Pesquisas e Publicações	151
Biblioteca	153
Programas	157
1º Exame Vestibular	159
2º Exame Vestibular	165
1º Ano Letivo	168
2º Ano Letivo	172
Curso Especial Correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas	182
Legislação	191
PESSOAL	199
Pessoal do Instituto Rio-Branco de 1945 a 1963	201
Professores do Instituto Rio-Branco	205
Relação dos ex-professores do Instituto Rio-Branco	231